

Órgão oficial da
Sociedade Nacional de Agricultura
Fundada em 1897

Mai./Jun. 85 ANO LXXXVII
Cr\$ 7.500

A Lavoura



Análise e
Perspectiva da
Agricultura Brasileira

Ilustração: Marco Antonio

Pulverizador agrícola de tração humana
Conserve o solo plantando em nível

Uréia Petrofértil. Mais carne, mais leite, mais lucro.



“Apesar do pasto pobre, estou conseguindo manter o gado gordo aqui na fazenda. Segredo? Não tem nenhum. Eu estou é usando Uréia Petrofértil para complementar a alimentação do meu gado. Se funciona? Olha só: hoje eu dou o volumoso que eu tenho na fazenda, mais Uréia Petrofértil e o peso dos animais continua estável. Gordos que é uma beleza. Fazendo as contas, eu posso garantir que estou economizando muito dinheiro e mantendo a produção. Valeu a pena, mesmo”.

ATENÇÃO:

Para utilizar a uréia de forma adequada, você precisa consultar um técnico.
Procure informações detalhadas com o extensionista da Emater, da Casa da Agricultura ou da sua Cooperativa.



PETROBRAS
FERTILIZANTES S.A. - PETROFÉRTIL

Anais do Seminário de Análise e Perspectivas

Neste número de A LAVOURA iniciamos a publicação dos Anais do II Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira. No próximo número sairão as demais colaborações prestadas ao conclave. Pareceu-nos a melhor maneira de dar realce ao acontecimento sem alterar as seções habituais da revista.

O Seminário foi promovido dois meses antes do falecimento do Presidente Tancredo Neves, quando a aplicação do "Estatuto da Terra" era ainda uma hipótese e vários conferencistas e participantes ocupavam cargos diferentes dos que atualmente exercem. É impressionante, porém, comprovarmos a sintonia dos mais diferentes expositores, ao aludir à necessidade de uma política agrícola coerente com as distintas realidades

regionais do País. O Seminário reflete as grandes vitórias e os grandes dilemas da agricultura e, sobretudo, o potencial extraordinário de progresso. Os alertas ecológicos, as diferenças geográficas e econômicas, as reivindicações setoriais compõem uma sinfonia na qual estudiosos, técnicos e empresários valorizam suas pautas, em democrática apresentação.

Neste número, 21 expositores, cada qual à sua maneira, oferecem *flashes*, indo desde as queixas dos pecuaristas e dos hortifrutigranjeiros, até às sugestões dos ecologistas da Casa, passando por análises aprofundadas sobre o crédito rural, a suinocultura, o reflorestamento e as peculiaridades agrícolas, sob o prisma geográfico.

Todo país subdesenvolvido envergonha-se de dizer que é um país

agrícola. Criou-se a falsa imagem de que desenvolvimento econômico é industrialização. Mas desenvolvimento econômico é, antes de tudo, treinamento da sociedade, preparação do homem para transformar, a cada dia, tudo o que é potencial em riqueza. Do mesmo modo que não há desenvolvimento econômico sem escola, não há agricultura sadia sem pesquisa, sem tecnologia, etc. Não devemos ter vergonha de dizer: o Brasil é um País agrícola. Ele tem que ser um país agrícola. Deus nos livre de que não o seja, porque com a dimensão territorial que tem, se não o for, será um país de idiotas.

"Furto" esse último parágrafo de Benedito Moreira com o maior gosto, tal como faria o Macunaíma de Mário de Andrade, que hoje comparece em nossa Página Literária.

Octavio Mello Alvarenga

Sumário

Seções

Panorama	5
Página Literária	9
Extensão Rural	73
Legislação Agrária	77
Empresas	80
Opinião	82

Artigos

Racionalização do uso de energia na indústria de laticínios	8
Pulverizador agrícola de tração humana ..	10
Conserve o solo plantando em nível	75
Cenoura: cultivar "Brasília" conquista o Brasil	78

Anais do II Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira

Abertura	14
Uma análise profunda do crédito rural ..	16
O cooperativismo e o crédito rural	21
A necessidade de uma política agrícola de longo prazo	26
A política de conservação do meio ambiente	28
Conservação e agricultura — a visão histórica e a visão prospectiva	31
Reforma agrária e justiça especializada ..	33
A importância da agricultura de exportação	35
Laranja: vedete nas exportações brasileiras	36

Agricultura de exportação: o caso da soja ..	39
O mercado mundial de celulose	41
Brasil: país de marcada vocação florestal ..	43
ABCZ quer uma Política Nacional de Pecuária de Corte	47
Política suinícola e a falta de definição ...	51
Melhor alimentação com incentivo à piscicultura	53
Mais atenção aos hortigranjeiros	55
O caminho para integrar a agricultura do Norte à Política Agrícola Nacional	58
Diretrizes para uma política agrícola nordestina	60
Ceará: a necessidade de uma reforma agrária abrangente	62
A produção primária do Centro-Oeste ..	65
O desempenho da agricultura do Rio Grande do Sul	68



Sociedade Nacional de Agricultura

Diretoria Geral

Presidente	Octavio Mello Alvarenga
1º Vice-Presidente	Gilberto Conforto
2º Vice-Presidente	Osana Sócrates de Araújo Almeida
3º Vice-Presidente	Alfredo Lopes Martins Neto
4º Vice-Presidente	Sérgio Carlos Lupattelli
1º Secretário	Elvo Santoro
2º Secretário	Otto Lyra Schrader
3º Secretário	João Buchaul
1º Tesoureiro	Joel Naegele
2º Tesoureiro	Luiz Emygdio de Mello Filho
3º Tesoureiro	Celso Juarez de Lacerda

Conselho superior

Cadeira	Titular
1	
2	
3	Fausto Aita Gai
4	Geraldo Goulart da Silveira
5	Hélio Raposo
6	Luiz Marques Poliano
7	
8	João Buchaul
9	Carlos Arthur Repsold
10	Edmundo Campelo Costa
11	
12	
13	Luiz Simões Lopes
14	Theodorico Assis Ferraco
15	Luiz Fernando Cirne Lima
16	Israel Klabin
17	Luiz Guimarães Junior
18	Rufino D'Almeida Guerra Filho
19	Gervásio Tadashi Inoue
20	Oswaldo Ballarin
21	Carlos Infante Vieira
22	João Carlos Faveret Porto
23	
24	Octávio Mello Alvarenga
25	José Resende Peres
26	Charles Frederick Robbs
27	Jorge Wolney Atalla
28	Gilberto Conforto
29	Romulo Cavina
30	Otto Frensel
31	Renato da Costa Lima
32	Otto Lyra Schrader
33	Carlos Helvídio A. dos Reis
34	
35	Fábio de Salles Meirelles
36	Antonio Evaldo Inojosa de Andrade
37	Alysson Paulinelli
38	Milton Freitas de Souza
39	Flávio da Costa Britto
40	

Diretoria técnica

01	Acir Campos
02	Antonio Carreira
03	Ediraldo Matos Silva
04	Geber Moreira
05	Geraldo Silveira Coutinho
06	Hélio de Almeida Brum
07	Ibsen Gusmão Câmara
08	José Carlos da Fonseca
09	José Carlos Vieira Barbosa
10	Lelivaldo Antonio de Brito
11	Luiz Guimarães Neto
12	Marco Aurélio Andrade Correa Machado
13	Mauricio Cantalice de Medeiros
14	Newton Camargo de Araujo
15	Walmick Mendes Bezerra

Vitalícios

01	Otto Frensel
02	Geraldo Goulart da Silveira
03	Carlos Arthur Repsold
04	Fausto Aita Gai

Comissão Fiscal

Efetivos

01	
02	Fernando Ribeiro Tunes
03	Plácido Marchon Leão

Suplentes

01	Célio Pereira Ribeiro
02	Jefferson Araújo de Almeida
03	Severino Veloso de Carvalho Neto



Sociedade Nacional de Agricultura

Fundada em 16 de janeiro de 1897
Reconhecida de Utilidade Pública pela
Lei n.º 3549 de 16/10/1918
Av. General Justo, 171 — 2.º andar
Tels.: (021) 240-4573 e (021) 240-4149
Caixa Postal 1245 — CEP 20021
End. Telegráfico VIRIBUSUNITIS
Rio de Janeiro — Brasil

ISSN 0023-9135

A Lavoura

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura
Av. General Justo, 171 — 2.º andar — CEP 20021
Rio de Janeiro — RJ — Telefones: 240-4573 e 240-4149

Editor
Antonio Mello Alvarenga Neto

Publicidade
Jose Antônio F. Freitas

Editora Assistente
Cristina Lúcia Baran

Distribuidor exclusivo para todo o Brasil
Fernando Chinaglia
Rua Teodoro da Silva, 907
Telefone (021) 268-9112
Cep 20563 — Rio de Janeiro — RJ

Colaboradores:

Isaura Maria Perez Leal
Joaquim Joel do Valle Rodrigues
Joel Naegele
Odilon Remy Ribeiro F. da Silva
Peter Jonh Martyn
Walmick Mendes Bezerra

Arte
ideia & Produção
P Gráficos e Publicidade Ltda



Variedade de trigo de porte baixo e tolerante ao alumínio

O Instituto Agronômico de Campinas está lançando uma variedade de trigo, a IAC-24, de porte baixo e tolerante ao alumínio (acidez do solo). Até hoje, todas as variedades tolerantes ao alumínio, como a IAC-21 e outras, eram de porte alto e, portanto, sensíveis ao acamamento, pondo em risco toda a produção.

A IAC-24 pode ser recomendada para as culturas de sequeiros e irrigada, tendo uma produtividade, no último caso, de 4 toneladas por hectare. Além disso, é resistente à ferrugem do colmo, dispensando o uso de fungicidas, o que representa para o agricultor cerca de 40% de economia em insumos agrícolas.

Segundo Carlos Eduardo O. Camargo, pesquisador do IAC, essa é a primeira variedade que reúne tais vantagens, o que vai facilitar o plantio de trigo no Estado de São Paulo, já que a partir deste ano, os financiamentos e seguros como o Proagro só serão concedidos se o triticultor observar detalhadamente as normas da Comissão Centro-Sul Brasileira de Pesquisa de Trigo, referendada pelo Ministério da Agricultura.

As normas da Comissão, de posse dos bancos, abrangem desde variedades adequadas para cada tipo de solo, espaçamento, densidade e época de semeadura, até uso e manejo correto do solo, envolvendo sua preparação, além de plantio direto.

O triticultor que tiver dúvidas, deve procurar o auxílio de um técnico antes de adotar qualquer procedimento

acerca da escolha da variedade adequada e dos tratamentos culturais a serem aplicados, sob pena de prejuízos sérios, sobretudo se precisar da cobertura do Proagro em caso de frustração da lavoura. As recomendações da Comissão são em nível regional e abrangem os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Alternativas para diminuir a idade de abate dos novilhos

No Estado do Rio Grande do Sul, a grande maioria dos novilhos é abatida entre 54 e 66 meses de idade. Isso é uma decorrência do sistema de criação, realizado exclusivamente em pastagem natural.

O maior ou menor tempo necessário para que os animais ganhem pesos de abate depende do meio criatório, que é influenciado pela quantidade e qualidade da pastagem natural, variável com a região.

A Unidade de Execução de Pesquisa de Bagé-RS, da EMBRAPA, através de suas pesquisas, comparou o desenvolvimento ponderal em pastagem nativa (0,6 cab/ha) e em pastagem cultivada (2,0 cab/ha). Foi observado que o lote mantido em pastagem cultivada atingiu o peso de abate aos 24 meses, enquanto os animais que permaneceram em campo nativo foram abatidos aos 54 meses. Foi verificado também um crescimento descontínuo nos animais mantidos exclusivamente em pastagem natural, visto que essa apresenta seu potencial máximo de produção nos meses de primavera e verão, decaindo nos meses de outono e inverno, quando se apresenta com baixa disponibilidade e qualidade para atender às ne-

cessidades de matança dos animais.

No final do experimento, os pesquisadores da EMBRAPA constaram uma antecipação de 30 meses na idade de abate dos animais que foram criados em pastagem cultivada. A produção de carne foi de 40 kg/ha/ano para aqueles da pastagem cultivada e de apenas 48 kg/ha/ano para os da pastagem natural. Esses resultados mostram as vantagens da utilização de pastagem cultivada na redução da idade de abate.

Outra alternativa para diminuir a idade de abate seria a de restringir os ganhos obtidos em pastagem cultivada no período de inverno e aproveitar o crescimento compensatório durante a primavera e verão. Resultados obtidos na antiga Estação Experimental "Cinco Cruzes", de Bagé, mostraram ser possível obter ganhos médios diários de 530g com fêmeas desmamadas, mantidas durante o inverno em pastagem cultivada. Quando os animais permaneceram em pastejo alternado de duas semanas em pastagem cultivada e duas semanas em pastagem natural, durante o inverno, obtiveram ganhos médios de 300g diários. O uso alternado dessas pastagens mostra-se, portanto, como solução viável no que se refere à obtenção de ganhos controlados, possibilitando, também, o uso de outras categorias de animais em determinados períodos do inverno. Dessa maneira, contribui para o melhor desempenho do rebanho como um todo, além de necessitar de uma menor área de pastagem cultivada.

A utilização de feno ou de outro tipo de suplementação também poderá ser empregada para manter o peso dos animais no inverno, sendo aproveitados os possíveis ganhos de compensação a partir da primavera em pastagem cultivada.

Em recente pesquisa realizada pela UEPAE de Bagé, foi estudada, durante cinco anos, a utilização combinada de pastagem natural, pastagem cultivada e feno de pastagem cultivada fornecido no campo nativo. Animais desmamados aos oito meses, com peso de 183 kg, quando abatidos aos 27 meses de idade, pesaram 430 kg. As carcaças foram consideradas de ótima qualidade, apresentando um rendimento médio de 54,5%.

Para os criadores que não dispõem de pastagem cultivada, recomendam-se como alternativas viáveis, a utilização de poteiros diferidos nos inícios do outono, o uso de baixas lotações no campo nativo durante o inverno, e o aproveitamento de restebas de culturas. Essas práticas, isoladas ou associadas, poderiam contribuir, em muito, para um aumento na disponibilidade alimentar, dos rebanhos no período de inverno. Dessa maneira, o ciclo de crescimento e de desenvolvimento dos animais não seria interrompido pela falta de alimento, o que se verifica, como regra geral, no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul novo sistema de produção de trigo

Um aumento médio de 500 kg por hectare de trigo, obtido segundo os novos métodos de plantação, em 867 propriedades do Rio Grande do Sul (Centro Nacional de Pesquisa de Trigo-CNPT da EMBRAPA), foi o resultado alcançado através do programa de difusão de tecnologia da EMATER-RS e do CNPT, a partir de 1983. A produção média, por área, foi de 1.616 kg/ha.



Os resultados, considerados plenamente satisfatórios pelos técnicos envolvidos, no programa, permitirão a continuidade do trabalho até 1987.

O programa prevê, anualmente, a assistência intensiva de 150 propriedades, onde técnicos especialmente treinados, e pesquisadores do CNPT, aplicarão as tecnologias globais já liberadas pela pesquisa, servindo aquelas propriedades como unidades regionais de demonstração. Intenso programa de visitas complementará, com palestra explicativas e troca de experiências, a irradiação do processo entre os agricultores.

Quatro macrorregiões — Passo Fundo, Pelotas, Santa Rosa e Santa Maria — foram estabelecidas, englobando um total de 61 municípios, que contarão com 65 extensionistas. Cada um destes deverá assistir, no mínimo, três propriedades por município. Rigoroso sistema de captação de dados e sua avaliação permitirão o acompanhamento integral do projeto em desenvolvimento.

Técnicos do CNPT estarão sempre acompanhando o trabalho, para a solução rápida dos problemas que, eventualmente, possam surgir nas culturas, além de realimentar o sistema com novas alternativas e avaliar constantemente os trabalhos em andamento, conjuntamente com os técnicos de extensão.

Trigo, importante

A cultura de trigo é considerada de significativa importância econômica para o país, gerando, só para a economia gaúcha, até 13% de renda interna do setor primário, em anos de boas safras. Cerca de 80 mil produtores dedicam-se à cultura alternativa para a utilização das terras no inverno, especialmente com o aproveitamento de terras preparadas e plantadas com soja no verão. O trigo torna-se, assim, um dos fatores que permitem a atividade agrícola durante o ano todo, juntamente com a soja, com o aproveitamento integral do solo, dos equipamentos e da mão-de-obra. Este último fa-

tor tem amplas perspectivas sociais, traz segurança ao campo, migrações sazonais e fixa o homem à terra. Indiretamente, a cultura de inverno mantém a economia dos municípios do interior em plena atividade, durante o ano todo.

A área cultivada com o produto, no RS, já chegou, em 1979, a 2.184.899 hectares, o que é esperado, novamente, com a introdução de novas tecnologias que permitem maiores ganhos por hectare, em termos de produção.

O programa tem uma duração prevista de cinco anos, devendo ser instalado, no mínimo, em 750 propriedades. Espera-se um efeito multiplicador ilimitado, com os chamados programas de treinamento-visita.

Vacas gestantes em pastagem cultivada

Os nascimentos de primeira têm sido uma alternativa encontrada pelos criadores de gado de corte, porque

coincidem com o início do crescimento vegetativo das pastagens naturais. Entretanto, no final do inverno, as vacas encontram-se debilitadas e suas condições físico-orgânicas são agravadas pelo começo da lactação. Conseqüentemente, a recuperação desses ventres, com terneiros em pé, é lenta e, muitas vezes, não estarão em condições adequadas para uma nova concepção no próximo período de monta.

Buscando solucionar este problema, a UEPAE de Bagé-RS, da EMBRAPA, iniciou em 1977 uma pesquisa com o objetivo principal de identificar a melhor época de utilização de pastagem cultivada (azevém, trevo branco e cornichão) com vacas de cria, por períodos de aproximadamente 60 dias.

Utilizaram-se 429 vacas gestantes, divididas em quatro tratamentos: mantidas em campo nativo (testemunha) e mantidas em pastagem cultivada nos meses de julho e agosto, de agosto e setembro e de outubro. Após dois anos de observação, chegaram às seguintes conclusões:

● As vacas mantidas em pastagem cultivada em junho e

agosto foram as que apresentaram os pesos mais elevados ao parto (413,9 kg) e os terneiros mais pesados ao nascimento (30,0 kg); entretanto, ao desmame, esses pesos mais elevados foram observados para os animais mantidos na pastagem cultivada nos meses de setembro e outubro, (vacas com 431,9 kg e terneiros, aos sete meses, com 182,9 kg);

● Os melhores índices de reprodutibilidade de cria ocorreram, também, com vacas mantidas na pastagem cultivada em setembro e outubro, as quais superaram as vacas testemunhas em 18,3 unidades percentuais.

Observou-se, ainda, que a manutenção das vacas gestantes na pastagem cultivada nos meses de setembro e outubro, além de promover melhores resultados biológicos, permite melhor compatibilização do uso da pastagem cultivada entre as diferentes categorias de animais do rebanho.

Verifica-se, pois, que a utilização da pastagem cultivada com vacas com cria ao pé é uma prática capaz de aumentar, sensivelmente, a produção dos rebanhos, e possível de ser utilizada pela maioria dos pecuaristas.



Vacas no final da gestação recebem suplementação alimentar em cochos localizados no próprio pasto.



Aproveitamento de resíduos agropecuários

A grande disponibilidade de resíduos agroindustriais no Brasil e a necessidades de redução dos custos dos produtos foram as justificativas encontradas pela EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) para desenvolver pesquisas para o melhor aproveitamento de resíduos agropecuários, como cascas e sementes de frutas, polpas de citros, melão e pontas de cana-de-açúcar, entre outros, na dieta alimentar do gado bovino e outros ruminantes.

Segundo o presidente da Empresa, Miguel José Afonso Neto, mais de 130 milhões de toneladas desses resíduos são produzidos anualmente no País, somando-se a eles outros milhões de toneladas de resíduos advindos das atividades de beneficiamento dos cereais e da industrialização dos produtos agrícolas. Só na indústria do açúcar e álcool, continuou, na safra 83/84, através do processamento de cerca de 200 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e com uma produção estimada de 6,6 bilhões de litros de álcool, a oferta de resíduos será da ordem de 100 milhões de toneladas.

Ele explicou que o ruminante, por possuir um sistema digestivo peculiar que permite converter em alimentos de alta qualidade nutritiva materiais grosseiros, produtos fibrosos das plantas e subprodutos diversos, poderá aproveitar esta sobra de resíduos que, normalmente, é jogada fora.

Também, disse que a oferta e demanda de alimentos para o homem, até o ano 2000, nos países em desenvolvimento como Brasil, exigirá um crescimento superior da pecuária sobre a agricultura. A taxa de aumento anual será de 4,7 contra 3,6%, conforme estimativa dos técnicos. Para que isto ocorra, segundo o presidente da EPAMIG, deverão ser propostas modificações estruturais no setor e, durante

elas, seguramente, a melhor utilização dos resíduos agroindustriais na alimentação animal será indispensável.

Para tanto, continuou ele, como ainda não existe nenhuma tradição no País de utilizar estes subprodutos, é necessário incentivar mais projetos de pesquisa nesta área, objetivando, principalmente que, no futuro, a alimentação dos animais não seja competitiva com os alimentos destinados à subsistência do homem.

Pesquisa

Segundo informaram os pesquisadores da EPAMIG, José Marques Neto e José Joaquim Ferreira, embora o potencial alimentício representado por estes resíduos seja muito grande, eles não têm sido convenientemente utilizados na alimentação animal. Dentre os subprodutos agroindustriais disponíveis, eles citaram as cascas e sementes de frutas, polpas de citros, melaço e pontas de cana-de-açúcar, parte aérea e rasas de mandioca, subprodutos de cervejaria, subprodutos de indústria extrativa de óleos, da indústria de carnes, destilarias, restos de atividade avícola, palhas ou resíduos culturais, entre outros.

Mas, para se alcançar um alimento com disponibilidade protéica que atenda as necessidades nutricionais do animal, os pesquisadores defendem o uso de tratamento químico nestes resíduos, acrescentando que resultados promissores foram obtidos neste sentido. Segundo eles, os principais produtos químicos utilizados atualmente são hidróxido de sódio, de cálcio, de amônia, amônia gasosa e uréia.

Eles explicam que, em contraste como estômago do homem, o estômago do ruminante é relativamente grande e dividido em compartimentos. No animal adulto, o estômago composto corresponde a cerca de 70% da capacidade total do aparelho digestivo, enquanto nos eqüinos e suínos a respectiva

correspondência é de 9 e 29%.

Esta formação orgânica do bovino e outros ruminantes permite que estes animais aproveitem melhor os alimentos fibrosos, que não têm outra utilidade a não ser o seu retorno ao solo. Os pesquisadores esperam acumular experiências diversas neste setor, para que, nos próximos anos, possam repassá-las aos produtores rurais e acreditam que esta será, provavelmente, uma das soluções para a escassez de alimentos que preocupa todos os Países.

Marandu é nome de novo capim resistente à cigarrinha e com muita proteína

Uma nova opção para engorda de bovinos, inclusive de boa aceitação por parte dos eqüinos, está sendo lançada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte-CNPGC, em conjunto com o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados-CPAC, ambos da EMBRAPA. Trata-se do Capim Marandu, uma braquiária resistente às cigarrinhas

das pastagens, que apresenta um alto valor forrageiro, com produção anual de 6 a 8 toneladas de matéria seca por hectare, e teores de proteína bruta, ao redor de 10%.

Bem adaptado a solos de cerrados fertilidade entre média e boa, o marandu responde muito bem à adubação, especialmente ao fósforo. Em experimento de pastoreio, com carga animal fixa em torno de 1,6 unidade animal por hectare — o que equivale a 450 kg de peso vivo — foram observados no primeiro ano de utilização, ganhos médios de 200 a 600 g/animal/dia, nas estações seca e chuvosa, respectivamente.

O capim marandu pode ser utilizado também como alimentação na fase de desmama.

Para o estabelecimento do capim marandu, recomenda-se o emprego de 1,5 a 2,0 kg de sementes puras viáveis por hectare, o que corresponde a 6-8 kg de sementes com 25% de valor cultural. O plantio deve ser feito de preferência em meados da estação chuvosa, a lanço, com plantio das sementes à profundidade de 2-4 cm.

Informe-se no CNPGC, na Rodovia BR 262 km 4, Caixa Postal 154 CEP - 79100 - Campo Grande, MS, ou no CPAC, na Rodovia BR 020 Km 18; Caixa Postal 70/0023; CEP 73300; Planaltina-DF.

Sociedade Nacional
de Agricultura

Torne-se sócio

Av. General Júlio, 171 - 3.º andar - Fone: 240-4149 e 240-4873 - CEP 20021 - Rio de Janeiro - RJ

Racionalização do uso de energia na indústria de laticínios

A EPAMIG desenvolveu tecnologia simples para racionalizar o consumo de energia elétrica nas indústrias de laticínios.

Técnicas que permitem reduzir em cerca de 25% o consumo de combustível para a fabricação de doce-de-leite, com a simples adição de um percentual de leite em pó, possibilitando, também, aumentar a produção em até 41%, sem necessidade de se investir em outros equipamentos, são alguns dos resultados do projeto "Racionalização do Uso de Energia na Indústria de Laticínios", executado pela EPAMIG — Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, através da área de pesquisa em energia do Centro de Ensino e Pesquisa/Instituto de Laticínios Cândido Tostes (CEPE/ILCT).

Entre as tecnologias desenvolvidas neste projeto, destacam-se, ainda, novas técnicas para racionalização do consumo de energia elétrica. Segundo o engenheiro eletricitista responsável pelas pesquisas nesta área, Amaury Bellini, não se trata da implantação de tecnologia sofisticada, mas de um trabalho de organização do consumo e aproveitamento, a baixo custo, de uma parcela ociosa que, na maioria das vezes, é despercebida pelos empresários, "que acabam por comprar energia no escuro".

Amaury Bellini informou que a EPAMIG, através do CEPE/ILCT, em Juiz de Fora, está prestando assessoria a diversas indústrias com orientação técnica quanto aos seus potenciais de redução do custo energético, mesmo sem diminuição da quantidade de energia consumida e, portanto, sem interferir na produção de derivados do leite.

Encontra-se, também, em fase de implantação, um sistema de microcomputador que agilizará a realização de diagnósticos, gerando maior operacionalidade na execução destes trabalhos.

Como inovação, Amaury Bellini relatou que foi desenvolvido pela EPAMIG, em conjunto com o Departamento de Engenharia Eletrônica da Universidade Federal de Juiz de Fora, um novo tipo de controlador-indicador eletrônico de de-

manda. Trata-se, segundo ele, de um dispositivo de baixo custo já bastante difundido nas indústrias de laticínios da França, que contribui, significativamente, para o uso bem mais econômico da eletrotermia.

Outro aparelho construído e testado pelo CEPE/ILCT que diminuirá o custo de produção em indústrias de laticínios é o misturador água-vapor com controle automático de temperatura, destinado a gerar água quente entre 50 e 80 graus centígrados.

Segundo o pesquisador responsável pela sua criação, Braz dos Santos Neves, o equipamento é composto por um misturador de água-vapor, um tanque fechado com capacidade para 25 litros aproximadamente, uma válvula termostática, quatro válvulas tipo "globo" e um termômetro.

Durante os testes com o misturador,



Sector de beneficiamento do leite do ILCT

verificou-se, segundo explica o técnico, um consumo de vapor de 3,4 a 4,9% maior do que o valor teórico esperado, enquanto o sistema de aquecimento em tanque aberto, comumente usado, apresentou os valores de 13 e 16,2%. Além da economia de energia, devido à redução de perdas do vapor, ressaltou o pesquisador da EPAMIG, o equipamento apresenta como vantagens a obtenção instantânea e contínua de água quente à temperatura estabelecida e menor espaço para sua instalação.

Também, será lançado nos próximos dias um "Manual do Uso de Energia Elétrica na Indústria Laticinista", dirigido principalmente às pequenas e médias indústrias, que não dispõem de especialistas em seus quadros de funcionários. Este manual, em linguagem simples, traz recomendações para o uso racional da energia elétrica, sem ocasionar prejuízos para a produção.

Repasse

Tecnologias para redução de custos das indústrias de laticínios estão sendo desenvolvidas pela EPAMIG desde 1982 e, agora, serão repassadas às indústrias através de convênio assinado pela Empresa com o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG).

Utilizando os recursos do Programa de Modernização de Indústrias Laticinistas de Minas Gerais, o BDMG dará apoio creditício às indústrias de laticínios mineiras que aderirem ao programa, enquanto a EPAMIG se responsabilizará pelo apoio técnico, orientando as indústrias para os tipos e processos tecnológicos a serem adotados, além de avaliarem tecnicamente os resultados de sua implantação.

Segundo o presidente da EPAMIG, Miguel José Afonso Neto, o programa dará condições para que a Empresa repasse várias tecnologias geradas no CEPE/ILCT para as indústrias mineiras que, em sua maioria — cerca de 95% — são constituídas de pequenas e médias. Acrescentou que as indústrias de laticínios mineiras apresentam um insatisfatório nível de aproveitamento do leite, ocasionando elevadas perdas industriais por causa dos inadequados procedimentos de fabricação.

O alto custo operacional e a baixa qualidade do leite, afirmou o presidente da EPAMIG, tornam os seus derivados pouco competitivos no mercado. A consequência natural desta situação, segundo ele, é um crescimento na produção leiteira do Estado e um decréscimo na produção de laticínios.

Miguel José Afonso Neto explicou que o programa dará apoio financeiro a projetos de implantação, expansão, realocação e reforço de capital de giro, além de possibilitar investimentos em máquinas e equipamentos de fabricação nacional.

Molecagens de Macunaíma

Mário de Andrade

Jiguê era muito bobo e no outro dia apareceu puxando pela mão uma cunhã. Era a companheira nova dele e chamava Iriqui. Ela trazia sempre um ratão vivo escondido na maçaroca dos cabelos e faceirava muito. Pintava a cara com araraúba e jenipapo e todas as manhãs passava coquinho de assaí nos beiços que ficavam totalmente roxos. Depois esfregava limão-de-caiena por cima e os beiços viravam totalmente encarnados. Então Iriqui se envolvia num manto de algodão listrado com preto de acariúba e verde de tatajuba e aromava os cabelos com essência de umiri, era linda.

Ora depois de todos comerem a anta de Macunaíma a fome bateu no mocambo. Caça, ninguém não pegava caça mais, nem algum tatu-galinha aparecia! e por causa de Maanape ter matado um boto pra comerem, o sapo canauru chamado Maraguigana pai do boto fitou enfezado. Mandou a enchente e o milharal apodreceu. Comeram tudo, até a crueira dura se acabou e o fogaréu de noite e dia não moqueava nada não, era só pra remediar a friagem que caiu. Não havia prá gente assar nele nem uma isca de jobá.

Então Macunaíma quis se divertir um pouco. Falou pros manos que inda tinha muita piaba muito jeju muito matrinchão e jatuaranas, todos esses peixes do rio, fossem bater timbó! Maanape disse:

— Não se encontra mais timbó.

Macunaíma disfarçando secundou:

— Junto daquela grotta onde tem dinheiro enterrado enxerguei um despotismo de timbó.

— Então venha com a gente pra mostra onde que é.

Foram. A margem estava traiçoeira e nem se achava bem o que era terra o que era rio entre as mamoranas copadas. Maanape e Jiguê procuravam procuravam enlameados até os dentes, degradingolando juque! nos barreiros ocultos pela inundação. E pulavam se livrando dos buracos, aos berros, com as mãos pra trás por causa dos candirus safadinhos querendo entrar por eles. Macunaíma ria por dentro vendo as micagens dos manos campeando timbó. Fingia campear também mas não dava passo não, bem enxutinho no firme. Quando os manos passavam perto dele, se agachava e gemia de fadiga.

— Deixe de trabucar assim, piá!

Então Macunaíma sentou numa barranca do rio e batendo com os pés n'água espantou os mosquitos. E eram muitos mosquitos, piuns maruins arurus tatuquiras muriçocas meruanhas mariguais borrachudos varejas, toda essa mosquitada.

Quando foi de-tardezinha os manos vieram buscar Macunaíma tiriricas por não terem topado com nenhum pé de timbó. O herói teve medo e disfarçou:

— Acharam?

— Que achamos nada!

— Pois foi aqui mesmo que enxerguei timbó. Timbó já foi gente um dia quem nem nós... Presenciou que andavam campeando éle e sorveteu. Timbó foi gente um dia que nem nós...

Os manos se admiraram da inteligência do menino e voltaram os três prá maloca.

Macunaíma estava muito contrariado por causa da fome. No outro dia falou prá velha:

— Mãe, quem que leva nossa casa prá outra banda do rio lá no teso, quem que leva? Fecha os olhos um bocadinho, velha, e pergunta assim.

A velha fez. Macunaíma pediu para ela ficar mais tempo com os olhos fechados e carregou tejuapar marombas flechas piquás sapiquás corotes urupemas redes, todos esses trens pra um aberto do mato lá no teso do outro lado do rio. Quando a velha abriu os olhos estava tudo lá e tinha caça peixes, bananeiras dando, tinha comida por demais. Então foi cortar banana.

— Inda que mal lhe pergunte, mãe, porque a senhora arranca tanta pacova assim!

— Levar pra vosso mano Jiguê com a linda Iriqui e pra vosso mano Maanape que estão padecendo fome.

Macunaíma ficou muito contrariado. Maginou maginou e disse pra velha:

— Mãe, quem que leva nossa casa prá outra banda do rio no banhado, quem que leva? Pergunta assim!

A velha fez. Macunaíma pediu pra ela ficar com os olhos fechados e levou todos os carregos, tudo, pro lugar em que estavam de já-hoje no mondongo imundado. Quando a velha abriu os olhos tudo estava no lugar de dantes, vizinhando com os tejuapares de mano Maanape e de mano Jiguê com a linda Iriqui. E todos ficaram roncando de fome outra vez.

Então a velha teve uma raiva malvada. Carregou o herói na cintura e partiu. Atravessou o mato e chegou no capoeirão chamado Cafundó do Judas. Andou légua e meia nele, nem se enxergava mato mais, era um coberto plano apenas movimentado com o pulinho dos cajueiros. Nem guaxe animava a solidão. A velha botou o curumim no campo onde ele podia crescer mais não e falou:

— Agora vossa mãe vai embora. Tu ficas perdido no coberto e podes crescer mais não.

E desapareceu. Macunaíma assuntou o deserto sentiu que ia chorar. Mas não tinha ninguém por ali não chorou não. Criou coragem e botou pé na estrada tremelicando com as perninhas de arco.

Poeta, ficcionista, crítico de literatura e artes plásticas, musicólogo e folclorista, o paulista Mário de Andrade (1893/1945) foi sobretudo o grande doutrinador do Modernismo. A ele devemos, entre outras vitórias, a utilização, na linguagem escrita, de nossas raízes populares.

Entre seus livros fundamentais destaca-se o romance ou "rapsódia", *Macunaíma*, publicado em 1928, no qual o índio brasileiro se transforma num peculiar herói mítico, símbolo da liberação do inconsciente coletivo brasileiro. Nossa página literária de hoje reproduz o início do Capítulo II, *Maioridade*, em que se podem avaliar a astúcia e irreverência de Macunaíma, empenhado em conseguir comida para si mesmo e para sua família, e em não ser por estar enganado.

Pulverizador agrícola de tração humana

A U.F.V. desenvolveu um pulverizador de defensivos agrícolas bastante simples, de fácil manutenção e de boa capacidade operacional. Conheça detalhes deste novo equipamento a seguir.

Odilon Rany Ribeiro Ferreira da Silva (1)
Peter John Martyn (2)
Joaquim Joel do Valle Rodrigues (3)

Para combater as pragas, doenças e plantas daninhas, que afetam as culturas, são necessárias aplicações de inseticidas, fungicidas e herbicidas; e o pequeno produtor rural, com recursos financeiros limitados, encontra sempre dificuldades na compra de equipamentos de pulverização.

Encontram-se no mercado nacional pulverizadores motorizados e manuais. Os pulverizadores motorizados são equipamentos caros, precisam de motor ou trator para serem acionados e servem para grandes áreas. Os pulverizadores manuais são de baixo preço, mas de baixa capacidade de trabalho, exigindo grande esforço do operador.

Nas regiões agrícolas dos países mais desenvolvidos, as instituições de pesquisa e as indústrias têm-se preocupado em desenvolver novos equipamentos que se ajustem à força de trabalho, ao tamanho da propriedade, ao tipo de cultura e ao poder aquisitivo dos produtores.

No Brasil, verifica-se uma carência de equipamentos de pulverização para servir aos pequenos e médios produtores. O Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa, com o objetivo de estudar uma nova alternativa para tais agricultores, desenvolveu um equipamento de pulveriza-

ção de defensivos agrícolas simples, de fácil manutenção e de maior capacidade operacional que o pulverizador costal manual, tracionado por uma pessoa e que poderá também ser tracionado por um animal, desde que sejam feitas adaptações. O esquema do protótipo do pulverizador desenvolvido é apresentado nas figuras 2, 3 e 4; na figura 1 consta o esquema do circuito hidráulico e nas figuras 5, 6, 7 e 8 constam detalhes do equipamento em operação.

Funcionamento

O protótipo de pulverizador, ao ser tracionado, utiliza a rotação das rodas para o acionamento de suas bombas de pistão, através do sistema de transmissão por polias dentadas, corrente de rolete e biela.

Para ocorrer a pulverização, a calda do defensivo deverá percorrer os seguintes trajetos (figura 1):

Do tanque (a) a calda do defensivo é



Vista lateral do equipamento. Observar sistema de transmissão.

succionada pelas bombas (b), passando através de um filtro (p), e chega sob pressão à câmara de compensação (h), ao registro de pressurização (n) e ao limitador de pressão (g). Se a válvula de comando (j), 4 posições, estiver na posição de retorno, a calda pressurizada retornará ao tanque através da mangueira de retorno (t); caso esteja nas posições de pulverização, a calda do defensivo, sob pressão indicada pelo manômetro (i), chegará à barra pulverizadora (l) e aos respectivos bicos (m), iniciando a operação de pulverização.

O limitador de pressão (g) tem por finalidade evitar que a pressão de trabalho não ultrapasse o limite ajustado.

Antes da pulverização, com o equipamento em movimento, deve-se fechar por instantes o registro de pressurização (n), a fim de possibilitar a pressurização da calda do defensivo na câmara de compensação (h); isso para alcançar a pressão constante de trabalho, com jatos uniformes do início ao fim da pulverização. Esse procedimento é semelhante ao que se efetua nos pulverizadores costais manuais; bombeia-se para pressurizar a calda do defensivo e depois se abre a válvula de controle de pulverização.

Montagem

Rodas (r)

Foram utilizadas duas rodas de bicicleta (pneu 26 x 1 1/2 x 2 polegadas) com banda de rodagem larga (balão), a fim de aumentar a área de contato e melhorar a aderência com o solo, proporcionando torque suficiente para acionamento das bombas de pistão.

Chassi (s)

Construído com hastes de ferro, de dimensões 10 x 30 milímetros, com resistência suficiente para suportar o peso do tanque cheio de calda e os efeitos das irregularidades do solo nas condições de trabalho. As rodas foram fixadas em eixos e estes articulados ao chassi, de bitola regulável de 0,70 a 1,20 metro, a fim de permitir melhor adequação aos espaçamentos de plantio das culturas.

Tanque (a)

Construído de chapa de ferro n.º 20 (aproximadamente 1 milímetro), nas dimensões de 45 x 45 x 45 centímetros, com capacidade para 85 litros, dotado, na parte superior, de uma boca (v) (14 centímetros de diâmetro), com tampa e filtro tipo coador. A tampa e o filtro utilizados foram do pulverizador costal manual (Jacto série 7800). Para efeito de testes com água, o tanque foi pintado com tinta antiferrugem. Para pulverização com defensivos agrícolas, entretanto, os materiais utilizados deverão ser resistentes à corrosão química, como plástico ou fibra de vidro.

(1) Engenheiro Agrícola — Pesquisador da EMBRAPA-CNP-Algodão. Estudante de pós-graduação, mestrado em Engenharia Agrícola — Universidade Federal de Viçosa.

(2) Engenheiro-Agrônomo — Professor Adjunto do Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa.

(3) Engenheiro-Agrônomo — Professor Adjunto do Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Viçosa.

Mangueira (f)

Foram utilizadas mangueiras flexíveis, resistentes à pressão de até 600 libras por polegada ao quadrado (≈ 4140 KPa), com diâmetro 1/2 polegada (12,7 milímetros), normalmente utilizadas na interligação dos bicos presentes na barra dos pulverizadores tratorizados.

Observação: KPa = Unidade de pressão do Sistema Internacional de Unidade (KPa = KN/m²).

1 PSI = 6,893 KPa.

KPa = KN/m² = Unidade de pressão, do Sistema Internacional.

Câmara de Compensação (h)

Utilizou-se um depósito de gás liquefeito com capacidade de três quilogramas, resistente à alta pressão.

Registro de Pressurização (n)

Foi utilizado um registro cônico, a fim de possibilitar com maior rapidez a pressurização do líquido na câmara de compensação e, conseqüentemente, permitir que a pulverização se inicie na pressão de trabalho desejada.

Limitador de Pressão (g), Manômetro (i) e Válvula de Comando (j)

Utilizou-se um conjunto "Jacto" (código 908509) dimensionado para indicar pressão até 100 libras por polegada ao quadrado (≈ 690 KPa). O manômetro utilizado possui precisão de 1 libra por polegada ao quadrado ($\approx 6,9$ KPa).

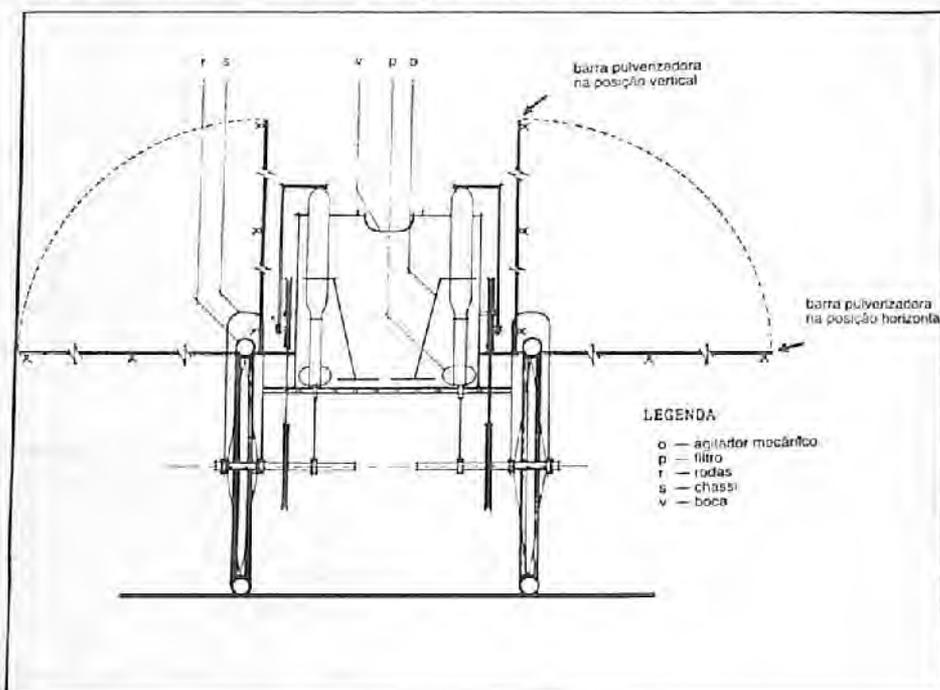
Barra Pulverizadora (l)

Utilizaram-se três seções interligadas, de tubo (eletroduto de ferro), de diâmetro 1/2 polegada (12,7 milímetros), com 2,5 metros de comprimento total, onde se fixaram 6 bicos, no espaçamento de 0,5 metro, por meio de presilhas de arame. Empregando-se mangueira flexível e resistente à pressão, fez-se a interligação dos bicos entre si e com o circuito hidráulico. A montagem da barra pulverizadora, na haste reguladora, permitiu várias regulagens na posição horizontal, na altura em relação ao solo ou ao ápice das culturas.



Pulverizador sendo tracionado (puxado) pelo operador. Observar o material de usado.

Figura 4 — Corte transversal AB do esquema do protótipo de pulverizador.



Haste Reguladora da Altura da Barra (k)

Construída em cantoneira, com dimensões de 3/4 x 3/4 polegada (19 x 19 milímetros), e comprimento 0,8 metro.

Bicos Hidráulicos (m)

Para simular pulverizações de herbicida, utilizaram-se 6 bicos tipo leque (ALBUZ Jacto série APG 110° O), que trabalham com pressão entre 30 a 60 libras por polegada ao quadrado (≈ 205 a ≈ 410 KPa), com ângulo de abertura de 110°, que produzem gotas relativamente grandes (300 a 500 micra). Na montagem utilizou-se filtro de malha de 50 "mesh".

Para simular pulverizações de inseticidas, fungicida ou adubo foliar, utilizaram-se 6 bicos tipo cone (Jacto série JD14-2) que trabalham com pressão entre 60 a 200 libras por polegada ao quadrado (≈ 410 a ≈ 1370 KPa), possuindo ângulo de 90° que produzem gotas pequenas e médias (150 a 300 micra). Na montagem dos bicos utilizou-se caracol com 2 rasgos e filtro com malha de 50 "mesh".

Características do equipamento

O equipamento descrito mostrou, através dos testes realizados à velocidade média de 0,8 metro por segundo, que permite a aplicação de inseticida, fungicida, herbicida ou até mesmo adubo foliar, com pressão de até 70 libras por polegada quadrada (≈ 480 KPa), em terreno gramado, com restos culturais ou recém-preparado, plano ou



Equipamento em operação num terreno preparado. Observar barra na posição de trabalho.

que apresente pequenas declividades.

A capacidade operacional pode ser de 3 a 6 vezes maior do que o pulverizador costal manual. Dependendo do tamanho da área a ser trabalhada ou mesmo em razão do peso a ser tracionado por uma pessoa. O equipamento pode ser modificado para ser tracionado por animal.

Para a operação com o pulverizador, recomenda-se:

- manter o equipamento sem vazamentos e em perfeitas condições de funcionamento;
- o pulverizador deve ser tracionado (puxado) e não empurrado, para evitar o contato do operador com o defensivo.

O operador deverá tomar todas as precauções e cuidados durante a operação do equipamento, comuns a quaisquer outros tipos de pulverizadores.

II Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira

Anais

1.^a parte

**Suplemento especial
da edição de maio/junho de 1985
de "A Lavoura".**

O II Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira foi promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura no período de 5 a 7 de fevereiro de 1985, sob o patrocínio da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares - NESTLÉ e Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A.

A agricultura na mira dos oportunistas

Octavio Mello Alvarenga*

Ao convocá-los para este II Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira, pretendeu a SNA comemorar, num amplo movimento de conscientização rural, seu 88.º aniversário. As reuniões que se iniciam neste recinto, aferindo programas cumpridos e enfocando propósitos futuros, terão lugar às vésperas de implantar-se entre nós uma Nova República, como bem disse o Presidente Tancredo Neves.

Com muita honra, dou as boas vindas aos expositores, chegados de todas as partes do País e dispostos a colaborar nessa tarefa de benefício comum; aos participantes, neste auditório numeroso e atento. Tudo leva à convicção de ter sido compensador o esforço da Diretoria e dos servidores da SNA, no sentido de fazermos desta Conclave um acontecimento valioso, não somente para a Administração Pública, como para todos os segmentos do setor primário, aqui tão bem representados. Aproveitamos o ensejo para agradecer efusivamente à NESTLÉ, e KLABIN CELULOSE o apoio efetivo prestado para a realização deste conclave.

No convite enviado aos participantes dos painéis em que se desdobrará o Seminário, aludimos ao fato de haver sido negado, sistematicamente, à Agricultura Brasileira a importância que ela realmente possui. Isso vem ocorrendo desde a Proclamação da República, quando o Ministério da Agricultura foi esquecido, só adquirindo foros de realidade no Governo Afonso Pena. Uma realidade mutilada, permanentemente diminuída ao longo desse período, pois bastou que um ramo da produção rural se destacasse, para que a Administração o transferisse à égide de outro Ministério. Assim aconteceu com o

café, o açúcar e o álcool. Em data recente, deslocou-se do Ministério da Agricultura o órgão encarregado das questões fundiárias; e a problemática ambiental, de inquestionável vinculação com os recursos naturais renováveis, ficou subordinada ao Ministério do Interior.

Dessa forma, a sugestão preliminar que a SNA propõe hoje ao plenário é a de iniciarmos nossa colaboração com a Nova República, com o declarado propósito de ver o Ministério da Agricultura do Brasil mais forte do que jamais o foi em toda a nossa História.

Sabemos que dentro de 15 anos, no ano 2000, o mundo será habitado por mais de seis bilhões de pessoas, e para que se mantenha a média alimentar atual, bastante insuficiente, será necessário um aumento superior a 50% na produção de alimentos. De acordo com dados atualizados da FAO, no último decênio, o nível da referida produção na América Latina caiu, embora tenham ocorrido melhorias substanciais no chamado "mundo desenvolvido".

Na solenidade de entrega dos Destaque "ALAVOURA", do ano passado, co-

mentamos que a fome e seu caudal de violências convivem permanentemente com o universo dos valores do homem moderno. Estudos publicados em 1970, da Escola Superior de Guerra, indicam que a população brasileira, dentro de 50 anos, poderá atingir a cifra dos 880 milhões de habitantes, mantidos os níveis do crescimento demográfico à época. Isto é, a disputa pela alimentação será acrescida de 670 milhões de novas bocas. Se os 130 milhões de brasileiros existentes se alimentam mal e estão arrasando com os recursos naturais, poluindo as águas, a terra e o ar — que ocorrerá em futuro próximo, se não nos decidirmos, com firmeza, pela adoção de um programa de desenvolvimento agrícola integrado?

Os espíritos tibios, que agem sempre na sombra, os que se mantêm no muro até o final das decisões, para tirar partido de qualquer vitória, murmurarão mais uma vez que se deve agir com prudência, deixando os acontecimentos fluírem de acordo com deliberações superiores.

Companheiros da Agricultura: ontem, como hoje e sempre, a hora é de ação, agilidade e fé. A fé, como já dissemos uma vez, é amiga da prudência, mas não sua contestadora. Em 1979, afirmávamos que o setor agrário, depois de tanto tempo marginalizado, emergia dos sonhos em que se encontrava, para compor uma nova sinfonia de trabalho, incentivo e promoção. Convivíamos com uma política desenvolvimentista, centrada no setor agrícola. O status de prioridade correspondia a vultosos recursos para investimentos na produção, e comercialização das safras. Novas perspectivas tinham sido abertas, com a



Alvarenga: "Desde 1983, o subsídio agrícola tem sido reduzido drasticamente."

* Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

criação de uma empresa oficial de pesquisas agropecuárias, da qual somos credores de assinalados serviços. Havia crédito e juros compatíveis, preços mínimos estimulantes. Maior produção e safra abundantes recompensaram todas as expectativas.

Há cerca de três anos, renunciávamos o ônus que se abateria sobre o setor agrícola, ao dizer que o País teria de passar por um período de estabilização econômica, com recessão acentuada. Estamos pagando o preço do que foi chamado de "milagre" ou "ilha da prosperidade".

A partir de 1983, o subsídio agrícola tem sido drástica e continuamente reduzido.

Efeito nítido e claro, que se observa desta medida é a transferência para o Banco do Brasil de todo subsídio que se concedia ao setor a custo zero.

É discutível que a política de redução dos subsídios agrícolas tenha alcançado o efeito antiinflacionário pretendido: elevou os custos da produção agrícola, que continuam crescentes, da mesma forma que os custos de alimentação e demais produtos de origem agropecuária.

Assistimos aos cortes de nossos incentivos, novos tabelamentos e confiscos cambiais, ao mesmo tempo em que presenciemos vergonhosos episódios no mercado financeiro, como os casos Delfin, Coroa Brastel, e, mais recentemente, o escândalo da SUNAMAN; que estarrece a opinião pública.

Somados, os quantitativos dos três casos citados correspondem a cerca de um terço de todo o volume do crédito rural agrícola concedido pelo Governo, em 1984.

O País sofre, atualmente, os efeitos de uma pregação equivocada e perigosa. Os capitalistas investem em papéis ou adquirem dólares; o povo coloca suas economias em cadernetas de poupança; os especuladores manipulam seus lucros no *open*, no *overnight* ou no entesouramento de lingotes de ouro. A "reliquia maldita" desse metal, referida por Lord Keynes — cuja memória há de sempre ser lembrada, por ter sido ele o principal articulador da criação do FMI — (a reliquia maldita — dizíamos), abate-se sobre uma terra de enfatuados, onde acintosos e impunes fraudes do mercado financeiro são

freqüentes, convivendo com a morte pela inanição, pela violência, com a fome e o assassinato de menores marginalizados.

Em janeiro do ano passado, tivemos o privilégio de receber em nossa sede social o então Governador de Minas, Presidente Tancredo Neves. Meses depois, em plena campanha eleitoral, pudemos apresentar a Sua Excelência valorosa comitiva de líderes ruralistas, com os quais foram debatidos praticamente todos os itens da extensa pauta reivindicatória do setor. Temos ouvido do Presidente Tancredo Neves, desde o admirável "Grito do Campo", de Porto Alegre, a afirmativa reiterada de que pretende ele cumprir o Estatuto da Terra.

Esperamos que este Seminário ajude o novo Presidente e seus auxiliares diretos na tarefa que irão enfrentar. Estamos plantando sementes selecionadas para um bom cultivador.

Ensinava, contudo, o poeta Virgílio, há quase dois mil anos, que uma boa colheita depende da maneira de plantar as sementes. Ao adubo orgânico da boa vontade deve-se sempre acrescentar permanente e estratégica vigilância ecológica. Vamos trabalhar.

O II Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira contou com o patrocínio de



Indústrias
Klabin do Paraná
de Celulose S.A.

**Companhia Industrial e
Comercial Brasileira de Produtos
Alimentares — Nestlé**

Uma análise profunda do crédito rural

José Kleber Leite de Castro*

Em "Bandeirantes e Pioneiros", lúcido confronto de duas culturas, a brasileira e a norte-americana, Vianna Moog põe sob o crivo da dúvida a asserção de Pero Vaz de Caminha, quando escreve que a terra do Brasil era tão boa que, "querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo".

Aduz o publicista que "base concreta para a simpática afirmativa Caminha não a apresenta", salvo a insopitada vontade de transmitir a D. Manuel alguma notícia bonançosa de encômio à terra descoberta, em contraponto à decepção da falta de informes sobre a existência de minas de ouro.

E acrescenta Vianna Moog: "Viu ele por acaso as roças plantadas pelos índios? Entendia ele de agricultura ou era assistido por algum iniciado nos segredos das terras de natureza tropical? Demorou-se ele no Brasil tempo bastante para ver o país de um modo ou de outro modo, como convinha ao autor de uma sentença que atravessaria os séculos e contra a qual os séculos não prevaleceriam? Não houve nada disto".

A carta traz por data o dia 1.º de maio de 1500 e o Brasil fora visto em 21 de abril.

Nesse período, o afoito cronista somente estivera em terra à pressa, em 26 de abril, para ouvir a missa de Frei Henrique de Coimbra.

No mais, ao longo da estada curta em costas brasileiras, "nada indica estivesse ele particularmente interessado em questões agrícolas. Parecia antes impressionado com o aspecto das índias, que por sinal lhe pareceram *bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pela espáduas e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras, que de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha*".

Qual então a justificativa do seu

José Kleber Leite de Castro era Diretor de Crédito Rural do Banco Central do Brasil à época da realização do Seminário.



Leite de Castro: "falsos diagnósticos não conduzem a soluções adequadas".

"querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo?"

"Puro impressionismo", arremata Vianna Moog.

A verdade, porém, é que a conduta superficial, de ilações ágeis e generalizadas, não se adstringiu ao texto da primeira carta de Vaz de Caminha, mas, ao contrário, desbordou voluptuosamente sobre o vasto espectro de sentenças relativas à agricultura brasileira, no decurso dos anos todos, de 1500 a 1984.

Não seria sequer desassisado afirmar que nos últimos decênios houve recrutamento do vezo de análises pela rama, nas quais se fartam erudições ou vaidades, enquanto se compromete o assentamento de diagnósticos consistentes sobre as realidades da agropecuária nacional.

Nesse enxuro originário do impressionismo de Caminha, intercorrem hoje falsas posturas, vogas e conveniências, que deitam raízes na ingenuidade, despreparo ou desinformação do setor rural e suscitam errôneas expectativas quanto à promoção do seu desenvolvi-

mento, com as frustrações consequentes.

De particular monta, em tal aspecto, são as configurações flácidas e abrangentes que se pretende atribuir ao papel do crédito rural, dando-se-lhe primazia aos demais fatores ou instrumentos de apoio à agropecuária.

Com efeito, na esteira das distorções acumuladas, podem-se alinhar como principais:

a) a licença à improvisação, que, aliás, tem o excepcional mérito de facilitar a gestação de prodigiosos especialistas, cujas becas de doutorado quase sempre se costumam com os ingredientes de peremptória ousadia de difundir afirmações ou mensagens sem qualquer lastro de verificações objetivas;

b) a ideiação do "Estado Papai Noel", que tudo pode em termos de recursos e cujos alforjes jamais se exaurem, impondo-se-lhe a obrigação de prover a todas as necessidades do setor;

c) a imaginosa concepção de que é possível outorgar benefícios (subsídios, PROAGRO, anistias etc.), sem custos sociais agregados (diretos ou indiretos);

d) a ilusão da alforria orçamentária, com a qual se busca desvincular os fluxos de capitais para a agropecuária de quaisquer contingenciamentos, em especial dos "estéreis controles monetários";

e) a mágica propensão de transvestir o crédito em mezinha instrumental, com potencialidades de desaguar sozinho na plácida solução de todos os desafios emergentes da economia agrícola;

f) o proselitismo eleicoeiro, que se acasala com os pregões de igualitarismo, exacerbando a função social do crédito, até mesmo com ingredientes sentimentalescos e se engaja no "lobby" de quaisquer reivindicações, desde que se prestem de gazuas para rompimento de espaços ou conveniências políticas.

Em contraposição a tão variegado mosaico de despropósitos, no atual governo alargou-se muito o debate acerca de temas indicados, logrando-se, em certo grau, substituir a precipitada difusão de "verdades" pela aproximação de teses, em princípio conflitantes, mas cujo cotejo abre alternativas novas e mais válidas.

É de assinalar-se, quanto a isso, a extraordinária importância o "Seminário Internacional de Crédito Rural", realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1982, com a participação de conferencistas e debatedores de vários países e promovido pela Sociedade de Agricultura, com apoio do Banco Central, FE-NABAN e FEBRABAN.

Se o encontro não pôde dirimir nossas controvérsias, há de tê-las, pelo me-

STILABIT PROGRAMACAO VISUAL

nos, colocado sob o compromisso de maior racionalidade, na medida em que apontou noutras nações a ocorrência ou recidiva das mesmas perplexidades e forçou o entendimento de que a persistência em falsos diagnósticos ou em receitas de mezinheiros não nos conduzirá a soluções adequadas e tempestivas.

As conclusões do seminário registraram, de fato, em teor quase tautológico, que a problemática do crédito rural tem contornos diferenciados em cada país, não se equaciona acertadamente sob pretórica intervenção do Estado, requer mobilização conjunta de outros fatores ou instrumentos, variáveis segundo as conjunturas e estratégias, e demanda períodos médios ou longos de maturação e sedimentação de diretrizes e opções.

Recursos não inflacionários para a agricultura

O primeiro exame dos fluxos de recurso para agricultura deverá naturalmente reportar-se às previsões legais, que é lícito tomar como síntese das opções consideradas viáveis na institucionalização do crédito.

Embora estática, a listagem da Lei n.º 4.829, de 5.11.65, foi diversificada, apontando as seguintes fontes:

I — internas:

- dotações dos "Fundos" ("Fundo Nacional de Refinanciamento Rural", "Fundo Nacional de Reforma Agrária", "Fundo Agroindustrial de Reconversão", "Fundo Geral para a Agricultura e Indústria", "Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola" etc.);
- dotações orçamentárias;
- isenções de recolhimentos compulsórios;
- exigibilidades;
- recolhimentos por deficiências de aplicações de exibilidades;
- multas por deficiências;
- colocação de bônus;
- resultados operacionais dos fundos;
- recursos próprios dos bancos (espontâneos);
- outros;

II — externas: empréstimos a fundos e programas.

Relativamente a esse elenco de fontes, deve-se observar que:

a) quanto à sua contribuição ao crédito rural:

- estão desativados diversos fundos;
- houve curta utilização do processo de isenção de recolhimento, revogando-se as resoluções pertinentes;
- são inexpressivas as participações:

(a) dos recolhimentos e multas por deficiências de aplicações de exigibilida-

Anexo n.º 1

Indicadores da Participação Relativa das Fontes

Em Cr\$ milhões

Anos	Autoridades Monetárias			Aplicações dos Bancos Comerciais Exclusive Repasses (4)	Total Geral (5)	Participação % (3/5)
	Banco do Brasil (1)	Repasse do BACEN aos B. Comerciais ⁽¹⁾ (2)	Total (3)			
1973	21.847	5.922	27.769	7.412	35.181	78,9
1974	39.941	9.307	49.248	11.051	60.299	80,0
1975	67.853	15.682	83.535	17.433	100.968	82,7
1976	101.098	21.296	122.394	22.805	145.199	84,3
1977	154.152	27.040	181.192	30.425	211.617	85,6
1978	208.123	33.029	241.152	28.857	270.009	89,3
1979	357.916	45.473	403.389	58.520	461.909	87,3
1980	627.043	67.588	694.631	97.191	791.822	87,7
1981	1.053.576	117.359	1.170.935	288.766	1.459.701	80,2
1982	1.818.040	178.023	1.996.063	707.431	2.703.494	73,8
1983	3.186.419	243.620	3.430.039	2.158.123	5.588.162	61,4
1984 ⁽²⁾	5.756.097	550.158	6.306.255	6.302.543	12.608.800	50,0

Fonte: BACEN — Boletim de Acompanhamento do Orçamento Monetário.

⁽¹⁾ Até 1978 dados obtidos do trabalho "OS LIMITES DAS FONTES DE FINANCIAMENTO À AGRICULTURA NO BRASIL" — de João do Carmo de Oliveira e Roberto M.S. Montezano.

⁽²⁾ Dados estimados.

des; (b) dos resultados operacionais; — os suprimentos se têm efetivado predominantemente ao abrigo de dotações orçamentárias (Banco Central e Banco do Brasil), das exigibilidades e dos recursos próprios livres;

b) quanto à sua natureza:

— são tipicamente monetários os recursos dos fundos, das isenções de recolhimentos (pele impacto na base monetária) e das dotações orçamentárias amparadas por adiantamentos do Banco Central;

— os recursos não monetários (e, pois, não inflacionários) estão restritos às exigibilidades, às aplicações espontâneas (excedentes das exigibilidades) e às dotações orçamentárias com lastro em transferências fiscais (muito reduzidas).

Os indicadores da participação relativa das fontes oferecem-nos o seguinte quadro (vide anexo n.º 1):

Tem-se a evidência de que houve no período acentuada redução dos recursos monetários, sendo de notar que:

Anexo n.º 2

Participação Relativa do Crédito Rural em M₁

Em Cr\$ milhões

Anos	Meios de Pagamento Valores Correntes	Recursos Destinados ao Crédito Rural — Saldo em Final do Período — Valores Correntes		Meios de Pagamento Valores a Preços de 1983	Recursos Destinados ao Crédito Rural — Valores a Preços de 1983	Índice de Meios de Pagamento	Índice de Recursos Destinados ao Crédito Rural	C.R./M ₁
		1983	1983					
1970	33.672	12.278	7.871.283	2.870.147	100,0	100,0	36,5	
1971	44.514	17.618	8.640.485	3.419.780	109,8	119,2	39,6	
1972	61.550	24.339	10.214.481	4.039.159	129,8	140,7	39,5	
1973	90.490	35.181	13.028.163	5.065.132	165,6	176,5	38,9	
1974	120.788	60.299	13.535.727	6.757.218	172,0	235,4	49,9	
1975	172.433	100.968	15.115.699	8.850.985	192,0	308,4	58,6	
1976	236.506	145.199	14.669.445	9.006.066	186,3	313,8	61,4	
1977	325.243	211.977	14.141.566	9.216.760	179,6	321,1	65,2	
1978	462.655	270.009	14.503.417	8.464.305	184,2	294,2	58,4	
1979	803.113	461.314	16.355.669	9.394.816	207,7	327,3	57,4	
1980	1.367.017	791.822	13.903.602	8.053.432	176,6	280,6	57,9	
1981	2.558.479	1.447.146	12.736.738	7.204.249	161,8	251,0	56,6	
1982	4.221.996	2.683.170	10.821.291	6.877.165	137,4	239,6	63,6	
1983	8.231.849	5.592.840	8.231.849	5.592.840	104,6	194,9	67,9	

Fonte: Conjuntura Econômica.

BACEN/DERUR (Estatística de Crédito Rural).

C. R. = Crédito Rural.

M₁ = Meios de Pagamento.

a) suas causas foram a contenção da base monetária e a conseqüente tendência de "desoficialização" do crédito rural;

b) a estratégia adotada, para tanto, consistiu em encurtar as rédeas nas aplicações do orçamento monetário (Banco do Brasil e Banco Central), ampliando-se, ao mesmo tempo, as aplicações fora do âmbito das autoridades monetárias (exigibilidades e recursos próprios livres dos bancos);

c) em compensação ao retraimento do Banco do Brasil e do Banco Central (fomento), o estímulo ao engajamento dos demais bancos exigiu: (1.º) revisão das taxas incidentes nas aplicações obrigatórias (exigibilidades); (2.º) liberação dos encargos financeiros nas aplicações espontâneas (excedentes às exigibilidades); (3.º) desburocratização generalizada de procedimentos e rotinas operacionais;

d) a liberação das taxas nas aplicações espontâneas tornou possível incorporar à rede operadora os bancos de investimento e as sociedades de crédito, financiamento e investimento, sem prejuízo de suas especializações.

Cumpra-se, todavia, em que a retração dos recursos monetários não se deu apenas ou preponderantemente na faixa do crédito rural, de vez que, em realidade, foi resultado inelutável das políticas de controle inflacionário e envolveu todos os segmentos da economia, em escalas diferenciadas.

Ademais, ao revés do que se vem alardeando com eivas de indignação, para suporte de críticas mais contundentes, no governo anterior houve alentada ex-

pansão dos percentuais dos meios de pagamento (M_1) apropriados para os financiamentos agropecuários.

Com efeito, depreende-se do anexo n.º 2 que a participação relativa do crédito rural em M_1 era de 58,4% em 1978, evoluindo para 67,9% em 1983.

Pelo exposto, em remate a questão entendemos que a oferta de recursos não inflacionários para a agricultura recomenda a adoção de estratégia múltipla, sendo fundamental:

a) manter as "exigibilidades" em níveis adequados;

b) incentivar os aportes de recursos próprios livres;

c) viabilizar o incremento de transferências fiscais;

d) reconciliar a agricultura com o mercado, para fazê-la competitiva no fluxo dos recursos bancários;

e) preconizar captações dirigidas;

f) induzir à aplicação das poupanças do setor nas próprias atividades (capitalização interna).

A propósito dessas conclusões, convém realçar que:

a) durante longo tempo ainda, julgamos que não se poderá substituir a rigidez das "exigibilidades" pelas expectativas de expansão dos recursos próprios livres dos bancos (aplicações espontâneas);

b) a adequação das "exigibilidades" inevitavelmente forçará sua inferência das "operações ativas" dos bancos ou do total dos "recursos operacionais", porquanto a perda de significância dos depósitos à vista ressalta a impropriedade de tomá-los como base de cálculo (anexo n.º 3);

c) com o advento da reforma bancária, nos moldes das minutas sob exame, deverão cessar os adiantamentos do Banco Central (orçamento monetário e conta de movimento), crescendo a demanda de transferências fiscais, seja para empréstimos, seja para equalização de encargos ou dispêndios similares;

d) as captações dirigidas (via lançamento de bônus, por exemplo) somente terão viabilidade mediante remuneração compatível, quer pela incorporação da agropecuária aos parâmetros do mercado, quer por esquema de equalização;

e) a reversão das rendas da agricultura ao próprio setor vem registrando notórios avanços, na proporção em que declinam as vantagens de subsídios implícitos nas taxas de juros.

De todo modo, o ajustamento da oferta de recursos não inflacionários para a agricultura dependerá, em medida ponderável, da extinção da falácia do crédito como "obrigação do Estado" e de sua inserção nos padrões do mercado.

Crédito institucional

O papel do crédito institucional no processo de desenvolvimento agrícola.

Trata-se de questionamento intimamente ligado ao anterior e cujo enfoque requer prévia delimitação conceitual.

De fato, pode-se considerar como institucional o crédito:

a) concedido pelo Banco Central;

b) concedido pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, como autoridades monetárias;

c) concedido por todo o sistema financeiro, sob observância das regras de especialização (Lei n.º 4.829/65 e legislação complementar).

De nossa parte, preferimos a acepção da alínea "c"; ainda assim, porém, vamos deter-nos na análise conjugada das demais indicações conceituais.

A propósito como retrospecto, cai a ponto reiterar que é descensional a participação relativa do Banco Central e do Banco do Brasil no crédito rural, segundo se demonstra no anexo n.º 1, de que extraímos os seguintes informes:

Como a tendência é de extinção do fomento no Banco Central e de supressão da "conta de movimento", que abastece o Banco do Brasil, fica à mostra que o crédito institucional, em tal classificação estrita, provavelmente continuará perdendo posição relativa nos saldos agregados.

Seja por essa evidência, seja pela preocupação de fazê-los mais reprodutivos, temos que os recursos de tais origens deverão assumir preferencialmente o papel de:

Anexo n.º 3
Depósitos à Vista: Perda de Significância

Anos	Depósitos à Vista (1)	Depósitos de Poupança (2)	Depósitos a Prazo Fixo (3)	Total dos Haveres Financeiros (4)	Em Cr\$ milhões		
					% 1/4	% 2/4	% 3/4
Dez./67	12.470	63	704	21.041	59,3	0,3	3,3
Dez./68	17.201	252	1.449	32.200	53,4	0,8	4,5
Dez./69	22.845	667	2.103	44.871	50,9	1,5	4,7
Dez./70	28.719	2.082	4.442	63.118	45,5	3,3	7,0
Dez./71	37.710	3.783	9.487	93.991	40,1	4,0	10,1
Dez./72	52.304	7.713	17.017	142.469	36,7	5,4	11,9
Dez./73	77.461	14.122	25.811	216.734	35,7	6,5	11,9
Dez./74	104.538	29.925	33.471	291.854	35,8	9,9	11,5
Dez./75	148.891	55.234	54.568	465.913	31,9	11,9	11,7
Dez./76	202.783	107.539	73.132	684.946	29,6	15,7	10,7
Dez./77	278.018	177.280	133.054	1.017.563	27,3	17,4	13,1
Dez./78	390.536	288.689	226.457	1.543.482	25,3	18,7	14,7
Dez./79	670.911	523.464	409.660	2.577.052	26,0	20,3	15,9
Dez./80	1.137.523	984.777	639.227	4.342.002	26,2	22,7	14,7
Dez./81	1.977.955	2.484.889	1.560.197	10.567.402	18,7	23,5	14,8
Dez./82	3.236.981	5.719.827	3.360.408	24.039.269	13,5	23,8	14,0
Dez./83	6.337.054	18.089.455	9.236.300	68.366.771	9,3	26,5	13,5

Fontes: Boletins do BACEN - Set./80 e Jan./83;

Depósitos à vista = BB, BCs, CEF, CESt e BNCC;

Depósitos de poupança = CEF, CESt, SCI e APES;

Depósitos a prazo fixo = BB, BCs, BIs, BEDs e CEs.

Elaboração: BACEN/DICRI/GABIN.

ANO	Recursos Monetários Cr\$ bilhões	Recursos Não Monetários Cr\$ bilhões	% (*)
1973	28	7,4	78,9
1978	241	28,9	89,3 (pico)
1983	3.430	2.158,0	61,4
1984	6.306	6.302,0	50,0

(*) Participação relativa dos recursos monetários.

ANO	BC %	BB %	BB + BC %
1973	16,83	62,07	78,90
1978	12,23	77,10	89,33
1983	4,36	57,04	61,40
1984	4,36	45,64	50,00

- a) induzir à absorção de tecnologias, em programas especiais;
- b) promover os produtores mais carentes, de regra pequenos e médios;
- c) sanar desequilíbrios estruturais ou regionais;
- d) propiciar a incorporação de novas fronteiras ao processo produtivo etc.

Noutras palavras, a política de aplicações das disponibilidades, nesses casos, precisará ser muito seletiva, reconhecendo-se embora a impossibilidade de abstenção de usos menos prestigiosos, onde não houver condições de oferta de fontes diversas.

Ainda que na conceituação mais lata, isto é, considerando-se como institucional todo crédito rural processado sob as normas especializadas, cabe a cautela de restringi-lo a objetivos exponenciais, cujas variantes estarão sempre na dependência do espectro de prioridades da política agrícola.

Ao mesmo tempo, assim, as modalidades creditícias que, por sua natureza ou pelas características de seus tomadores, possam prescindir de normatização específica, hão de ser preferentemente transferidas para os segmentos das operações bancárias comuns.

De outro lado, contudo, cumprirá também não descair para a presunção de que o crédito institucional, sendo seletivo, possa substituir os demais fatores de promoção setorial, pois, de tal sorte, se perderá na pletera de funções secundárias e ineficazes.

Distribuição do crédito

Em qualquer hipótese, os critérios de distribuição do crédito rural se amarram às definições do seu papel e defluem de aspectos substantivos (de metas) e adjetivos (formais ou processuais).

Embora se trate de questão fluida, com extrema interdependência de prioridades econômicas e sociais, globais e setoriais, existe algum consenso em

que os recursos devem ser alocados segundo objetivos de:

- a) equidade social, buscando-se a difusão: (1) ao maior número de tomadores, em contrapartida à propensão concentracionista; (2) às categorias de pequenos e médios, cujas vias de acesso ao sistema financeiro habitualmente são mais embaraçadas;
- b) correção de desequilíbrio inter-regionais, bloqueando-se a migração de recursos das áreas mais carentes e de maior risco para os pólos de desenvolvimento já sedimentados;
- c) equalização dos fluxos para as culturas de abastecimento interno, com baixo poder de competição com os produtos de exportação;

- d) incorporação de tecnologias;
- e) superação de estrangulamentos conjunturais etc.

As diretrizes ora em vigor têm procurado sustentar alguns desses critérios de distribuição, para o que estabelecem a obrigatoriedade de:

- a) os bancos oficiais (federais e estaduais) destinarem 30%, pelo menos, de suas exigibilidades aos mini e pequenos produtores;
- b) as exigibilidades serem aplicadas nas áreas de sua captação, dividindo-se o país em 7 regiões, de acordo com suas características geográficas e econômicas;
- c) 70% das exigibilidades vincularem-se ao custeio agrícola, à "Política de

Anexo n.º 4

Crédito para Produtos de Exportação x Consumo Interno

Anos	Em porcentagem		
	Produtos de Mercado Interno	Produtos de Mercado Externo	Demais Produtos
1969	40,6	39,1	20,3
1970	35,8	46,6	17,6
1971	32,5	48,3	19,2
1972	33,2	46,0	20,8
1973	30,7	45,8	23,5
1974	36,7	50,4	12,9
1975	42,6	44,0	13,4
1976	39,8	47,5	12,7
1977	36,9	48,4	14,7
1978	34,2	47,2	18,6
1979	36,4	46,6	17,0
1980	39,1	43,7	17,2
1981	39,7	39,0	21,3
1982	33,3	46,8	19,9
1983	29,8	47,9	22,3

Anexo n.º 5

Sistema Nacional de Crédito Rural

Banco do Brasil	Outros Bancos Oficiais			Bancos Privados	Total
	Federais	Estaduais	Total		
1.113	218	2.686	2.904	4.650	8.667

Anexo n.º 6

Subsídio em Crédito Rural

Ano	IGP-DI (A)	Relação Percentual (B/A)	
		Taxa Média de Juros do C. Rural (B)	
1970	19,3	11,3	
1971	19,5	11,3	58,5
1972	15,7	12,1	57,9
1973	15,5	12,1	77,1
1974	34,5	10,8	78,1
1975	29,4	10,8	31,3
1976	46,3	10,7	36,7
1977	38,8	11,2	23,1
1978	40,8	15,0	28,9
1979	77,2	18,0	36,8
1980	110,2	20,0	23,3
1981	95,1	43,8	18,1
1982	99,7	57,4	46,0
1983	211,0	153,0	57,6
			72,5

Fontes: Até 1980 "taxas de juros e crédito subsidiado" - Mailson Ferreira da Nóbrega - Abril/81. A partir de 1981 - BACEN/DICRI.

Garantia de Preços Mínimos" (EGFs) e a outras prioridades específicas;
d) 2/35 ou 2% das exigibilidades serem apropriados para o saneamento de cooperativas de produtores rurais.

De forma geral, conclui-se que esse direcionamento de recursos registrou resultados satisfatórios, tanto que:

- a) cresceu expressivamente o número de mini e pequenos produtores beneficiados que só no Banco do Brasil passaram de 391.592 em 1977 para 1.558.573 em 1983;
- b) foi mantida a participação relativa do Nordeste nos empréstimos (14%), sem embargo da estiagem de 5 anos e da conseqüente persistência de taxa de juros altamente subsidiada na região (35% a.a.);
- c) as operações de custeio e de garantia de preços mínimos têm apresentado comportamento ajustado à demanda, apesar das restrições monetárias;
- d) cerca de 200 cooperativas de produtores rurais puderam, a partir de 1982, sanear seus passivos gravosos e retomar as atividades estatutárias.

Em desalinho, porém, com essas observações, é reconhecer-se que:

- a) a abrangência do crédito rural, quanto ao número total de beneficiários, teve pequeno incremento, com tendência à involução nos últimos anos;
- b) os produtos de exportação ocupam espaços crescentes no crédito rural em detrimento dos produtos de consumo interno (anexo n.º 4);
- c) os programas incorporadores de tecnologia estão em colapso, à falta de recursos estáveis.

Com referência, por fim, às questões de forma ou processo, parece-nos que os critérios de distribuição do crédito rural devem visar:

- a) à capilaridade e interiorização das agências operadoras;
- b) à desburocratização;
- c) à autonomia instrumental, com abandono de funções secundárias.

Em tal sentido, de 1979 a 1984 tomaram-se medidas diversas com o escopo de:

- a) ampliar a rede operadora, que hoje alcança aproximadamente 8.700 agências (anexo n.º 5);
- b) difundir os "Postos Avançados de Crédito Rural", em praças desassistidas de agências bancárias;
- c) promover ampla simplificação dos procedimentos de concessão e execução do crédito rural, sendo essa desburocratização autorizada inicialmente apenas para o custeio dos produtos com VBC e devendo estender-se, no início de 1985, a todas as modalidades de financiamentos;
- d) reduzir a utilização do crédito em tarefas de indução de assistência técnica e de transferência de tecnologias.

Subsídio em crédito rural

Admite-se que nenhuma questão pertinente à política agrícola tenha motivado, nos últimos anos, mais virulentas dissensões do que o subsídio.

De princípio, aliás, prosperava quanto à matéria o mais esdrúxulo maniqueísmo: quem defendia o subsídio tinha foros de amigos do setor agrícola; quem o combatia ou o questionava, de vilão.

Superadas as intransigências pela amplitude do debate, chegamos ao estágio em que se coloca sob dúvidas a possibilidade e a conveniência de se manterem tais favorecimentos creditícios.

A discussão do assunto talvez deva partir do desdobramento dos subsídios creditícios em *implícitos* e *explícitos*.

Enquanto os explícitos quase nenhuma expressão possuem atualmente, os subsídios implícitos se generalizam ao longo dos anos, no crédito rural, mediante diferenciais de taxas de juros, atingindo o pico de favorecimento em 1980 e diminuindo desde então (vide anexo n.º 6).

A avaliação de desempenho leva-nos a sustentar que, *como executado no Brasil*, o subsídio ao crédito rural é:

- a) *economicamente ineficaz*, pois não suscitou ganhos estáveis de produtividade, que, ao contrário, declinou nas décadas mais recentes, exceto em situações especiais (produtos de exportação, pólos de tecnologia etc.), como evidencia o anexo n.º 7;
- b) *socialmente injusto*, de vez que alcançou somente os tomadores de empréstimos, cerca de 25% dos produtores, enquanto a todos se estenderam a administração dos preços agrícolas e outras formas de expropriação das rendas setoriais, em contrapartida ao suposto benefício;
- c) *tributariamente iníquo*, porque, à falta de suporte fiscal, contribuiu para o agravamento do processo inflacionário, que assume sempre as características

de gravoso imposto regressivo;
d) *juridicamente indefensável*, por não se amparar em lei objetiva ou em expresso referendo da sociedade (via Congresso Nacional);
e) *monetariamente insustentável*, porquanto não se embasa em fontes explícitas de recursos, erodindo os ativos das autoridades monetárias (BB e BACEN) e dos demais prestadores.

Apesar dessas verificações, *entendemos que não se possa eliminar a prática do subsídio à agropecuária*, mas que se deva condicioná-la:

- a) à seletividade, segundo objetivos, áreas, categorias de beneficiários, produtos, metas emergenciais etc.;
- b) à legitimação pelo Congresso Nacional;
- c) à explicitação e quantificação de recursos;
- d) ao custeio pelo orçamento fiscal, sob a forma de ressarcimentos ou equalizações;
- e) à administração pelo MINIAGRI, como responsável pelas políticas agrícolas.

É essencial, por fim, alertar que:

- a) conviria vincular os subsídios a motivações diversificadas, aptas a provocar impactos na economia rural, inferindo-os, por exemplo, dos ganhos de produção e produtividade, ao invés de os conservar atrelados ao crédito, como simples conseqüência de sua utilização;

b) se, apesar de tudo, for mantida a ligação dos subsídios ao crédito, seria de boa técnica reduzi-los ou extinguir no custeio, prestigiando os investimentos e a comercialização (em vista do produto acabado e posto no mercado);

c) a orientação que prevalecer quanto aos subsídios terá reflexos fortíssimos na geração de recursos para o crédito rural.

Anexo n.º 7

Evolução da Produtividade (kg/ha)

Culturas	Anos									
	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1981	1982	1983
Algodão em caroço	443	489	549	496	466	519	582	494	531	548
Arroz	1.638	1.488	1.617	1.641	1.517	1.466	1.566	1.378	1.616	1.515
Cana-de-açúcar	39.449	38.164	42.485	44.486	46.230	46.477	57.066	56.211	60.515	62.136
Feijão	692	662	676	700	635	551	423	459	490	390
Mandioca	13.089	12.934	13.121	14.282	14.553	12.794	11.640	11.956	11.344	10.663
Milho	1.287	1.190	1.298	1.381	1.442	1.505	1.779	1.825	1.731	1.745
Soja	—	1.445	1.200	1.211	1.144	1.699	1.727	1.780	1.565	1.792
Trigo	816	921	625	763	973	610	865	760	649	1.190
Cacau	554	429	347	333	444	625	661	614	659	715
Cafê	402	419	943	997	628	1.148	872	1.538	1.011	1.461
Laranja ^{1/}	78.100	83.636	74.481	76.054	76.705	78.290	94.670	98.240	98.295	94.010

Fonte: Ministério da Agricultura — SUPLAN/EAGRI.
1/ Frutos/ha.

O cooperativismo e o crédito rural

Antonio Ferreira Álvares da Silva*

Ao abordarmos o tema que nos foi designado, limitaremos nossa rápida digressão sobre o cooperativismo rural.

Estimulado por incentivos governamentais, notadamente através de assistência técnica e financeira, dispensadas ao segmento, pela carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil, o cooperativismo rural experimentou, a partir da década de 1970, notável expansão, com destacada participação no produto bruto nacional, a par de provocar a diversificação de várias culturas e o desenvolvimento da agroindústria.

Em 1970, o país contava com 1.160 cooperativas rurais, congregando 1.800.000 associados; atualmente, são 1.480 com 2.500.000 cooperados.

A guisa de informação, lembramos que, em 1981, os produtos comercializados pelas cooperativas rurais representaram um montante correspondente a 7 bilhões de dólares.

Ultimamente, o cooperativismo brasileiro tem experimentado grandes mudanças, resultando na integração de muitas das cooperativas existentes, tanto no aumento do número de associados quanto no aumento de produção industrializada e vendida pelas cooperativas.

Este fato emergiu, principalmente depois de se visualizar a necessidade de reforçar o setor cooperativista para se enfrentar a competição das empresas capitalistas com maior eficiência e sobretudo, provocar uma integração de dimensão vertical e horizontal, obtendo-se o incremento da atividade agroindustrial nas cooperativas.

Neste sentido, gostaríamos de enfatizar as tecnologias desenvolvidas na industrialização do leite, café, cacau, soja, pescado, carnes, aves, álcool, e o processamento de produtos hortícolas cooperativados.

As cooperativas transformaram-se em modernas empresas, construíram suas redes de armazenamento e estocagem, suas próprias usinas de beneficiamento e terminais de exportação.

Hoje, as cooperativas representam um forte poder de produção e são responsáveis por 90% da produção de trigo, 70% da produção de leite, 75% de soja e 20% da produção de algodão do país.

As cooperativas tiveram, pois, a oportunidade de mostrar sua capacidade de adaptação e de dinamismo, consolidando em poucos anos uma agricultura forte e organizada, que serviu de base à expansão da agroindústria e dos grandes fabricantes de insumos (defensivos, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas).

“Apesar da atual crise financeira, as cooperativas continuam a investir e a apresentarem uma boa expansão agroindustrial”

As cooperativas enfrentaram políticas restritivas de preços por parte destas indústrias e em alguns casos, do próprio governo, que dava maior ênfase à indústria do que à agricultura.

Esta situação dependente levou as cooperativas a iniciarem esforços para vencer as barreiras de *mercado, tecnologia e capital*, e entrarem no setor agroindustrial, onde além do valor agregado aos produtos existe uma maior possibilidade de realização de sobras, que distribuídas com os associados melhora sua condição econômica.

Prova incontestável da pujança do cooperativismo agrícola, tem sido dada neste período de crise em que estamos vivendo, onde o capital estrangeiro e privado desvia-se para investimentos não produtivos e as cooperativas continuaram a investir e apresentaram uma boa expansão agroindustrial.

A despeito da evolução econômica das cooperativas alguns problemas

agravaram-se, ou seja, os pequenos produtores de alimentos ficaram alijados do processo desenvolvimentista, burocratizaram-se as cooperativas como contingência do crescimento e ampliaram-se os quadros sociais sem uma concomitante evolução da conscientização e da participação dos produtores nas decisões de suas cooperativas, restando, ainda, a efetiva ação das instituições privadas ou oficiais do próprio cooperativismo.

Se o continuismo no poder de direção das cooperativas, e a pouca importância dada à democratização do processo de gestão das mesmas foi possível no passado, auxiliada pelo exemplo de uma postura autoritária das instituições do estado, o futuro na administração das cooperativas reserva espaço aos líderes puramente democráticos.

A Lei 7.231, de 23.10.84, sancionada em 26.10.84, transferiu, para a jurisdição do Ministério da Agricultura, o setor cooperativista.

Através do Decreto n.º 90.393, de 30.10.84, criou-se a Secretaria Nacional de Cooperativismo — SENACOOOP, órgão que controlará, coordenará e fiscalizará o sistema cooperativista.

O sistema cooperativista, sob a coordenação de uma secretaria nacional, subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Agricultura, passará a receber atenção governamental compatível com sua expressão sócio/econômica e terá amplas condições de disseminação e fortalecimento.

Já em atendimento a justas aspirações do setor cooperativista, determinou o Excelentíssimo Ministro, Nestor Jost, que se iniciasse o processo de “auto gestão” do sistema, com o gradual abrandamento dos controles e fiscalizações oficiais e a conseqüente co-participação das entidades de representação do sistema nesses acompanhamentos.

A SENACOOOP procurará criar condições para que as cooperativas funcionem, sem discriminações, ao lado das demais empresas, estimulando a colaboração no interesse real do seu desenvolvimento de *autogestão democrática*.

Entendemos que o sistema cooperativista passará a contar doravante, com mecanismos de apoio institucionais próprios e adequados.

Sem embargo, externamos nossas profundas preocupações sobre o futuro das cooperativas rurais brasileiras, já que, segundo entendemos, nem elas e nem os produtores rurais poderão suportar, por mais algum tempo, as escorchantes taxas de juros impostas ao setor, a partir da resolução n.º 590, de 7.12.79, do Conselho Monetário Nacional, e a ausência de uma política de desenvolvimento rural, na forma preconizada no artigo 73 da Lei n.º 4.504, de 30

Ex-Secretário Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura.

de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

A política de crédito rural brasileira

Muito embora, tenhamos debatido, exaustivamente, a problemática dos recursos e juros do crédito rural, sentimos no indeclinável dever de alertar para os desastrosos que se praticam, a partir de 1980, na política de crédito rural, quer elevando drasticamente suas taxas de juros, quer reduzindo substancialmente os recursos para o setor, quer destruindo a Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, onde bancários profissionalizados, patriotas e competentes, disseminavam o crédito rural, como verdadeiros apóstolos da produção.

Lamentamos, também, que as decisões que têm sido adotadas com relação à política de crédito rural não se tenham lastreado em conclusões de estudos técnicos hábeis e nem em trabalhos sérios e consistentes elaborados por entidades como a Sociedade Nacional de Agricultura, pois, a malfadada resolução n.º 590, de 7.12.79, não reflete, de forma alguma, as conclusões do grupo de trabalho referido no voto n.º 466/79, de 7.12.79, do presidente do Banco Central do Brasil e, também, as posteriores elevações das taxas de juros do crédito rural — não levaram em consideração as sugestões contidas no "Painel Conclusivo" atinente ao Seminário Internacional de Crédito Rural, realizado no período de 23 a 27 de agosto de 1982, no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade da Sociedade Nacional da Agricultura e patrocínio do Banco Central do Brasil quando se demonstrou, cabalmente, que o modelo de crédito rural, vigente até 1980, era adequado às condições e peculiaridades brasileiras e que quaisquer mudanças a serem introduzidas no sistema de incentivo à agricultura não poderiam provocar diminuição da renda líquida do agricultor, sob pena de descapitalizar o setor agrícola e comprometer o crescimento da produção agropecuária nacional.

Hoje, é consenso geral que a agricultura brasileira mantém os mesmos níveis de produção aos alcançados em 1980, não obstante nosso crescimento populacional da ordem de 2,3% ao ano e ao incremento das exportações de produtos agrícolas. O país vive no subconsumo e temos 86 milhões de subnutridos, entretanto. Até o momento, nenhuma pesquisa séria se realizou para identificar as causas desta catástrofe e nem se procurou avaliar os efeitos da nova política de crédito rural implantada a partir da resolução 590, de 7.12.79.

Variáveis monetárias e crédito rural 1970/1984 - Cr\$ bilhões

Fim de Período	Operações Rurais Contratadas		Base Monetária	Papel-Moeda em poder do público	Dívida Interna	Taxas de Inflação %
	Valores Correntes	Valores Constantes Em Cr\$ de 1984				
1970	9,2	7,1	17,1	6,7	10,1	19,4
1971	12,9	8,2	23,3	8,5	15,4	19,5
1972	18,7	10,2	27,7	11,5	26,2	15,7
1973	30,3	14,4	40,7	16,4	38,3	15,5
1974	48,3	17,8	54,2	20,8	47,8	34,5
1975	90,0	26,0	73,9	31,0	97,5	29,4
1976	130,2	26,6	110,7	46,1	153,9	46,3
1977	165,9	23,7	166,8	65,2	240,5	38,8
1978	233,9	24,1	241,8	94,0	357,9	40,8
1979	448,7	30,1	445,8	167,3	521,5	77,2
1980	859,2	28,8	699,4	290,7	848,4	110,2
1981	1.564,1	25,0	1.188,1	523,1	3.087,9	95,2
1982	2.960,3	24,2	2.219,3	1.010,1	7.863,4	99,7
1983	5.687,8	18,2	4.197,3	1.881,0	25.436,7	210,9
1984	15.013,4	6.222,9	110.000,0*	223,8

* Valor aproximado

(Em Cr\$ milhões)

Fim de Período	Base Monetária	Meios de pagamento		
		Papel-Moeda em poder do público	Depósitos à vista nos bancos	Total
1970	17.161	6.719	26.919	33.638
1971	23.392	8.555	35.959	44.514
1972	27.724	11.547	50.003	61.550
1973	40.776	16.427	74.063	90.490
1974	54.202	20.807	99.881	120.788
1975	73.934	31.031	141.402	172.433
1976	110.752	46.193	190.313	236.506
1977	166.863	65.205	260.038	325.243
1978	241.823	94.073	368.582	462.655
1979	445.853	167.315	635.798	803.113
1980	699.475	290.711	1.076.306	1.367.017
1981	1.188.137	523.169	2.035.310	2.558.479
1982	2.219.311	1.010.164	3.211.832	4.221.996
1983	4.197.328	1.881.033	6.350.816	8.231.849
1984	15.013.439	6.222.955	18.762.201	24.985.156

Fonte: Banco Central do Brasil

Observação: Por convenção, utiliza-se como conceito dos meios de pagamento, no Brasil, o denominado M1 — que é constituído da soma dos depósitos à vista no Banco do Brasil, dos depósitos à vista nos bancos comerciais, acrescido do papel-moeda em poder do público (que por sua vez é constituído pela diferença entre o papel-moeda emitido e o caixa do Banco do Brasil, excluindo o caixa dos bancos comerciais).

Para nós que vivemos diariamente o crédito rural, não vemos qualquer inovação na política de crédito agrícola, mas apenas a repetição imperdoável e quicá calamitosa de experiência anterior, processada em 1965 cujos resultados foram catastróficos para o país, consoante está demonstrado na seguinte transcrição, extraída de brilhante estudo proferido pelo consagrado professor Dércio Garcia Munhoz, intitulado — "Economia Agrícola — Agricultura — uma defesa dos subsídios", impresso pela editora vozes, em 1982, com as seguintes informações:

"2. As restrições ao crédito agrícola

nos anos 60.

Ao final da década de 50 a economia brasileira enfrentava uma elevada e persistente componente inflacionária, que não chegou a afetar a alocação de recursos para o crédito agrícola apenas porque o governo de então recusou publicamente a adoção de políticas monetárias restritivas, recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional, em circunstâncias tais que levaram inclusive à suspensão de operações do país com aquela instituição.

Mal iniciada a nova década, já em março de 1961, sob o novo governo recém-empossado, foram introduzidas

profundas mudanças na política cambial, que além de iniciar a eliminação do sistema de âgios e bonificações que alimentava grande parte dos recursos requeridos para os financiamentos agrícolas, também teve o efeito de provocar uma explosão inflacionária no país. De fato, ao eliminar abruptamente o chamado "câmbio de custo", aumentando em 100,0%, de imediato, os custos de importação de petróleo, fertilizantes, papel de imprensa, máquinas e equipamentos destinados a investimentos prioritários, etc. — com outra elevação de 30,0% sobre novos níveis em meados de 1961 (o que também abrangia algumas transferências na área de "serviços"), inevitável seria o impacto inflacionário e o aumento dos preços saltava de 30,5% no ano de 1960 para 47,7% em 1961, na variação dezembro/dezembro do índice geral de preços. A isso se aliam os depósitos compulsórios sobre importações, então criados, e encargos financeiros na aquisição de cambiais, posteriormente institucionalizados, provocando significativas pressões de custos sobre o sistema produtivo.

Impulsionada a inflação, e face a outros distúrbios introduzidos no sistema econômico ampliando os desajustes nos níveis dos preços, o conseqüente alargamento do diferencial entre taxas de juros aplicadas e taxa de inflação levou a uma crescente deterioração real dos retornos das operações de crédito rural antes contratadas, ou seja, o "fundo agrícola" não se recompunha em termos reais, exigindo o aporte de novos recursos de outras fontes para sustentar os financiamentos, num momento em que as fontes de suprimento "tradicionais", como do "fundo de âgios e bonificações", se reduziam continuamente.

A nova filosofia

Dentro desse quadro, e diante das



Álvares da Silva: "O cooperativismo brasileiro tem experimentado grandes mudanças."

tentativas de controle da inflação com o auxílio de uma política de restrição creditícia, contenção de déficits públicos, redução dos salários reais da classe trabalhadora, etc., incorporadas em 1964, pode-se entender as razões pelas quais, quando da criação do Conselho Monetário Nacional e Banco Central, as atenções governamentais voltaram-se para a agricultura, visando reduzir os créditos rurais do Banco do Brasil, pois só assim se poderia deixar de alocar reforços monetários para recomposição do "Fundo

Agrícola", ou, mais verdadeiro, se alcançaria a redução da demanda de novos recursos oficiais.

A nova filosofia que então se instaurava materializava-se com a introdução do orçamento monetário como instrumento de controle das aplicações globais das autoridades monetárias, em razão do que os recursos destinados à agricultura foram contingenciados já em 1965, quando também se decidiu pela elevação das taxas de juros de algumas operações porque "... o crédito agrícola se tornava cada vez mais atrativo, possibilitando inevitáveis desvirtuamentos". Incluía-se na nova política a participação crescente dos então chamados bancos particulares no crédito rural, mediante liberação de depósitos compulsórios, em razão do que verificou-se sensível transformação na participação das instituições financeiras no crédito; isto porque, enquanto os financiamentos do Banco do Brasil às lavouras se expandiu em apenas 11,0% em 1965 — para um aumento de preços, medido pelo deflator implícito do produto, da ordem de 55,4% — crescendo Cr\$ 58,7 bilhões, os bancos particulares ampliaram seus empréstimos à mesma finalidade em 88,0%, com elevação de Cr\$ 219,5 bilhões.

Saldo dos empréstimos ao setor agrícola

		Cr\$ Milhões		
Banco do Brasil (1)	Bancos Comerciais (2)	Total BB + BC Val. nominais (3) = (1) + (2)	Total BB + BC Preços reais*	
1975	71.948	33.140	105.088	5.619.679
1976	114.753	44.258	159.011	6.211.367
1977	169.687	57.649	227.336	6.826.907
1978	208.123	61.886	270.009	5.947.335
1979	357.915	103.399	461.314	6.905.898
1980	627.043	164.779	791.822	7.855.377
1981	1.053.576	393.570	1.447.146	7.342.192
1982	1.818.040	865.130	2.683.170	6.885.219
1983	3.186.419	2.406.421	5.592.840	5.592.840

Elaboração: CAE/MA

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil

(*) Deflacionado pela ORTN. Base 1983 = 100

Em relação aos créditos concedidos no ano de 1965 para financiamento das lavouras (custeio e investimento), o Banco do Brasil reduziu em cem mil o número de contratos, passando de 461,6 mil em 1964 para apenas 365,4 mil no ano seguinte, abrindo campo, assim, aos demais bancos, como determinava a nova política. Com isso o valor dos créditos oficiais cresceu em termos nominais em 13,6%, mas compensados os efeitos inflacionários, observou-se uma queda real de 27,0%.

O novo modelo de crédito rural era, então, implantado com decisão, com o Banco do Brasil enquadrando-se disciplinadamente nas determinações governamentais, viabilizando assim a que o orçamento monetário fosse fechado nos limites estabelecidos na programação teórica que lastreava a política inovadora.

Completados os financiamentos do ano, a safra de 1966 forneceria elementos para avaliação da nova política de crédito rural. E os resultados publicados pela Fundação Getúlio Vargas não indicavam qualquer desastre agrícola, a despeito de uma queda de 2,0% na produção exclusiva de café (ou de 4,3% incluindo o café), ou recuo de 2,8% na produção destinada ao mercado interno.

Os resultados efetivos da produção rural do ano de 1966 não foram, porém, exatamente aqueles computados pela Fundação Getúlio Vargas com base em estatísticas oficiais, pois que o relatório do Banco Central do Brasil do ano de 1966 (p. 31) indicava outra realidade:

TABELA II.2

Variação da produção agrícola em 1966

— Em percentagem —

Discriminação	Varição — %
1. Produção agrícola total	(-) 20,4
2. Produção agrícola, excluindo o café	(-) 15,8
3. Culturas alimentares básicas	(-) 19,1

Fonte: Banco Central do Brasil — Relatório de 1966, p. 31

E, de fato, no ano de 1966 se presenciou o maior desastre agrícola do pós-guerra, já que a própria Fundação Getúlio Vargas, em seus cálculos das contas nacionais, retificava informações anteriores, reconhecendo, apenas em 1977 (Conjuntura Econômica de junho/77), uma queda de 14,6% na produção agropecuária naquele ano, que apenas não trouxe implicações mais graves ao abastecimento interno face às boas safras anteriores, como também porque se praticava uma política de arrocho salarial que reduzia seguidamente o poder de compra de grande parte da população. E as informações publicadas

pela FAO (Anuário da Produção de 1968) confirmariam sensível regressão na produção de cereais no Brasil, em 1966, com uma queda de 14,2 para 13,5 milhões de hectares na área plantada, e de 12,0% no volume produzido, correspondendo a uma redução próxima de 3,0 milhões de toneladas em relação à safra anterior.

A primeira experiência de subordinação do crédito agrícola a metas rígidas do orçamento monetário foi, portanto, desastrosa. O que fez com que, já para a safra seguinte, se liberassem recursos via Banco do Brasil — quando os empréstimos concedidos pelo banco oficial às lavouras se expandiram em 59,3% para uma inflação de apenas 39,5%.

Posteriormente não mais se tentou a adoção de restrições traumatizantes sobre o crédito agrícola, postura que seria favorecida tanto pela queda nas taxas de inflação como do rápido crescimento da economia, com paralela expansão

das exportações em geral, e inclusive de produtos de origem agrícola. Desde então a política monetária passou a ser flexível, e o crédito rural foi expandido a elevadas taxas nos anos que se seguiram.

As mudanças na economia internacional e na economia brasileira, a partir de 1974, com a crise do petróleo, não provocariam alterações de maior profundidade na política de crédito rural, e nem mesmo com a reaceleração inflacionária, a despeito da grande expansão do crédito que vinha sendo registrada desde princípios da década. O fato se deveu certamente, ao surgimento, a partir de 1975, de novas fontes de recursos não remunerados em poder das autoridades monetárias, ligados aos recolhimentos compulsórios sobre importações e sobre viagens ao exterior, que alcançaram saldos próximos de Cr\$ 7,0 bilhões em fins de 1975, Cr\$ 40,0 bilhões em 1976, Cr\$ 45,0 bilhões em 1977, Cr\$

Sistema nacional de crédito rural operações contratadas 1970/83 - (IGPZ médio)

Anos	Em Cr\$ de 1983	Em Cr\$ de 1984
1970	2.219.742	7.116.869
1971	2.567.308	8.231.225
1972	3.174.887	10.179.226
1973	4.489.402	14.393.784
1974	5.551.570	17.799.275
1975	8.093.970	25.950.641
1976	8.292.401	26.586.844
1977	7.403.569	23.737.098
1978	7.528.988	24.139.213
1979	9.382.047	30.080.434
1980	8.971.693	28.764.770
1981	7.781.343	24.948.306
1982	7.533.895	24.154.945
1983	5.687.785	18.236.004

Fonte dos Dados Originais: "Crédito Rural — Dados Estatísticos" — BACEN/DERUR.

Anexo n.º 1 — Fl.2

a) Estimativa do valor dos subsídios implícitos no Crédito Rural

Anos	Saldos Médios das Aplicações (*) A	Taxa Média dos subsídios implícitos B	Valor dos subsídios implícitos C = $\frac{A \times B}{100}$ Cr\$ milhões
1978	245.989	24,7%	60.759
1979	340.000 (estim.)	29,2%	99.280

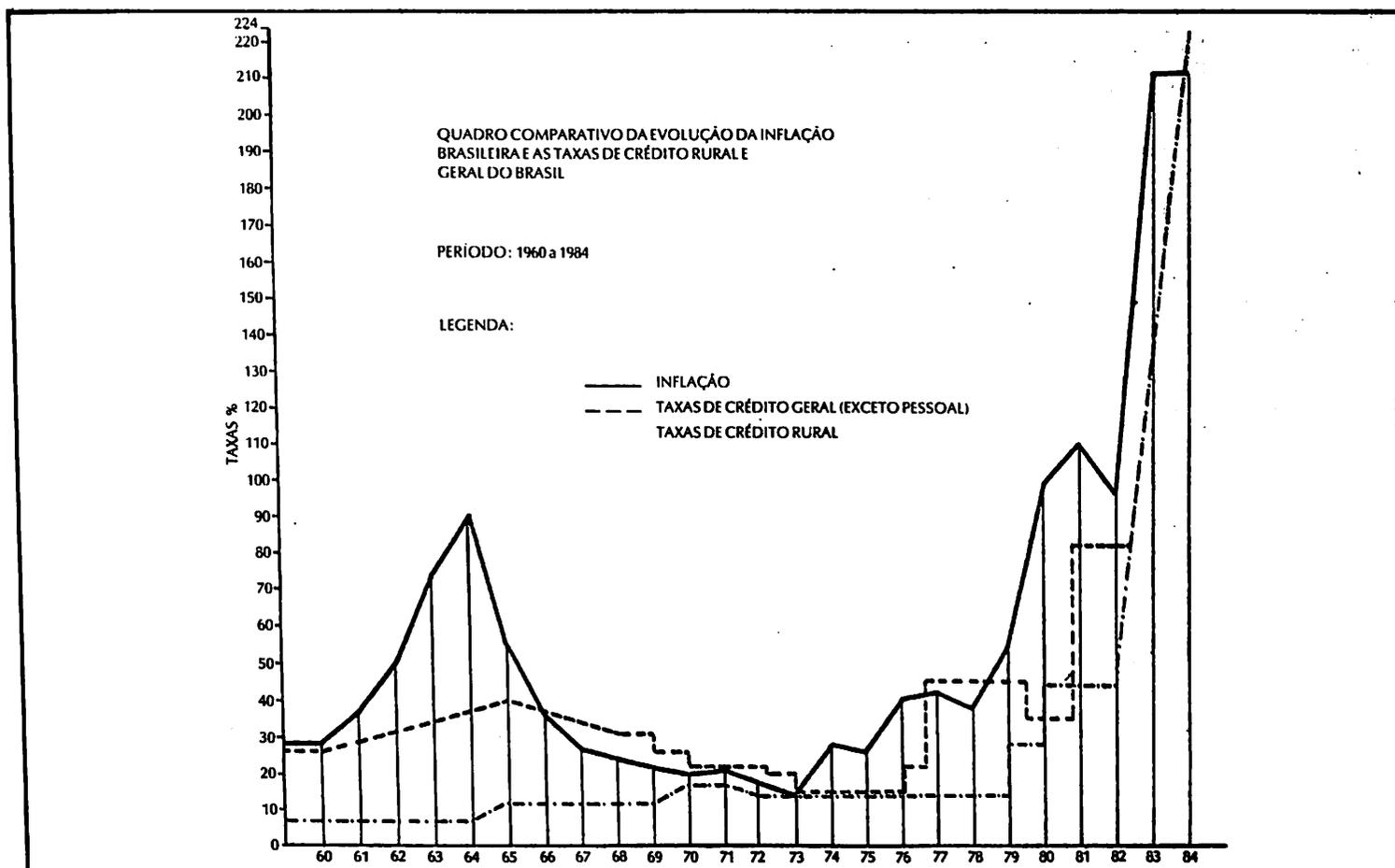
(*) Saldos médios das Aplicações:

$$1978: \frac{DEZ. 77 + DEZ. 78}{2} = \frac{211.976,9 + 280.000,6}{2} = \text{Cr\$ } 245.989 \text{ milhões}$$

$$1979: \frac{DEZ. 78 + DEZ. 79}{2} = \frac{280.000,6 + 400.000,0}{2} = \text{Cr\$ } 340.000 \text{ milhões}$$

b) Subsídios explícitos pelo Banco Central

Programas	1978	1979
FUNDAG	3.730	2.237
PROTERRA	118	421
POLONORDESTE	2	1
TOTAL	3.850	2.659



65,0 bilhões ao final de 1978 e Cr\$ 90,0 bilhões em novembro de 1979, com valores decrescentes a partir de então, face à revogação da obrigatoriedade de novos depósitos.

Com a utilização dos recursos propiciados às autoridades monetárias em razão de políticas ligadas a problemas de balanço de pagamentos, pode-se dizer que, como ocorrera ao longo dos anos 50 com a política de ágios e bonificações, encontrava o governo formas de recompor o fundo de financiamento de linhas prioritárias e favorecidas por taxas negativas de juros reais. É fato, porém, que em 1977 já se passasse a questionar a aparente liberalidade na concessão de financiamentos rurais, o que levaria inclusive à decisão de aumentar as taxas de juros, ainda que em níveis moderados e sem maiores impactos."

Releva, também, destacar a anotação, de n.º 12, constante do rodapé da página 27 do trabalho transcrito, alusiva a liberação de depósitos compulsórios dos bancos particulares:

"12. se a participação crescente dos bancos particulares no crédito rural visava reduzir as pressões sobre recursos disponíveis das autoridades monetárias, a liberação dos compulsórios recolhidos ao Banco Central, para cobrir

os empréstimos daqueles bancos, constituía um contrasenso. Isso porque os valores não aplicados pelo Banco do Brasil acabavam cedidos, de fato, aos bancos particulares, sem aliviar a escassez de recursos das autoridades; essa constatação indica que, em realidade, a nova política mais visava beneficiar os nossos bancos privados, em detrimento do banco oficial, que resolver um problema de recursos escassos."

Hoje, estas taxas estão acima de 230% ao ano e jaltam recursos para custeio dos tratos culturais, colheitas e comercialização da safra em curso, e, ainda, talvez, tenha que se, promover a importação de arroz, feijão e milho.

Afora isso os formuladores das instruções de distribuição do crédito rural ainda não se aperceberam que a população brasileira se urbanizou e que a agricultura passou a ser não mais aquela de gerar empregos e propiciar subsistência para o homem do campo e sim de produzir excedentes para os centros urbanos e para exportação.

Obviamente, a agricultura de subsistência deverá continuar a merecer a devida atenção apenas como meio de transição para a agricultura comercial, mas sem provocar qualquer restrição ao fomento e amparo à agricultura empresarial.

Em razão de todos estes enfoques, permitimo-nos sugerir as seguintes medidas:

- A) Lembrar ao novo Governo, seus compromissos com a prioridade a ser dada à agricultura e com a redução dos juros de crédito rural;
- B) Formulação imediata, pelo Ministério da Agricultura, de uma política de desenvolvimento rural, na forma preconizada pelo artigo 73 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- C) Quantificação dos recursos para o crédito rural de acordo com a referida política anual de desenvolvimento rural e não com as políticas monetárias;
- D) Análise dos efeitos provocados pela política de crédito rural implantada a partir da resolução n.º 590, de 7/12/79 e sua radical modificação, com recuperação dos recursos liberados generosamente;
- E) Restauração dos fundos e recursos do crédito rural;
- F) Reestabelecimento do modelo brasileiro de crédito rural, com o cumprimento correto da legislação pertinente e ajustamento do Banco Central do Brasil nas suas funções de coordenação e fiscalização, sem qualquer ingerência nas ações de fomento;
- G) Comando da política de crédito rural pelo Ministério da Agricultura.

A necessidade de uma política agrícola de longo prazo

Hélio Tollini*

Já tive a oportunidade, em outros seminários realizados pela Sociedade Nacional de Agricultura, de discutir os equívocos da política agrícola, ao longo das três últimas décadas que, de alguma forma, resultaram em uma situação adversa para a produção dos alimentos básicos da população brasileira. Não vou repetir essas idéias, mas quero enfatizar que a política agrícola brasileira, pelo menos nos últimos trinta anos causou um problema para os produtos básicos.

A agricultura brasileira, depois do ciclo da industrialização — quando todos achavam que a industrialização era o caminho, e se falava menos em agricultura — foi, formalmente, considerada prioritária e em todos os planos e discursos. O problema é que ao se listar prioridades, listaram tudo, e quando tudo é prioridade, na verdade, nada é prioridade.

Há dois tipos de prioridades: a da lógica da política econômica — que reconhece um setor com as implicações econômicas, sociais e políticas da agricultura. Neste contexto, a agricultura é definida como prioridade nos planos nacionais de desenvolvimento e em todos os momentos em que se discutia a prioridade nacional. A prioridade lógica, portanto, era dita e escrita, mas na verdade não se traduzia num conjunto de ações específicas, que significassem um apoio muito diferenciado ao setor agrícola. E contrastando com essa prioridade lógica, em alguns momentos, há uma prioridade da necessidade, em que a sociedade brasileira se mobiliza e, de certa maneira, o país acaba executando alguma coisa ligeiramente diferenciada em apoio ao setor agrícola ou a segmentos do setor agrícola.

Um exemplo disso é o ano de 1980, quando, depois de duas safras muito

Hélio Tollini era Secretário Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura à época da realização do Seminário.



Tollini: "Precisamos definir onde queremos chegar com a produção e o abastecimento dos produtos básicos."

ruins, em 78 e 79; o país teve que importar arroz, feijão e milho. Com isso, algumas ações práticas e objetivas, de apoio a esses produtos, foram concretizadas e o resultado é que a produção melhorou um pouquinho em 81, foi bem melhor em 82, a ponto de, de 1982 para 1983, o país ter virado o ano com 5 milhões e 200 mil toneladas desses três produtos, três e meio de milho, setecentos de arroz e um de feijão, como estoque governamental; produtos comprados pelo Governo, e que, de certa maneira, aliviaram a situação de abastecimento do ano de 83, que foi o ano das grandes perdas pelas enchentes.

Mas já em 83 e 84, a situação voltou novamente à posição anterior. Nesses últimos anos, foi possível dar um salto até razoável, na produção de milho, e ficamos mais ou menos no mesmo termo de arroz e de feijão. Entretanto, piora-

mos bastante com relação à mandioca.

Realmente houve uma movimentação, houve custeio em aberto para esses produtos, houve um preço mínimo melhor, e alguma coisa de especial foi feita. E, realmente, houve também uma resposta: a situação em 82 chegou a ser bastante favorável, esperava-se repelir em 83, mas infelizmente terminamos na mesma.

Em 1980, pensava que seria suficiente tratar os produtos básicos de forma especial, fazer um esforço maior com a sociedade aceitando a garantia de preços mínimos.

Em 1980 lembro que fiz uma palestra, dizendo que a política agrícola praticada durante os anos 50, 60 e 70 acabou prejudicando, esses produtos, e que era necessário fazer alguma coisa especial para que pudéssemos ter uma situação melhor de abastecimento de arroz, feijão, milho, mandioca e o resto dos produtos básicos, como o leite, a carne, etc.

Em 1984, cheguei à conclusão de que não era suficiente usar esses instrumentos. Era necessário usá-los de uma forma melhor e simplesmente ter mais recursos. Algumas outras coisas precisariam ser feitas e, em outra conferência em 1984, falava que não era suficiente fazer alguma coisa de especial para esses produtos. Ainda não tinha a resposta, apenas sabia que não era suficiente, e que tínhamos que nos esforçar para buscar alguma coisa que realmente garantisse ao país uma certa estabilidade.

É claro que o problema em nosso país não é simples. Temos uma porção grande da nossa população que não está no mercado de alimentos e que praticamente pertence a programas governamentais de doações de alimentos. Temos, infelizmente, uma vasta proporção dessas pessoas que estão marginalizadas, que sofrem com cada pequeno aumento nos preços de alimentos.

Esse 1985, estou chegando a formalizar uma certa idéia sobre o que realmente é preciso. Foi muito comum, ao longo de toda a minha experiência profissional de 25 anos — mas principalmente nos últimos anos — ver que era necessário definir uma política agrícola.

Creio que isso realmente é necessário, é importante. A política agrícola não é simplesmente um sistema de privilégios para a agricultura, privilégios fiscais ou creditícios. Talvez ela encerre essa necessidade de privilégios, mas isso deve ser realmente colocado de uma forma global, olhando as necessidades e as possibilidades do país.

A política agrícola é, de fato, necessária. Parece que precisamos definir onde queremos chegar com a produção e o abastecimento de arroz, de feijão,

STILL ART PROGRAMAÇÃO VISUAL

Há uma outra coisa mais básica ainda. de milho, de mandioca, de leite, de carne e, o que realmente precisaria e poderia ser feito para se chegar a esse objetivo? Acho que esse ponto é o essencial.

Existe outra necessidade que vem antes dessa, sem a qual, qualquer definição de política agrícola, por mais bem feita que seja, fracassa. Falta uma organização que possa definir e administrar a política agrícola, que venha a ser definida, seja no Congresso Nacional, seja como for.

É claro que a agricultura é parte de um todo, é parte da economia, e ela tem que estar sujeita a orientação que a economia impõe a todos os setores econômicos. Temos que respeitar esse fato. Não podemos olhar só os interesses da agricultura — embora seja a obrigação

nossa, do Ministério da Agricultura — mas temos que entender que ela é parte de um todo e que precisa se sujeitar às restrições e aos constrangimentos, tais como problemas de orçamento, que se impõem a todos os setores.

Queria deixar neste Seminário, a experiência de quem passou 6 anos exatamente, lutando por isso: os problemas dos gêneros básicos. E a experiência de quem acredita que é possível formular uma política agrícola para esses produtos. É ainda fazer um plano para, por exemplo, o alho, que talvez não seja tão importante na problemática do abastecimento, mas é um produto bastante complicado que deu certo. A sua semente, que importávamos de uma forma indecorosa, em quantidades muito além das nossas necessidades, hoje está regulamentada. Já estamos co-

meçando agora a desenvolver a nossa própria produção de batata semente, a própria compatibilização das safras de cebola do Nordeste, de São Paulo e do Sul, que tantos transtornos vinha trazendo, e agora, de certa maneira, melhorou bastante.

É possível para produtos mais complicados do que o arroz, o feijão, o milho, a mandioca. Foi e é possível fazer. Agora, o mais difícil é manter os objetivos da política agrícola, os instrumentos e os recursos dirigidos para aqueles fins definidos no programa ou na política; e é por isso que digo: precisamos de uma política agrícola, de alimentos dentro do contexto geral da política agrícola. Mas precisamos de uma organização que proteja, exatamente a execução desses programas, que visam a melhorar a situação de abastecimento no nosso país.

**Nem todos os seus problemas
são de LUBRIFICAÇÃO...
Mas este a PETROBRAS resolve.**

LUBRAX
MD-300 e MD-400

Um problema a menos para você.



Qualidade
PETROBRAS

A política de conservação do meio ambiente

Gilberto Conforto*

1. O dilema fundamental — Desenvolvimento e Preservação.

No momento em que as civilizações tomaram consciência do perigo que poderia representar a degradação do meio ambiente para a sobrevivência da própria humanidade, o dilema de preservar ou progredir tornou-se marcante. As reflexões sobre o problema não devem, no entanto, se colocar em posições extremas e radicais, mais assumir uma postura de equilíbrio em que o uso da tecnologia que permite maior eficiência no processo produtivo se faça com respeito ao meio ambiente. Que o uso dos recursos naturais se faça com a consciência de que é preciso garantir continuidade de sua utilização pelos nossos descendentes.

O dilema entre progresso e preservação do meio ambiente é falso. O importante é eliminar a lacuna existente entre a ciência e tecnologia e a difusão e utilização dos princípios por elas gerados. Lutar cada vez mais pela aplicação desses princípios é a tarefa maior daqueles que se dispõem a construir um mundo melhor para o amanhã de toda a humanidade.

2. O desenvolvimento econômico e social e a ONU.

A "Declaração sobre o Ambiente Humano" resultante da reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em 1972, prescreve o desenvolvimento econômico e social, como condição indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável, de forma a lhe assegurar a melhoria da qualidade de vida. Adverte, porém, energicamente, sobre a necessidade de se por fim à descarga de substâncias tóxicas ou formas degradadas de energia em quantidades ou concentrações tais,

que não possam ser neutralizadas pelo meio ambiente e conseqüentemente causarem danos irreversíveis aos ecossistemas.

3. Características dos ecossistemas. Suas leis fundamentais.

O conjunto de componentes físicos, químicos e biológicos interdependentes em uma comunidade, que se denomina "ecossistema", baseia-se principalmente nas relações funcionais entre organismos vivos e o meio ambiente.

Há 400 milhões de anos as condições favoráveis ao desenvolvimento vegetal dentro da chamada biosfera, permitiram o enriquecimento da atmosfera em 20% de oxigênio, compondo-se com outros gases como nitrogênio, gás carbônico e vapor d'água. Essa mistura foi mantida inalterada através dos séculos, pois nela, plantas, animais e microorganismos participaram de um ciclo balanceado no qual nada era perdido e no qual esses gases, quando usados, retornavam em taxas iguais na interdependência biológica de seus usuários.

Entre os elementos básicos dos ecossistemas, as substâncias inorgânicas e minerais, a flora, a fauna e os microor-

ganismos, somente as plantas podem utilizar a energia solar para, através da combinação de elementos do ar, do substrato rochoso, dos componentes do solo e da água, produzir tecidos vivos. Dessa forma, em um esquema superficial, as plantas alimentam os animais e seus dejetos e sua decomposição pelos microorganismos, restabelecem o equilíbrio.

Esse equilíbrio é regido pelas leis fundamentais dos ecossistemas. A adaptação, com que cada espécie encontra seu lugar e funções no ecossistema. A predação entre os indivíduos das diversas espécies, com a qual se evita a multiplicação exagerada de uma espécie, mantendo sua população dentro das disponibilidades de alimentos. E finalmente, a diversidade que também impede a proliferação exagerada de uma determinada espécie em relação às demais. Durante milhões de anos de vida primitiva, essas leis foram obedecidas e o equilíbrio ecológico preservado.

4. A ação do homem. O desequilíbrio biológico. Explosão demográfica. As necessidades futuras de alimentos.

Entretanto o homem violou essas leis, impedindo de certa forma a adaptação de espécies consideradas não convenientes, destruindo os predadores e eliminando a diversidade e proporcionando uma explosão populacional na espécie humana até agora sem precedentes. O tempo necessário à duplicação da população mundial está decrescendo vertiginosamente. A partir desse momento serão necessários pouco mais de 20 anos para que ela venha a ocorrer.

Haverá necessidade de se produzir pelo menos o dobro da quantidade de alimentos hoje produzidos, que já não é mais satisfatória. É possível imaginar as



Gilberto Conforto: "é preciso despertar a consciência de toda a população para o crescente problema da poluição."

* Analista do CNPq - Vice-Presidente do SNA.

pressões que se farão sentir sobre o meio ambiente, mesmo porque, além da produção de alimentos a necessidade de outras utilidades fundamentais (vestir, morar, etc.) se farão sentir com proporcional intensidade.

5. Conseqüências do desequilíbrio biológico. Depredação dos recursos naturais. Degradação do meio ambiente. A poluição.

Essas pressões que serão exercidas sobre o estoque de recursos naturais, sejam eles renováveis ou não, poderão ser imaginadas tendo como base a análise dos problemas que já se tornam evidentes na atual situação. A depredação de florestas, a deterioração da qualidade das águas pelo recebimento de dejetos, e as perdas de solo por erosão são algumas das conseqüências da busca, por populações crescentes, de meios de subsistência cada vez mais escassos.

As necessidades crescentes de produtos industrializados continuarão com maior intensidade a emitir emanações gasosas e efluentes líquidos resultantes dos resíduos de sua produção. Geralmente esses gases e as substâncias dissolvidas ou em suspensão nos dejetos líquidos são de natureza tóxica ao próprio homem, às plantas e aos animais. Enfim, essa descarga descontrolada de substâncias direta ou indiretamente tóxicas aos ecossistemas promovem seu desequilíbrio, e o que chamamos de poluição ambiental representa uma grave alteração no equilíbrio desses ecossistemas e, não raro, o afastamento das condições normais é de tal natureza, que se torna por vezes irreversível.

6. O problema em seus aspectos fundamentais. Os componentes industriais, agrícolas e sociais.

A degradação do meio ambiente como vimos pode ser provocada por dejetos industriais, como conseqüência de resíduos tóxicos não aproveitáveis. A fase gasosa dessas ejeções polui o ar atmosférico; a fase líquida polui os cursos d'água e as águas paradas ou semiparadas. Constituem emanações gasosas prejudiciais, aquelas que contêm em sua constituição, entre outros, o monóxido de carbono, óxidos de enxofre e óxidos de nitrogênio. Por sua vez os dejetos industriais líquidos, costumam conter substâncias orgânicas biodegradáveis (consomem o oxigênio em suspensão na água, necessário à vida aquática), produtos químicos (minerais, metais, pesados, ácidos), além de substâncias não degradáveis (plásticos, detergentes, etc.).

O componente agrícola do problema é, na maior parte, representado pelos agrotóxicos, substâncias destinadas ao controle químico das pragas e doenças

das plantas e de ervas daninhas. Os fertilizantes químicos, quando aplicados em excesso e por força da erosão e lixiviação podem se constituir também em elementos poluidores do solo e da água.

O componente social desse problema é representado pelo maior ou menor grau de consciência da sociedade para sua importância. O lixo urbano e a forma com que é tratado, pode se constituir também em um dos grandes fatores de poluição.

7. O despertar da consciência da sociedade para o problema. Natureza das atitudes individuais ou grupais.

Já na década de 1930, se conheceram os primeiros diplomas legais destinados à proteção dos recursos naturais e do meio ambiente. Podemos, entre eles, citar o Código de Caça.

A partir daí, o controle da qualidade do meio ambiente passou a ser exercido de forma gradativamente crescente, embora inicialmente a nível estadual e mais tarde dentro de um sistema integrado nacional. No entanto, a insuficiência de recursos humanos e materiais e a insuficiência de conhecimentos mais aprofundados da natureza do problema, levaram a uma clara insuficiência na ação de controle.

Somente, com o despertar da consciência da sociedade para o problema e no momento em que os clamores ganharam as ruas, os salões, a imprensa e outros meios de comunicação de massa, foi que assistimos a tomadas de posições mais enérgicas, mas mesmo assim ainda um pouco tímidas.

As reações individuais ou grupais, dentro da nossa sociedade, contra a poluição crescente e a degradação do meio ambiente tem se manifestado em atitudes de três naturezas distintas:

a) **Atitudes radicais** que se caracterizam pela defesa da eliminação pura e simples de qualquer foco de poluição, sem atentar para os aspectos econômicos ou sociais (fechamento de fábricas e a eliminação de aplicação de adubos e defensivos na agricultura são algumas das medidas proclamadas);

b) **Atitudes de indiferença** adotadas por grande parcela de indivíduos ou grupos sociais que, por desconhecimento ou por interesses pessoais, não se dispõem a abordagem do tema, ou mesmo cobrem iniciativas que visem a enfrentá-lo;

c) **Atitudes racionais** são aquelas que buscam minimizar os efeitos que o processo produtivo, necessário à sobrevivência e mesmo à melhoria do padrão de vida das sociedades, pode exercer sobre a qualidade do meio ambiente; evitar a poluição, quando isto for possível, em sua plenitude e reduzir o seu

grau de incidência ao mínimo, quando não for possível eliminá-la.

8. A política de controle do meio ambiente.

Os principais instrumentos utilizados na execução da política de controle do meio ambiente no Brasil tem sido:

a) a obrigatoriedade legal de obediência a padrões previamente determinados da qualidade das águas do ar e do solo;

b) limites e restrições impostos à emissão ou ao lançamento de resíduos potencialmente poluidores;

c) uso orientado de tecnologias disponíveis para a minimização de cargas poluidoras resultantes de atividades humanas;

d) disciplinamento do uso do solo;

e) avaliação dos impactos ambientais;

f) associação dos instrumentos citados;

g) caracterização de "áreas críticas de poluição";

A institucionalização da aplicação dessa política tem sido representada pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, órgão do Ministério do Interior, que exerce ação fiscalizadora, orientadora, geradora da tecnologia de controle e da formação e treinamento de recursos humanos para o exercício dessas funções.

Órgão de nível regional ou estadual, como a FEEMA do Rio de Janeiro, executam essa política de maneira complementar a nível estadual ou regional.

No âmbito da ciência e da tecnologia, a ação do CNPq tem se feito sentir através da aplicação de seus instrumentos de fomento à pesquisa, à formação de recursos humanos, e ao fortalecimento institucional dos centros científicos de universidades e de instituições de pesquisa, voltados para geração de conhecimentos e de tecnologia adequada ao tratamento do problema de forma racional.

O CNPq e a SEMA mantêm um convênio que permite a esta última dispor uma quota cativa de 75 bolsas para formação de recursos humanos para a pesquisa e apoio a pesquisadores em ecologia e na proteção do meio ambiente recursos naturais.

Mantém também o CNPq um Programa Setorial de Recursos Naturais e Meio Ambiente que se destina ao apoio de comunidades científicas voltadas para o problema, e através das Ações Programadas em Ciência e Tecnologia promove a concessão de bolsas e auxílio financeiro às cientistas e seus orientados a nível de graduação ou pós-graduação, nas áreas de Meteorologia e Climatologia, Recursos Naturais, Edáficos e Água do Solo, Recursos Faunísticos, Recursos Pesqueiros, Recursos Hídricos e Re-

curso da Flora, bem como orienta a aplicação de recursos de outras agências como a FINEP e o FIPEC do Banco do Brasil.

Finalmente devemos ressaltar a instituição no CNPq do Programa Nacional de Zoologia que tem a proteção à fauna nacional com um dos mais importantes objetivos em sua programação.

A promoção de reuniões científicas com a participação dos mais eminentes zoológicos, botânicos e ecólogos, tem

permitido ao CNPq tomar conhecimento do pensamento da comunidade científica correlata, sobre a atual situação dessa problemática e recebido grande número de recomendações quanto a como conduzir a política de apoio científico e tecnológico nessa área.

Buscar o fortalecimento dessas ações, promover uma articulação mais estreita entre as instituições de pesquisa, universitárias ou não, e os órgãos de

controle do meio ambiente, visando acelerar a difusão da tecnologia redutora dos efeitos residuais do processo produtivo e ampliar a conscientização das populações para a importância da conservação dos recursos naturais face aos reclamos do processo desenvolvimentista, deverão constituir as bases para uma futura política conservacionista que venha a refletir uma atitude racional a ser adotada pela sociedade diante dessa problemática.

Cursos Práticos de Agricultura e Pecuária

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello ministra regularmente os seguintes cursos agrícolas:

Área animal

- Apicultura
- Avicultura
- Cotornicultura
- Criação de bovinos
- Criação de caprinos
- Criação de camarão
- Cunicultura
- Pastagens e alimentação
- Piscicultura d'água doce
- Ranicultura
- Suinocultura

Área agrícola

- Adubação do solo
- Agricultura biológica
- Combate pragas, doenças das plantas
- Conservação do solo
- Cultura da laranja
- Interesse geral**
- Administração rural
- Biodigestor
- Oficina rural
- Paisagismo
- Topografia

- Culturas temporárias (feijão, milho, arroz, mandioca)
- Fruticultura
- Hortalicicultura
- Hortas domésticas
- Irrigação e drenagem
- Jardinagem
- Melhoramento de plantas
- Organização de viveiros
- Plantas medicinais
- Propagação vegetal
- Reflorestamento

Maiores informações sobre estes cursos e outros cursos especiais podem ser obtidas na E.H.W.B. na Avenida Brasil, n.º 9.727 - Tel.: 260-2633 - Rio de Janeiro - RJ, no horário de 2.ª a sábado de 07 às 16 h, e domingos de 07 às 12 h.

Conservação e agricultura a visão histórica e a visão prospectiva

Prof. Luiz Emydio de Mello Filho*

Considero extremamente importante a colocação, neste seminário, de um tópico sobre política ambiental. Com efeito, a agricultura não é uma atividade recente, nem uma atividade abstrata. A agricultura se exerce sob o suporte geobioecológico e recebe profundas influências do meio ambiente, bem como atua também de maneira intensa sobre o próprio meio ambiente.

Quando pensamos na agricultura, verificamos que ela representa as duas faces do sistema que atuam na Terra em nossos dias. De um lado, o sistema da natureza, a natureza com sua complexidade, com sua intrincada estrutura; de outro, o sistema da cultura, que é um fenômeno único, com caráter histórico conectado ao surgimento e à evolução do ser homem. A cultura caminha ao longo do tempo e tudo que se fez antes influi em tudo o que se fez depois.

“O milho é um cereal criado pelo homem”

O homem nem sempre praticou a agricultura. Na evolução da sociedade há uma fase em que o homem é coletor e caçador. Ele é primeiramente nômade, não tem assentamentos fixos; e a descoberta da domesticação dos animais e das plantas marca realmente o início da agricultura. É muito curioso que o homem primitivo tenha sido de extrema habilidade na domesticação dos animais silvestres. Pensemos: o cavalo, o boi, o cachorro, a galinha, o carneiro, todos esses animais foram domesticados pelo homem primitivo, aquele que não deixou história. O homem moderno, civilizado, tem sido

bastante menos eficiente na domesticação e na incorporação à agricultura de animais silvestres.

Já com as plantas a coisa é um pouco diferente. O homem primitivo foi também realmente um grande domesticador de plantas. Há mesmo plantas que foram criadas por ele, maravilhas genéticas como os nossos geneticistas contemporâneos têm sido menos capazes de criar. O milho, por exemplo, não existe em estado silvestre. Ele é um cereal criado pelo homem, pela intuição do homem na antiga cultura ameríndia. De modo que podemos dizer que o surgimento da agricultura marca o início da civilização e, posteriormente, conduz à formação do mercado. A troca dos produtos agrícolas, os pontos onde os homens primitivos iam para permutar seus bens originaram os mercados, e o mercado originou a cidade.

A agricultura, porém, trabalha com elementos do meio ambiente: o solo, o ar, o sol, a água, etc. E toda a sabedoria do agricultor está em cultivar aqueles materiais que são ajustados às condições ecológicas da região em que trabalha.

A situação do Estado do Rio de Janeiro

Abordarei rapidamente o Estado do Rio de Janeiro, que é demarcado por uma topografia serrana. Tem ele uma planície costeira, porém, grande parte do seu território é coberto de serras. Ademais, tem o Vale do Paraíba, já no planalto. Ora, nem sempre esses subtratos são trabalhados de acordo com a sua vocação natural. Plantando o café na serra, o café produziu riquezas incalculáveis. As cidades históricas do Estado como Valença, Vassouras, etc., tiveram um esplendor magnífico em consequência do café. Mas o café passou e atrás dele ficaram as terras enfraqueci-

das e pouco produtivas. Fizemos a pecuária de montanha e a pecuária extensiva. E essas terras de culturas e esses pastos, em pendentes íngremes, também não foram capazes de manter uma agricultura e uma pecuária igualmente estáveis.

Temos um problema no Estado que, se hoje é importante, no futuro será decisivo: o das águas. A Serra do Mar funciona como um condensador eficiente da umidade atlântica. Porém, quando eliminamos a floresta, essa serra perde a sua eficiência e o regime das águas se desorganiza.

Temos a planície, que realmente são as terras talvez mais favoráveis para uma agricultura mais desenvolvida. Porém, com a nossa planície acontece um fenômeno extremamente lamentável – encontramos ainda grande parte das várzeas, que seriam produtivas... Não estou contando nada além do que se observa em uma viagem do Rio de Janeiro a Campos, por exemplo. Essas várzeas, em grande maioria, encontramos-as improdutivas, em abandono ou ocupadas por loteamentos, loteamentos muitas vezes fracassados.

Pessoalmente, acredito que este Estado tem uma vocação agrícola e florestal. E para o Brasil, como País, vejo condições inegáveis para construir florestas. O Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo que tem condições de criar uma civilização florestal, baseada na madeira e seus derivados, cuja produção depende essencialmente de nossas condições de iluminação e de água.

“A terra deve ser trabalhada de acordo com a sua vocação”

Dessa forma, o que se advoga em matéria de conservacionismo é o zoneamento agrícola, em que cada terra seja trabalhada de acordo com a sua vocação. Se isto for aliado a um programa de defesa dos mananciais porque a água potável, pura, de boa qualidade, será um bem que se faz cada vez mais escasso em todo o mundo teremos acertado. E quando a população cresce como está crescendo, precisamos de água para as bocas que estão surgindo, para lhes matar a sede. Temos diante de nós uma perspectiva de explosão demográfica que assusta. Foi dito neste seminário que podemos ser 800 milhões de pessoas no final do século. É uma perspectiva um pouco alarmante porque sabemos que esses solos tropicais lixiviados, progressivamente empobrecidos em fósforo, nunca terão condições de alimentar uma população desse porte.

* Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura — SNA.

Quando se olha para a China que é o país mais populoso do mundo, que tem mais de um bilhão de habitantes entendemos porque aquele país é capaz de alimentar um bilhão de bocas: a China tem os melhores solos do mundo. A camada de "loess" da China vai a 800 metros de espessura. O nosso solo está sobre camada de granitos, às vezes com alguns metros, mas geralmente com muito menos, sujeito à erosão, ao lixiviamento, é um solo que se degrada com muita facilidade, se não for bem cuidado. O Brasil é o campeão em terras devastadas, desmatadas, incultas mais ou menos, e abandonadas. Nenhum país do mundo — na Índia há um pouco disso — mas nenhum país pode resistir a um tamanho mau uso da terra. De modo que os laços entre a agricultura e a conservação são extremamente estreitos.

"As catástrofes são um sintoma da má utilização do substrato ambiental"

O homem é curioso. Foi o único animal que conseguiu controlar todas as outras espécies. Agora é preciso que ele aprenda a controlar a si mesmo. Temos, com a tecnologia de hoje, a nossa tecnologia pujante, condições de criar, digamos, não o paraíso na terra, mas um lugar onde se possa viver bem. E estamos, com as nossas bombas atômicas, com os nossos desmandos, com a nossa poluição, paulatinamente, transformando o planeta num inferno, onde todos pagarão por isso. É preciso refletir, é preciso meditar.

Atualmente há um sintoma muito sério e grave de mau uso do substrato ambiental: são as catástrofes. Durante anos vivi neste país e não havia catástrofes. Agora temos a "catástrofe do dia". Há uma indústria da seca, outra da enchente. Nenhum país pode agüentar isso. Há cidades que, como Blumenau, são arrasadas todos os anos. Isto faz sentido? É inteligente deixar que essas coisas aconteçam? Não! Então, pois bem, só há uma forma de controlar isso. Essas catástrofes não surgem por acaso, elas são o resultado de nossas ações erradas. Nós somos os culpados; as catástrofes são antrópicas. Agora, o Governo quando fala nunca reconhece que há uma política ambiental errada. Sempre diz que vai gastar tanto em assistência, que morreram tantos, mas ninguém põe o dedo na ferida. Isso existe porque eliminamos as nossas florestas impiedosamente e insensatamente. Mesmo quando se faz agricultura não se pode usar a terra até o último milímetro quadrado. É preciso fazer uma conciliação



Luiz Emygdio: "A agricultura atua com bastante intensidade sobre o meio ambiente".

sábria entre a terra que se usa e a terra que não se usa. Quando se arrasa tudo acabam os passarinhos, os rios, as paisagens, etc.

Esta é uma questão séria, para reflexão. Ou nos conscientizamos de que precisamos mudar nossa filosofia de uso da terra, ou estaremos contribuindo para catástrofes sucessivas, maiores e mais intensas.

Então, vemos que a classe agrícola está diretamente interessada no manejo adequado dos recursos naturais. Agora aí há toda uma gradação. Há coisas que são do Governo Federal, evidentemente: os parques nacionais, as reservas, a regulamentação da atividade industrial poluidora. Há coisas que são da escala estadual: as florestas protetoras dos mananciais, os parques estaduais, os organismos de macrozoneamento agrícola. E há coisas que são da escala municipal, porque se no município não há mais nada a fazermos que não sejam os mananciais, cabe ao município declarar protetora a mata que os abrange e zelar para que ela se mantenha. Verificar se estão sendo cultivados erradamente os pendentes, com culturas que vão desestabilizar, é função no município. Então, a gradação dos poderes está realmente comprometida nessa tarefa.

A Sociedade Nacional de Agricultura tem sua orientação ambiental extrema-

mente atenta. O nosso presidente, Octavio Mello Alvarenga, criou dentro da SNA uma instituição ligada à conservação ambiental, o chamado IECA — Instituto de Ecologia e Ciência da Terra. E a SNA se associou a duas outras Sociedades, de como ela, devotadas à ação social, que são a Fundação Getulio Vargas e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Fizemos juntos um congresso, em julho do ano passado, o "Pronatura 84". Uma das consequências mais importantes desse congresso foi a criação de um movimento, o quinquênio denominado "Pronatura 85-89". Nesses cinco anos será feita uma campanha no sentido de mobilizar as forças da Nação para a defesa do nosso patrimônio natural — que é tão importante quanto o nosso patrimônio cultural. Então, tenho a grande satisfação de prestar esse esclarecimento. Está organizado, mediante um protocolo, um convênio entre as três Sociedades com um movimento chamado "Pronatura 85-89", de cujo comitê permanente o nosso Presidente Octavio Mello Alvarenga é também presidente.

Sinto-me, como eu disse no começo, jubiloso de poder abordar um assunto que, sob a minha ótica pessoal, é dos mais relevantes para os destinos deste país, porque, de outra forma, tenhamos talvez aquilo que eu vi na Índia: devastação e miséria. E não queremos isso para o nosso Brasil.

Reforma Agrária e Justiça especializada

Octavio Mello Alvarenga*

"Não há justiça autêntica sem liberdade. Nem liberdade autêntica, ou propriedade, sem justiça".

Tristão de Athayde

A agricultura brasileira convive atualmente com vários impasses: estagnação da área plantada, êxodo rural, insatisfação disseminadas quanto ao crédito, controle de preços, confisco cambial, ausência de incentivos.

Uma dedução ressalta dentre as demais, embora semi-encoberta pelo musgo do tempo: a não observância dos princípios orientadores do Estatuto da Terra. Teria, porém, o cumprimento das normas legais agrárias o condão de colocar a agricultura em situação satisfatória? A resposta seria positiva, caso tivessem sido alcançados os propósitos contidos na Exposição de Motivos enviada por Castelo Branco ao Congresso Nacional, pela Mensagem n.º 556, de 26 de outubro de 1964, da qual resultou a promulgação da Lei n.º 5.504. Visava o então Administrador à "erradicação da pobreza rural e ao equilíbrio social no campo, "através da manutenção e formação de grandes empresas rurais", bem assim à criação de "condições novas para o trabalho rural", com a "modificação dos sistemas creditícios, assistencial e de mecanização".

Passados vinte anos deve-se reconhecer não ter ocorrido a reforma agrária preconizada. Substanciais avanços se concretizaram, muitos deles a despeito dos organismos oficiais.

O Estatuto da Terra não foi suficientemente lido, não foi suficientemente estudado, não foi aplicado. Em seqüência a ele editaram-se normas legais em catadupas, que serviram para desmoralizar e corroer a validade dos órgãos oficiais. A boa vontade preliminar do Governo Castelo Branco acabou sufocada por um movimento anti-reformista, estrategicamente bem conduzido. O órgão da reforma agrária foi torpedeado por comissões de inquérito montadas com o propósito de deixar em má situação administradores e técnicos. Mediocrizado

ao extremo, cumpriu parte das atribuições competentes, deixando de realizar o essencial: uma reformulação agrária integrada.

De acordo com o art. 6.º da Carta de Punta del Este, firmada pelo Brasil em 1961, todas as repúblicas latino-americanas, assumiram, entre outros compromissos o de "impulsionar, respeitando as particularidades de cada País, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade".

Os últimos dados oficiais demonstram pouca alteração no que tange à desconcentração de propriedades ru-

rais. Em 1960 as propriedades com menos de 10 hectares correspondem a 44 por cento do total; em 1975, a 52 por cento. A área global permanece praticamente idêntica. Em 1960 era 2,4 do total e em 1975, 2,8 por cento. A concentração da terra leva ao problema da função social da propriedade — e isto preocupa tanto o administrador quanto o jurista.

A sedimentação científica dos povos sempre conduz à especialização — em todos os ramos do conhecimento humano. Na medicina, na engenharia, no direito. O Brasil, embora sempre considerado "agrícola", ou sofrendo, como agora, um direcionamento administrativo que pretende dar tratamento prioritário à agricultura, mostra-se refratário à idéia de uma especialização jurídica. O Direito Agrário oferece os trilhos (ou estradas) legais; mas elas são abandonadas em detrimento de outras preocupações. A especificidade do Direito Agrário, que deveria ser utilizado como alavanca legal para o desenvolvimento harmonioso da agricultura, merece pouca consideração.

O assunto diz respeito à essência da questão fundiária. Daí nossa disposição em salientar — como vimos fazendo ao longo dos últimos quinze anos — as vantagens de implantar-se no País uma judicatura agrária especializada.

A primeira proposta oficial que se levou ao Governo após a promulgação do Estatuto da Terra, formalizou-se ao final



Alvarenga: "o Estatuto da Terra não foi aplicado".

*Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — SNA.

da primeira etapa dos trabalhos da Comissão Especial, constituída no Ministério da Agricultura pela Portaria n.º 322, de 7 de outubro de 1968; embora a idéia de uma Justiça Rural tivesse sido preconizada por Edgard Teixeira Leite — representando a SNA — junto ao Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1956.

Exemplos de outros países

A sedimentação jurídica européia faz com que hoje tenham juízes agrários especializados: a Finlândia, sobretudo para casos de desapropriação e reforma agrária; a Dinamarca e a Noruega, para controle, formação e ampliação das áreas agricultáveis; a Suécia, com juízes especializados, os "agodelmingsrätter", aos quais, desde 12 de maio de 1927, são atribuídas competências específicas. Na Irlanda, o "Land Act" de 9 de agosto de 1923 deu nova vida à antiga "Irish Land Commission", instituída sob administração britânica pelo "Land Act" de 1881. Na Inglaterra, Gales e Escócia as controvérsias agrárias são de competência de árbitros e órgãos judiciários especiais. Estes últimos são os "Agricultural Land Tribunals" na Inglaterra e Gales, e o "Scottish Land Court", na Escócia; numerosos são também os organismos administrativos competentes em matéria de agricultura cujas atividades desenvolvem-se sob os princípios da natural justice, que agasalham os organismos jurisdicionais e os "quase jurisdicionais". Na Holanda a situação é análoga: controvérsias agrárias, oriundas das leis sobre afetação de fundos rústicos, são de competência dos "Pachtkamers". Na República Federal Alemã as controvérsias alusivas a contratos de arrendamento, expropriação e de transferência de fundos agrários e florestais, bem assim os alusivos à transmissão hereditária, são de competência dos "Landwirtschaftsgerichte".

Na Áustria, apesar do processo civil moderno, oral, rápido e concentrado, faz-se sentir a necessidade de organismos especiais, que tornem mais simplificadas as controvérsias sobre reforma agrária e de trabalho agrícola.

Na França existem os "Tribunaux paritaires des baux ruraux" na Itália, além dos tribunais de Água, foram criadas sessões especiais, Tribunais e Corte de Apelação, competentes para conhecer controvérsias quanto a contratos agrários e contratos de afetação. Na Suíça, quatro cantões adotam juízes agrários especializados. Na Espanha existem os "tribunales de las aguas; los jurados de las comunidades de labradores"; os tribunais para a "redención de foros y sobforos" em Gália, "Astúrias e sobforos"; "jurados mixtos del trabajo rural y de la producción" industriais e agrí-

colas, o "tribunal arbitral de censos" na Catalunha; as "comisiones locales", competentes nos processos relativos à "concentración parcelaria".

Na América Latina têm judicatura agrária especializada México, Peru e Venezuela. A última lei agrária do México, "Lei Federal de Reforma Agrária" de 1971, alude às "comissões agrárias mistas", sobre as quais se assenta o sistema especializado de julgamento das questões fundiárias e outras.

No Peru estão instalados 35 juzgados de terra e um Tribunal Agrário Superior. Esse órgão de segunda instância foi inicialmente constituído de cinco membros. Hoje, compõe-se de três juízes togados e conta com a participação de mais um advogado de função corregeadora, para causas de interesses do Estado ou das comunidades campesinas.

A Venezuela possui judicatura e procedimento processual agrário a nível de especialização, como decorrência da Lei Orgânica de Tribunais e Procedimentos Agrários (Gaceta Oficial n.º 30.963, de 20 de abril de 1976, republicada em 21 de junho de 1976).

A Jurisdição Especial Agrária é constituída de tribunais de primeira instância, denominados "Juzgados de Tierras, Bosques y Aguas", em cada um dos municípios-sede de regiões administrativas agrárias, e um Juizado Superior Agrário, em Caracas.

A filosofia liberal e a justiça social

J. Paulo Bittencourt, com a inteligência arguta e a sensibilidade humana que tanto o caracterizavam, em comunicação levada a Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo, em 1978, transcrita no n.º 11 da Revista "Derecho y Reforma Agrária", faz uma série de considerandos quanto à superação do liberalismo e o Estado que dele se originou, e pergunta: "estaria também superado o Estado de Direito"? E partindo de pressupostos criticamente exatos, de que o Estado de hoje não é mais o estado gendarme do *laissez faire, laissez passer*, vigente há meio século atrás, e que nasceu como conquista da burguesia e de um bem sucedido assalto do capitalismo, chega até a realidade política atual, citando dois exemplos: da Rússia soviética, onde, "por ironia, pregando a abolição do Estado, o comunismo acabou montando a mais implacável máquina estatal" (...) e os países da América Latina, o Brasil inclusive, onde "os tecnocratas praticamente se apossaram dos Governos e passaram a tratar a máquina do Estado (pois ele pertence ao campo da Técnica) "tecnicamente", isto é, procurando-lhe o máximo rendi-

mento, friamente, levando-o como uma empresa capitalística, mudando a idéia de serviço público do Estado, para o de lucro. *Do que resulta que as circunstâncias em que nasceu a concepção do Estado Liberal e Estado de Direito mudaram*" (grifo nosso).

Eis o ponto chave. Reestruturação fundiária, melhor divisão de rendas, preservação de recursos naturais, tudo termina por exigir uma revisão conceitual básica. A admitir-se que a política econômica deve permanecer fria, aética, dando maiores lucros a quem já possui os ingredientes constituintes do bolo da economia, e o fermento necessário para aumentar a massa e assá-la, deixando a subdivisão para as "calendas gregas", então tudo deve permanecer como está: emprestar ênfase a medidas que concentram a riqueza, negar (ou minimizar) as injustiças sociais, e orientar o Estado no sentido de fortalecer os já poderosos. Caso, porém, se chegue a conclusão de que deve o Brasil retornar aos princípios enunciados na Exposição de Motivos que o Governo Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional, ao propor o "Estatuto da Terra", então tudo terá de ser reformulado desde as bases, e a instituição de uma judicatura agrária, mais do que nunca, se apresenta essencial, num país em que a distância entre os que possuem muito e os que não possuem coisa alguma cada vez mais se acentua. Num país em que os médios e pequenos proprietários abandonam o campo por desestímulo continuado, embora a eles se deva o maior percentual de produção. Num país ao qual falta uma lei orgânica que regule as questões fundiárias, tributáveis, de crédito rural emergindo também as normas de preservação dos recursos naturais e de garantia do meio ambiente. Sabemos como se vão acumulando tais normas legais. Teremos condições de colocá-las em prática, com o Poder Judiciário tal como está montado no Brasil?

Reformulação empresarial e contenciosa

É evidente que uma reformulação de base, como aquela que o Legislador aceitou fazer em 1964, quando promulgou o "Estatuto da Terra", pressupõe que o País estaria disposto a reformular também o seu sistema de utilização da propriedade e, vale dizer, de exploração agrária. Numa palavra: a empresa agrária, visada como ideal pelo autor da Exposição de Motivos de que resultou a Lei n.º 4.504/64, difere bastante das tradicionais "fazendas", e mesmo das "agroindústrias".

Progredir é aceitar normas novas, adaptar-se a elas e exercer com agilidade uma função social correspondente.

A importância da agricultura de exportação

Roberto Abreu Sodré*

Este painel irá debater assuntos da maior importância na agricultura brasileira, tais como: problemas do café, da soja, do cacau, da laranja, do açúcar, da madeira e da celulose. Se olharmos a situação atual do país, vamos verificar que a solução dos aflitivos problemas da balança de pagamentos que o país hoje vive, estão exatamente voltados para a agricultura e, se o próximo governo que se inaugura não olhar com prioridade para a agricultura, não terá facilidades para solucionar os seus problemas de balança de pagamentos. Somos historicamente, ou romanticamente, tidos como um país que é o "celeiro do mundo", mas na verdade, somos um "celeiro do mundo" que exporta pouco, e, muitas vezes, temos a vergonha de precisar importar aquilo que já existia no Brasil, quando o país foi descoberto.

Portanto, creio que o temário que a Sociedade Nacional de Agricultura elaborou para ser debatido pelos técnicos deste painel, é da maior oportunidade possível, pois estamos às vésperas de uma Nova República e ninguém melhor do que esses técnicos aqui enunciados poderá dar algumas diretrizes para a solução do problema agrícola.

O Brasil é uma nação que nunca teve uma política agrícola. A política agrícola do Brasil é sempre feita de improvisação há uma área da atividade político-social do país que fala em antepor sua política agrícola a uma política agrária. Há poucos dias, tive a oportunidade de debater com determinada pessoa que dizia que a solução da agricultura era a reforma agrária com a tomada das terras. Com respeito, lhe perguntei se ele conhecia exatamente a expressão que estava sendo usada: "tomar terras" e se sabia a diferenciação entre política agrícola e política agrária? Na verdade, não soube

responder, o que vinha a ser política agrícola e política agrária, e disse: "vamos dividir a terra que produz". Então acrescentei: E se não houver dinheiro para ser investido na terra depois da divisão o que ocorrerá? Se não se estabelecer um preço mínimo de garantia para quem produz, o que vai ocorrer? E se não der seguro a ele para a produção, o que pode acontecer. Não soube responder nada, absolutamente nada. O que falta no Brasil, na verdade, não é uma política agrária, por enquanto; ela deve vir no tempo. O que falta no Brasil é uma política agrícola, que nunca tivemos.

O Brasil passou a ter uma existência, vamos dizer, de quinze anos para cá, numa luta terrível, de querer romper de cinquenta milhões de toneladas de grãos, e sempre prometeram que ia chegar a sessenta, setenta, ou oitenta. Eu mesmo saí do governo, há quatorze anos, do estado de São Paulo, e o Brasil tinha uma produção de cinquenta milhões de toneladas de grãos. Já chega-



Abreu Sodré: "o Brasil nunca teve uma política agrícola".

mos a quarenta e sete, a quarenta e oito, e hoje, talvez, estejamos beirando os cinquenta.

Um país que tem um território imenso para crescer na sua produção; temos hoje uma nova área, que antes era repelida para o plantio, que são os chamados "cerrados", já compovados que lá plantando-se de forma técnica, produz-se. A soja, o próprio trigo e o café já estão sendo experimentados; os dois primeiros produtos com grande sucesso e o café ainda numa fase, por ser uma plantação perene, ainda não sabendo a sua longevidade em termos de produção. Isso é o que temos; todas essas áreas ainda a produzir, o que que falta? Falta única e exclusivamente credibilidade, ou crença, vontade de transmitir a quem tem um grande "know-how" agrícola, que é o povo brasileiro, de produzir.

Fizemos um milagre na soja. Há quinze anos atrás não era uma produção brasileira e hoje representa a segunda fonte de divisas de exportação no Brasil, depois do café, que passou o ano retrasado, a se recuperar. Temos a laranja, que hoje somos o maior produtor mundial. Temos na agricultura a base para a sustentação das dificuldades que o país está enfrentando em termos de busca de um equilíbrio na balança de pagamentos. Então, o governo deve olhar, primordialmente o governo da Nova República, para o problema agrícola.

Tenho ouvido e lido que o futuro Governo da República, dará prioridade ao problema agrícola. Esperamos todos que essa declaração não seja vaga. Esse debate é da maior importância, se considerarmos assuntos como a laranja, celulose, café, verificaremos que aí estão os principais produtos de exportação, que poderão ajudar a este país a sair de uma situação muito difícil. A laranja passou para o terceiro item de exportação brasileira. Primeiro o café, segundo a soja e em terceiro vem a laranja. A celulose está em um processo de expansão muito grande no país e também vai desempenhar um grande papel, tanto quanto o cacau. Sabemos das dificuldades por que passa o açúcar, as dificuldades do mercado internacional muito curto.

Cabe-me apenas coordenar os trabalhos e dar estas pequenas pinceladas sobre a responsabilidade que existe no futuro governo de fazer da agricultura uma realidade brasileira. Esses debates que se iniciarão vão servir, na verdade, de elementos preciosos para o próximo governo.

*Presidente do Conselho Nacional do Café.

Laranja: vedete nas exportações brasileiras

Benedito Fonseca Moreira*

A laranja, parece ser a nova vedete, não só da agricultura, mas da economia brasileira como um todo e a vedete da exportação.

Vamos falar um pouco sobre o perigo de ser vedete. Gostaria de "provocar", alguns pontos, de natureza geral, dentro do nosso enfoque de agricultura, que preocupa a todos. No meu caso, as minhas preocupações decorrem de minha origem da roça, como a maioria dos brasileiros. A minha família é de produtores rurais, gente da pecuária, de modo que fui criado vendo o que acontece no interior — até hoje temos uma pequena propriedade e sabemos um pouco como acontecem essas coisas no Brasil e que a cada dia nos horroriza mais.

Nos horroriza partindo daquilo que o Dr. Abreu Sodré, Presidente deste Painel lembrou que se diz que o país é o celeiro do mundo, mas, na verdade, isso não acontece. Eu diria que o Brasil não é o celeiro do mundo e isto eu digo com muita tristeza, porque um país com a riqueza que tem o Brasil, com essa dimensão e potencial de riqueza e recursos naturais, conseguir após muitas gerações não transformar essa riqueza em potencial em riqueza real e continuar sub-desenvolvido, um país de salário mínimo a cinquenta dólares, com 70% da população ganhando menos de dois salários mínimos, é, evidentemente, que alguma coisa está errada.

Temos que nos envergonhar das bobagens que temos feito. A sociedade brasileira não merecia ter o nível de pobreza que ainda tem hoje, sendo um país com esse volume de riquezas que está abandonado, desperdiçado, mal-aperfeiçoado.

Gostaria de abordar um ou dois pontos na prévia do comércio exterior, porque esse país só vai se realizar realmente como um país desenvolvido — não tenho dúvidas quanto a isso — no dia em que pudermos aproveitar me-



Moreira: "A agricultura precisa de liberdade para produzir, vender no mercado interno e exportar".

lhor a dádiva que Deus nos deu, que é a terra; no dia em que pudermos tirar mais bens dessa terra e com melhor resistência, com maior produtividade, com maior desenvoltura, ou menor burocracia. É a agricultura que resolve problemas de balança de pagamentos, em realidade. É uma agricultura sadia que dá a sustentação do desenvolvimento industrial forte, dinâmico e sadio. Não vamos resolver nosso problema de mercado interno, de renda — e sobretudo resolver os problemas estruturais de balança de pagamentos — se não encararmos com seriedade a agroindústria como um todo. Encarar a agricultura com a seriedade que merece, sobretudo na escala que tem a exigir. Quando a agricultura tem um bom ano, todo o país sorri, a própria indústria aumenta, como vimos em São Paulo, a indústria aumentou 8%, ninguém diz que por trás daquele aumento de 8% está em boa parte, por exemplo, o bom resultado da laranja, ou seja, esquece-se de dizer que a agricultura naquele

ano pulsou o desenvolvimento industrial.

Mas isto é um velho raciocínio, não brasileiro, mas de todo país subdesenvolvido que tem vergonha de dizer que é um país agrícola. Criou-se a falsa imagem de que desenvolvimento econômico é, antes de tudo, industrialização. Como os países mais ricos do mundo, são altamente industriais, criou-se essa imagem tola. Desenvolvimento econômico não é só industrialização — é também industrialização — mas desenvolvimento econômico é, antes de tudo, treinamento da sociedade, preparação do homem para transformar a cada dia tudo o que é potencial em riqueza. Isso quer dizer, não há desenvolvimento econômico sem escola, como não há agricultura sadia sem pesquisa, sem tecnologia agrícola, etc. Então, não devemos ter vergonha de dizer: o Brasil é um país agrícola. Ele tem que ser um país agrícola, Deus nos livre de não o ser, mesmo porque com a dimensão territorial, se não conseguirmos ser um país agrícola, vamos ser idiotas, porque a indústria não vai sustentar esse país.

Essa imagem de uma industrialização a qualquer preço nos levou à algumas distorções que aí estão, inclusive à ausência de uma política de localização de indústrias que criou, fatalmente, um êxodo rural perverso, transformando cidades — como São Paulo e Rio de Janeiro — em cidades inabitáveis. Tudo isso é consequência daquilo que o Dr. Abreu Sodré falou, não diria falta de uma política agrícola, pois acho que o Brasil está longe de ter políticas de modo geral. Precisamos é defini-las de algum modo, defini-las de uma maneira inteligente, já que estamos numa sociedade grande. Infelizmente estamos pensando curto. O Brasil é um país de raciocínio e pensamento curto, o que é lamentável e, por isso mesmo, é um país optativo. Reparem bem: estamos sempre discutindo as opções, o mercado interno ou externo; é o rico ou o pobre; estamos sempre buscando opções. É outro defeito que temos.

O Brasil não tem que buscar opções, a opção brasileira é o desenvolvimento econômico. É uma idiotice o sujeito falar em necrópsia ou mercado interno ou mercado externo. A opção são os dois mercados. Temos escala e competência para isso, porque não adianta falar em opção — opção é subdesenvolvimento, é miséria — temos é que buscar os mercados.

Acontece a mesma coisa quando se discute, o produto agrícola de exportação e produto agrícola de mercado interno. E aí faço uma provocação: reajo um pouco contra a conceitualidade optativa, inclusive de produto agrícola de mercado externo e mercado interno.

*Presidente da Citrosuco Paulista.

Hoje existe. O café é um produto agrícola tido como de mercado externo — tal como no momento é a laranja — mas não podemos criar este vício de raciocínio, porque todos os produtos agrícolas têm que ser, ao mesmo tempo de exportação e de mercado interno. A força do Brasil está em acabar com a opção, em conquistar todos os passos. A força está em ser eficiente, produzir em escala. Não temos que fazer opção, temos que produzir mais, que melhorar a produtividade. Essa é a nossa linha; a opção é a linha da pobreza, do subdesenvolvimento, da miséria; é a linha do agrado de algumas pessoas que gostam de fazer discursos pomposos.

Vamos olhar para a grande massa de proprietários, pequenos e médios, nesse país. Proprietários agrícolas, o homem que tem seu sítio e quer produzir; pode produzir bem em hortigranjeiros — talvez não possa produzir laranja em escala — mas pode produzir dezenas de coisas para ganhar sua vida decentemente. Se esse homem precisa melhorar a sua fazendinha, o seu sítio, vai ao banco e não tem crédito, pois o banco não está monetarizado; a taxa de juros é um encargo duríssimo; se precisar de um insumo qualquer, provavelmente vai pagar acima do preço nacional. Quando ele está com seu produto pronto, com toda a dificuldade, esse produto pode estar tabelado pelo governo; se ele quiser vender para alguém para melhorar um pouquinho, ou também exportar, não pode, porque o governo não deixa. Então, esse homem, se seu produto for de consumo *in natura*, ele será obrigado a vir para o mercado. Caso seja produtor formado industrialmente, poderá vender à indústria, aí a indústria vai ficar com boa parte do lucro dele. Se esse homem pega o seu produto e diz: "Eu vou à cidade vender essa abóbora, esse chuchu, que eu produzi". O primeiro guarda lhe pára e toma dinheiro. O segundo guarda vai tomar mais ainda. Chegando na cidade, o fiscal lhe toma o produto, porque ele não tem licença, não tem certificado sanitário, não tem uma porção de coisas. O resultado é que se esse sujeito for inteligente, fechará o sítio, vai beber cachaça ou pegará o dinheiro e aplicará no "over" e abandonará a agricultura e com isso a cesta do pobre fica mais cara.

Esqueci de dizer apenas uma coisa: esse produtor começa logo de início pagando impostos e taxas. É o único país no mundo que cobra imposto em cima do produto essencial para a alimentação do pobre. Não seria mais lógico — e isso aí é uma interrogação que eu deixo — pegar esta massa de dinheiro para fazer cesta, para dar subsídios que vão ser distorcidos no caminho — entregar aos municípios como ressarcimento, e isen-

tar ICM? Acabar com taxas, com licenças, deixar a livre circulação de alimentos básicos nesse país? Estimular a todo mundo que tenha um pedaço de terra, a produzir alguma coisa essencial: alimentação. Não teria melhores consequências para o indivíduo, sobretudo o pobre, para o combate à inflação, com a dignidade humana e o fortalecimento da propriedade? Deixo a interrogação. É apenas uma provocação para debate.

Agora vamos entrar no assunto, que é de nossa área, que é o caso da laranja e do comércio exterior.

A agricultura precisa, de modo geral, de três condições básicas essenciais: liberdade de produzir, liberdade de vender no mercado interno e liberdade de exportar. É claro que a sociedade não pode ficar incógnita diante de eventuais extensões. A sociedade, através do Estado, tem todo o direito de regular, orientar, determinar parâmetros, de modo que essa liberdade traga bons resultados para toda a sociedade. Não pode ser uma liberdade, que vem apenas em proveito de um segmento produtivo, tem que ser em proveito de todos.

Numa sociedade em que se admite citar essa chamada livre empresa, livre iniciativa, economia de mercado e não permite a livre iniciativa alcançar o máximo de potencialidade ou de resultado em eficiência torna-se um enorme desperdício de recursos. É o que mais ou menos ocorre no Brasil. Você produz, e não sabe se vai conseguir vender no mercado interno, se vai conseguir exportar, se vai ou não ter confisco. Isso é brutalmente prejudicial ao produtor agrícola.

Na indústria é mais fácil. Na indústria mecânica, por exemplo, é possível rapidamente, reduzir uma produção. A indústria mecânica de transformação se adapta com muita rapidez, mas o produtor agrícola não. Na hora em que ele coloca uma semente na terra, ou planta uma árvore, um pé de café ou um pé de laranja — um pé de laranja leva seis anos de gestação — que começa a preparar a muda — a muda leva um ano e meio. Planta-se, então, a muda e, no quarto ano depois de plantada, ou seja, depois de mais de cinco anos de investimentos, tem-se uma pequena colheita apenas depois do quinto ano de investimento, isto é, com seis anos de efetivo investimento é que vai se retornar à produção. Quem faz isso? Só o sujeito que acredita realmente na terra, no seu país.

Na hora que ele plantou a laranja, não há volta. Ele não pode meter uma chave no pé de laranja e dizer: agora eu vou plantar capim, vou criar boi, porque tudo isso custa muito dinheiro. A indústria pode. Uma fábrica de bicicletas, por exemplo, pode mudar, adaptar sua linha, reduzir a produção, meter o pé no freio e se melhorar o mercado ela acele-

ra. Na agricultura não se pode fazer muito isso, e esse é o grande drama do produtor agrícola; não só no Brasil, mas no mundo todo. O que acho é que as autoridades, de um modo geral, ainda não entenderam que mudar a regra no meio do jogo para um produto de agricultura é uma loucura, é o mesmo que dizer ao indivíduo: pare de produzir e vá embora para casa. É um desestímulo total.

Precisamos dar a esse segmento, regras e política, definidas a médio e longo prazos. Não estou criticando o governo, porque agora estou fora, não; tudo que aconteceu até há dois anos atrás eu sou co-responsável, porque mesmo que eu não tenha participado das decisões, sou co-responsável porque eu era governo e fui governo com muita honra. Não estou aqui fazendo crítica. Ser governo é muito bom quando podemos fazer coisas, é entusiasmante. Acho que isso é positivo; agora, nós temos que nos convencer que o homem de governo não detém, está muito longe de deter, todos os conhecimentos. Temos que ter a humildade de ouvir mais, de ter um pouco mais de bom-senso e pé no chão, sobretudo nessas áreas mais críticas, em que a margem de erro tem que ser muito pequena, ou pode ser nenhuma. Participa deste seminário o Ministro Alysso Paulinelli, que sabe bem disso, que também foi ministro e hoje está no setor privado.

Mas, com tudo isso, esperamos que o novo governo caminhe em alguma direção. A primeira delas é dar à agricultura as diretrizes básicas que permitam aos homens que querem viver, ou produzir na agricultura, o façam com mais descanso, conhecendo as regras do jogo precisou ser uma regra de longo prazo.

Antes de mais nada, um dos pontos fundamentais, é a definição dos parâmetros de possibilidades da agricultura brasileira, que a meu ver, é infinita. Mal arranhamos a potencialidade agrícola desse país. O dia que esse país se abrir para a agricultura, dar liberdade a agricultura para produzir, para vender, para errar, para ganhar e perder dinheiro, para ir à falência, enfim, creio que o Brasil vai ser um grande país de produção agrícola. E, portanto, um país de uma fortíssima indústria, de agroindústria, porque a agricultura precisa de alternativas de mercado, uma agricultura sadia precisa do mercado interno "in natura", precisa de uma livre exportação "in natura" e precisa de uma indústria forte.

O produtor que não tenha os três mercados concomitantemente é fraco, vai ganhar pouco dinheiro, vai ter pouca rentabilidade, não terá estímulo para investir. Quando ele tem concomitan-

temente a opção dos três mercados, se fortalece.

O Brasil até há alguns anos atrás — em 1960 mais ou menos — produzia quarenta milhões de caixas de laranja com quarenta quilos cada.

Em 1980 o Brasil já estava produzindo 150 milhões de caixas de laranja, e esse ano o país praticamente produziu 200 milhões. Aí são dois fatores, quando eu falo Brasil, falo São Paulo.

O Brasil, passou a ser o maior produtor mundial de laranja. Hoje é o maior produtor mundial. A geada causou muitos intempéris na Flórida, e a desgraça da Flórida é a nossa alegria. É lamentável usar esse termo, mas essa é a realidade. Mas também temos que ter uma coisa presente; a citricultura brasileira surgiu e cresceu — não foi em função da geada na Flórida, porque o agricultor brasileiro acreditou no produto, acreditou que um dia haveria mercado externo ou mercado interno e plantou. O homem que plantou há anos atrás, antes da geada, não estava confiando na geada, ele plantou por crença e, veja bem, esse homem merece respeito, porque ele é um forte. O homem que planta uma árvore, que vai levar seis anos para dar retorno, sem saber bem o que vai acontecer no mercado ao longo desse tempo, ou ele é um forte ou é, antes de mais nada, um otimista ou um louco. Eu acho que ele é forte e um otimista, como deve ser normalmente o homem da agricultura desse país.

A intempérie da Flórida, é claro estimulou o plantio de laranja de modo que temos hoje no Estado de São Paulo cento e dez milhões de pés de laranja plantados, fora outras frutas — sobretudo frutas cítricas — essa plantação toda não está em produção, ou melhor, apenas uma parte está — estima-se 70, 80% em produção. Isto leva a uma produção de quase duzentos milhões de caixas esse ano e como está correndo bem a nova safra de laranja, que chamamos de maio a maio, que começa no fim de maio ou em junho espera-se que ela alcance 220, 230 milhões de caixas. E pelo volume de pés plantados, se continuar um preço razoável, com os agricultores concedendo um trato razoável a essa árvore, que é o seu patrimônio e da sua família, o Brasil, em futuro próximo, estará com trezentos milhões de caixas de laranjas. Aí começa o chamado drama de exportação e fala-se logo: Ah! mas a laranja está sendo exportada, a laranja não, o suco da laranja está sendo exportado, o mercado interno está desprotegido. É verdade, é verdade.

Quer dizer, a laranja ficou um produto mais caro no mercado interno, porque a indústria comprou mais laranja, ela absorveu para fazer suco, para exportar e para vender no mercado interno. Isto é ruim ou é bom? É aquela

coisa, não é ruim, nem bom, isso é uma realidade que existe. O problema não é deixar de comprar laranja para fazer suco para exportar. O problema primeiro é que a renda interna é baixa ou seja, o mercado é muito estreito e segundo, é hábito: o brasileiro não gosta de comprar suco, gosta, na verdade da laranja. Ainda chupamos laranja, por tradição, porque é um produto de fácil acesso.

Digo isso, sou presidente de uma fábrica de suco de laranja, mas chupo laranja, não tomo suco, porque é gostoso fazer um suco de laranja na hora ou comer uma laranja. Temos esse hábito e vai levar muito tempo para mudá-lo.

Então, a laranja virou "vedete" e, no ano passando, segundo a CACEX, alcançamos um bilhão e quatrocentos milhões de dólares de exportação. Passamos de seiscentos e poucos milhões de dólares para um e quatrocentos, um crescimento brutal; é claro que nisso a geada Flórida colaborou. Para complementar, o problema da laranja é o seguinte: como quase todos os produtos, a laranja precisa de certa liberdade. A indústria, ao mesmo tempo cresceu a produção, surgiu uma indústria de suco, bastante importante, muito forte, produtiva e eficiente, talvez porque não haja um Instituto de Laranja. Então o produtor de suco de laranja teve que se organizar, para ser forte, para enfrentar a Flórida, os concorrentes, e para que isso ocorresse, tivemos que raciocinar em termos de produtividade. Eu presido uma fábrica que pensa em produtividade e redução de custos vinte e quatro de horas por dia.

De modo que a laranja, como ficou de certo modo livre, as indústrias se organizaram para competir; hoje, a fábrica que eu presido não produz só sucos, produz suco de laranja e outros sucos, produz oito ou nove essências; quer dizer, a laranja é um produto que não se perde nada. A tecnologia já está avançada, vamos até tirar álcool de excelente, de primeiríssima qualidade, do bagaço de laranja por enquanto sem grande interferência governamental. O que significa tudo isso: que estamos a cada dia procurando reduzir o custo do produto, o que significa dizer que estamos tendo uma base para remunerar bem o produtor agrícola, o produtor de laranja. É uma atividade integrada, queremos ganhar dinheiro, o produtor tem que ganhar dinheiro e o país tem que ganhar uma boa receita cambial. E o que precisamos hoje é de liberdade para discutir agriculturas industriais e fixar livremente em uma briga de portas fechadas com os dois segmentos da livre iniciativa. Queremos brigar entre nós, não precisamos de arbítrio de ninguém, por enquanto; porque a interferência sempre descamba, queremos liberdade para produzir laranja, para fazer suco, para exportar laranja, para atender o mercado interno, enfim, transformar esse produto numa riqueza permanente.

Para terminar, é muito importante ter cuidado com a política de preço. A política de preço, acho que o governo deve fixar, um preço de referência, porque, às vezes pode haver abusos, etc. Esse preço mínimo deve refletir uma realidade do mercado.

Sociedade Nacional
de Agricultura

Torne-se sócio

Av. General Justo, 171 - 2.º andar - Tels.: 240-6149 e 240-4573 - CEP 20021 - Rio de Janeiro - RJ

Agricultura de exportação: o caso da soja

Prof. Cláudio R. Contador*

No decorrer das exposições anteriores, ficou patente que o Brasil pouco tem aproveitado das oportunidades abertas à comercialização externa de produtos agrícolas. Na minha participação neste painel procurarei abordar alguns detalhes específicos sobre a soja, embora em linhas gerais, igualmente válidos para os demais produtos agrícolas de nossa pauta de exportação.

Um pano de fundo para justificar a existência de Congressos e Seminários como este diz respeito a brutal discriminação sofrida pela agricultura no Brasil. Observando as margens de proteção aos setores, resumidas no quadro, constatamos que a agropecuária é punida em termos absolutos com uma taxa negativa de 8,2% contra uma proteção efetiva média de 46% na indústria, e cerca de 72% na produção de bens de capital!

“Apesar dos escassos incentivos, a agricultura tem contribuído bastante na geração de divisas com a exportação”

Um panorama tão evidente como este, por si só seria suficiente para gerar uma oferta catastrófica de alimentos, devido a tremenda drenagem de recursos da agricultura para a indústria. No entanto, salvo situações esporádicas, a agricultura brasileira tem tido uma contribuição das mais extraordinárias para a demanda doméstica, para a geração de divisas com a exportação, e ainda para moderar a exacerbação do custo de vida.

Falando ainda em termos gerais poderíamos apontar quatro suspeitos

* Professor da UFRJ, Ph.D em Economia, Universidade de Chicago, membro da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, CEDES.

pelos entraves a uma participação mais significativa do Brasil na comercialização de alimentos:

- 1 — Falta de Demanda Externa;
- 2 — Produção Doméstica insuficiente ou de qualidade inadequada;
- 3 — Infra-estrutura e comercialização deficientes, sistema de transporte e embarque inapropriados e pouco confiáveis, mecanismos de transação antiquados; e
- 4 — Política econômica punitiva.

Pretendo então abordar cada um destes fatores, colocando a minha opinião sobre o seu estado atual com exemplos com a soja, o produto que me coube apresentar no painel.

“Nos próximos vinte anos a produção de alimentos será insuficiente para cobrir a demanda prevista”

- 1 — Num estudo preparado para o Primeiro Congresso Brasileiro de



Cláudio Contador: “A agricultura sofre brutal discriminação no Brasil, com relação aos demais setores”.

Grãos, realizado em novembro de 1984,

MARGEM DE PROTEÇÃO AOS SETORES
NO BRASIL

Agropecuária	- 8,2%
Indústria de Transformação	46,4%
Bens de Capital	71,9%
Bens Intermediários	42,0%
Bens de Consumo	35,7%

constatamos que os organismos internacionais prevêem uma produção insuficiente para a demanda prevista nas próximas duas décadas. Por exemplo, prevê-se que em 1990 o consumo mundial de farelo de soja atingirá 85 milhões de toneladas contra uma oferta de 83 milhões. No início do próximo século, projetando um crescimento de demanda de 2,9% ao ano, uma taxa subestimada, o consumo atingirá 113 milhões de toneladas contra 87 milhões de produção.

“Existe uma demanda externa não atendida de soja e outros grãos produzidos pelo Brasil”

Se o Brasil não fizer nenhum esforço adicional para aumentar sua participação no mercado mundial, hoje em torno de 38% do total do mercado de grão e farelo de soja, em 1995, estaremos exportando um equivalente em grãos de soja de 19,2 milhões de toneladas. No entanto, os próprios organismos internacionais sugerem que existe hoje um espaço de 21 milhões de toneladas de grãos de soja no mercado externo, um espaço não explorado pelo Brasil. Em resumo, existe uma demanda externa não atendida de soja em particular, e de muitos outros grãos produzidos pelo Brasil. Existe o mito de que o aumento das exportações agrícolas do Brasil gera retaliação e pressões dos países deslocados, em particular os mais desenvolvidos. Ora, o preenchimento do vazio da demanda externa não atendida tem exatamente a vantagem de não prejudicar em termos absolutos os nossos competidores mais próximos e portanto não deve gerar pressões à nossa expansão comercial.

2 — Pelo lado das condições domésticas de produção, são conhecidas as vantagens da exploração do cerrado para cultura de grãos. Atualmente apenas uma pequena parcela da área de cultivo de grãos é trabalhada com tecnologia moderna, e dispomos hoje de novas fontes de tecnologia e variedades, o que não acontecia no passado.

Apenas o cerrado tem condições de produzir, com irrigação e tecnologia adequada, cerca de 20 milhões de toneladas de grãos. No caso da soja, quase 45% da área é cultivada com tecnologia moderna, e os restantes 55% podem ser incorporadas às práticas mais produtivas, a curto prazo. Além disto, a decomposição dos custos de produção de soja em grãos no Brasil revela um custo na fazenda em torno de US\$ 150.00/ton., 15% menor do que nos EUA (US\$ 222.42/ton.).

“A comercialização brasileira prejudica as vantagens técnicas da produção agrícola”

Ou seja, a agricultura brasileira é competitiva ao nível de fazenda, tem condições potenciais de expansão, e existe uma ampla demanda externa a ser preenchida. Porém, a comercialização deficiente prejudica e anula as vantagens técnicas na produção.

3 — A competitividade brasileira é prejudicada desde o momento que o grão deixa o portão da fazenda. No caso da soja, as despesas de comercialização oneram o custo final em 23% enquanto nos EUA as despesas correspondem a menos de 7% do custo no porto. É possível entretanto modificar este panorama. Os navios graneleiros e mistos de grande tonagem da classe de 170 mdwt reduzem substancialmente os custos de transporte. Combinando os custos da produção do cerrado com a melhoria do transporte marítimo é viável competir com os EUA em condições vantajosas. Por exemplo, a soja norte-americana e exportada do porto no golfo do México para o porto de Yokohama no Japão, via Canal do Panamá, em navios Panamax tem um custo em torno de US\$ 19,00/tonelada. A soja do cerrado, exportada através do complexo graneleiro do porto de Tubarão cobre o mesmo trajeto para o mesmo porto de destino ao custo de US\$ 8.00/toneladas. Outras deficiências na comercialização, sem falar na estocagem, dizem respeito a falta de uma atividade promocional agressiva.

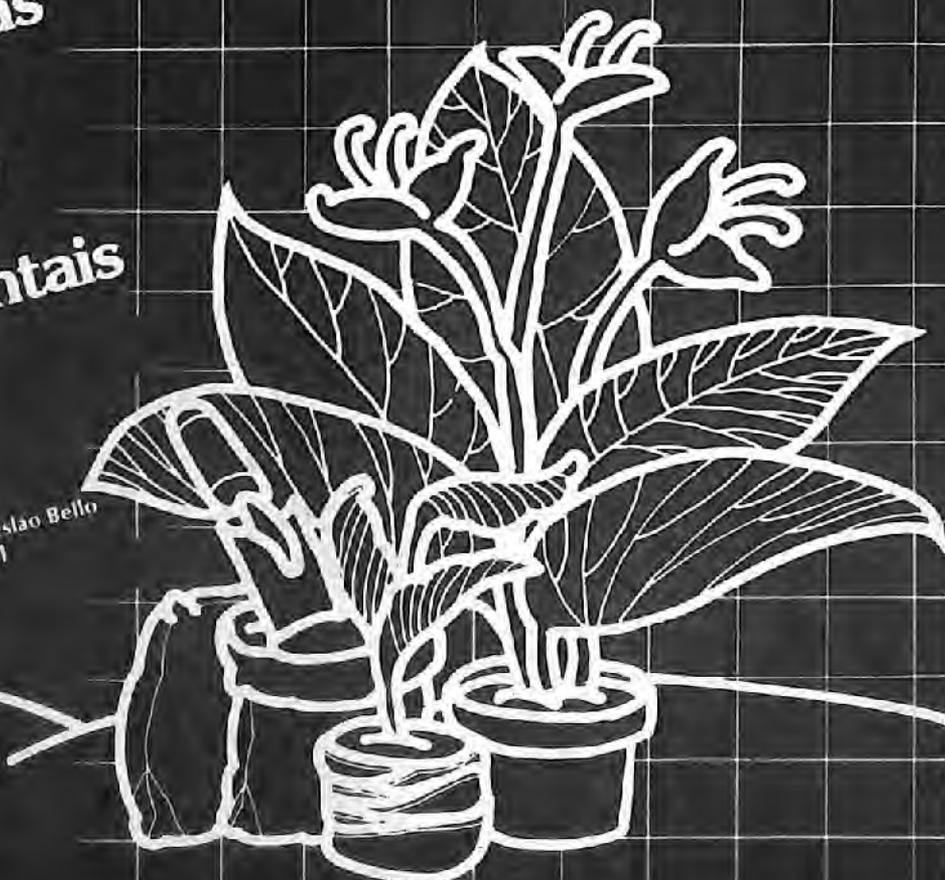
“A carga tributária incidente sobre a comercialização agrícola é muito elevada”

4 — Finalmente podemos apontar a política econômica como o fator punitivo e grande responsável pelos entraves. Hoje o Brasil pratica a barbaridade de aplicar um verdadeiro imposto de exportação — o ICM — aplicável a agricultura, mas não nos manufaturados. A carga tributária composta pelo ICM, PIS, e FUNRURAL incidente sobre a comercialização da soja brasileira atinge US\$ 36,26/tonelada, ou seja 64% do total das despesas de comercialização! O produto americano, por sua vez, não recorre qualquer imposto indireto sobre as vendas. A redução da oferta de crédito combinado com os juros cobrados elevam os custos financeiros do produto. Entre as safras 78/79 e 83/84, os custos financeiros na soja aumentaram de US\$ 6.34/ton. para quase US\$ 40.00/ton. Em termos relativos, os custos financeiros aumentaram de 3,9% para 21%, do custo total da produção de soja.

- Mudas de plantas frutíferas e de arborização
- Plantas ornamentais
- Terra vegetal

Venda permanente na Escola de Horticultura Wenceslao Bello
Avenida Brasil, n.º 9.727 - Penha - Rio de Janeiro - RJ

SMA



O mercado mundial de celulose

Claes Hall*

Vou tentar rapidamente dar uma visão do setor da celulose e, em especial na área de eucalipto.

O mercado do eucalipto, uma fibra curta, cresceu muito nos últimos anos. Entre 1976 e 1983 dobrou, passando de 3,2 milhões de toneladas para 6,4 milhões de toneladas e, durante este período, o Brasil chegou a ser o maior fornecedor do mercado e também o maior exportador desde 1982. O que é interessante, também, é que neste período o uso de fibra de eucalipto no mundo, no mercado mundial, aumentou de 13% para 33% do mercado. Este crescimento foi devido ao desenvolvimento aqui no Brasil e o nosso país tem cerca de 55% do abastecimento do mercado mundial de fibra de eucalipto.

Ao mesmo tempo, neste período as fibras tradicionais, de fibra longa quase não cresceu então, pode se dizer que o crescimento que houve foi baseado em fibras do Brasil.

O mercado total mundial cresceu no ano passado aproximadamente 4%; e o Brasil perdeu um pouco de participação no mercado. Isso ocorreu, em parte, porque o abastecimento interno do mercado tem crescido um pouco mais do que o razoável, por causa de uma defasagem de preço: como controle de preço do Brasil, o preço no mercado nacional tem ficado em torno de 130 dólares por tonelada, ou seja, 25 a 30% abaixo do preço no mercado internacional. Essa defasagem, evidentemente, faz com que se use, em alguns casos, fibra de eucalipto branqueada para fins onde se pode utilizar outras fibras menos nobres, caso fosse um preço razoável.

O valor das exportações de fibra curta branqueada do Brasil, no ano passado ficou em torno de 460 milhões de dólares. A fibra de eucalipto é muito interessante e a indústria de papel brasileira tem feito um trabalho de desenvolvimento muito importante nesta área o que ocorre agora é que outros produtores de papel — primeiro foi na Europa mas agora o Japão e E.E.UU. — estão,

cada vez mais, aprendendo a utilizar a fibra de eucalipto, e a entender as propriedades desta fibra, pue é diferente das demais e que possui propriedades que cabem bem para papéis muito suaves e nacionais, mas também para papéis especiais, como papéis para cheques, papéis técnicos e ainda papéis para imprimir e escrever.

Os novos mercados que têm sido desenvolvidos especialmente pelos produtores brasileiros são os Estados Unidos, principalmente pela ARACRUZ, também Japão com a Companhia CENIBRA, que, evidentemente, é uma "joint venture" com japoneses. Tem aberto o mercado japonês para fibra de eucalipto e também os outros produtores RIOCEL, MONTE DOURADO JARI, em conjunto com a ARACRUZ. Estamos abrindo

o mercado da China Popular. Acredito que no futuro vamos ver a China Popular como um cliente em ascensão, porque eles não tem floresta suficiente para o abastecimento de suas indústrias.

Creio que eles vão investir em máquinas de papel e importar fibra. Tenho também a impressão que nos próximos 5 a 7 anos, este mercado de eucalipto no mundo, nos Estados Unidos, na Ásia, vai poder dobrar outra vez.

A ARACRUZ e CENIBRA estão plantando florestas para poder se expandir. O custo competitivo básico dessa indústria no Brasil é devido à tecnologia florestal, desenvolvido com o eucalipto, sob a supervisão do Dr. Leopoldo Brandão, presente neste Seminário.

As florestas de eucalipto no Brasil crescem 10 a 15 vezes mais rápido do que as florestas nos países tradicionais, fornecedores de fibras branqueadas, como por exemplo o Canadá, a Suécia e a Finlândia. Também cresce mais rápido do que na Península Ibérica, onde, também tem eucalipto, mas com menos produtividade do que no Brasil.

Combinado com a escala industrial internacional, os custos dos produtores



Hall: "No Brasil as florestas de eucalipto crescem 10 a 15 vezes mais rápido do que as dos países tradicionais".

*Diretor Comercial da Aracruz Celulose S.A.

brasileiros são imbatíveis, não têm nenhum outro produtor no mundo com este nível de custo, que temos aqui no Brasil.

Um preço mais realista no mercado nacional traria mais investimentos dentro da indústria de celulose de São Paulo, onde existe a concentração da indústria de papel e também proporcionaria rentabilidade aos projetos de construir altos rendimentos e de qualidade menos nobre. Tais projetos deveriam ser construídos juntamente com as fábricas de papel para dar uma alimentação para certos tipos de papéis, que se pode fabricar sem a alta qualidade de eucalipto, fibra branqueada, que servem melhor para produtos especiais e para o mercado internacional.

O mercado de celulose de eucalipto vem crescendo, proporcionando empregos florestais e também, empregos industriais; tem um custo internacionalmente muito competitivo.

Essa indústria também tem um balanço comercial bem positivo. Para dar um exemplo; no caso, da ARACRUZ temos um valor de exportação, em torno de 150 a 160 milhões de dólares e o valor de produtos de importação de 3 a 4 milhões de dólares por ano; dessa forma, a indústria traz para a balança comercial do Brasil recursos muito importantes.

Quadro 1. Mercado mundial de celulose (milhões t)

Ano	Fibra longa	Fibra curta
1976	8,5	3,3
1984	12,2	7,0
• Crescimento no período (%)	44	112
• Taxa de crescimento anual	4,1	8,7

O Brasil participa com 19% da fibra curta produzida no mundo (1984)

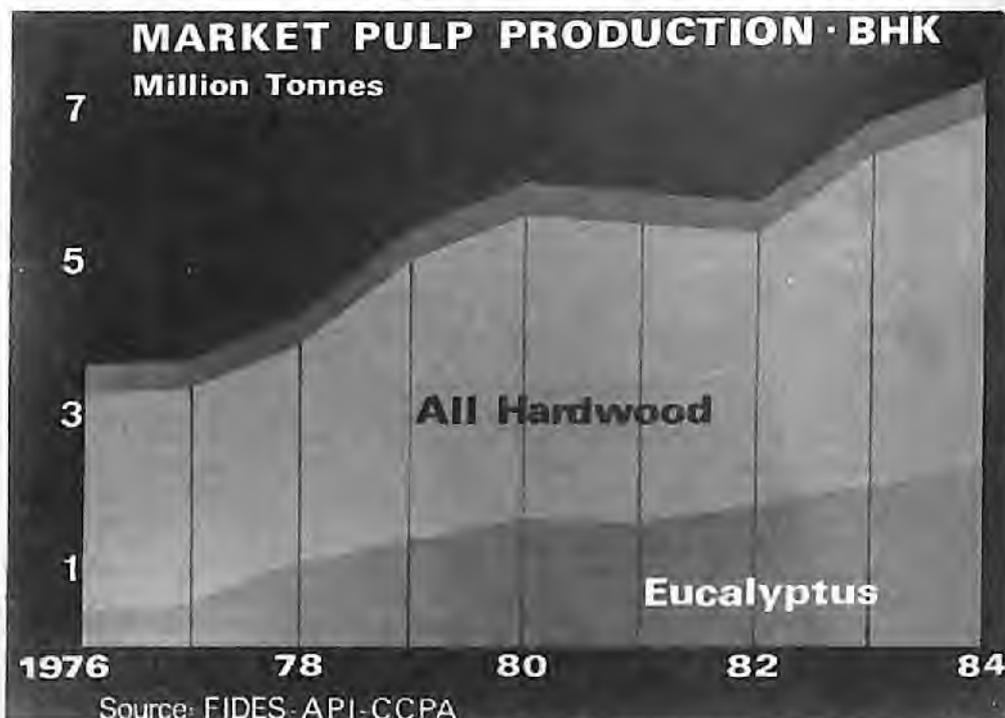
Quadro 2. Mercado mundial de fibra curta (milhões t)

Ano	Fibra curta total	Eucalipto	Variação %
1976	3,3	0,4	12
1984	7,0	2,4	34

O Brasil participa com 48% do eucalipto de mercado produzido no mundo (1984)

Quadro 3. A capacidade de produção cresceu apenas 165 mil t entre 1980 e 1985, basicamente, Aracruz (65.000 t) e Cenibra (100 mil t)

Empresas Exportadoras	Capacidade
1980	1.090 mil t
1985	1.255 mil t



Desenvolvimento do mercado mundial de fibra curta, a participação do eucalipto.

Quadro 4. Defasagem entre o preço no mercado nacional e mercado externo (1984)

	US\$
• Preço europa (FOB-fábrica)	385
• Preço mercado nacional (s/ ICM)	248
Diferença	137

Quadro 5. Principais mercados atendidos pelo Brasil (1984)

Mer-cados	%
• Europa	43
• EUA	15
• Japão	19
• China	5
• Outros	18
Total	100

— Alguns mercados (EUA, Japão e China) poderão duplicar nos próximos 5-7 anos, ou seja, o Brasil poderá expandir excepcionalmente suas exportações de celulose.

— Para tanto, o Brasil deve aumentar sua capacidade de produção, a fim de firmar-se como fornecedor confiável.

Quadro 6. Expansão das exportações

- Fatores favoráveis
 - Custos competitivos
 - Balanço energético favorável
 - Escala de produção de nível internacional
 - Mercado de eucalipto crescendo
 - Disponibilidade de florestas
 - Produção de CMTF para consumo no mercado nacional (só integrada com fábrica de papel) liberando mais pasta química para exportação
 - Tecnologia florestal existente (pesquisa e experimentação em florestas de eucalipto)

- Fatores desfavoráveis
 - Taxa de câmbio (cruzeiro sobrevalorizado)
 - US\$ muito valorizado em relação às moedas européias
 - Preços irrealistas no mercado interno (inibe novos investimentos)
 - Necessidade de colocação de grandes quantidades (qualidade para exportação) no mercado interno: pasta nobre para fins não nobres
 - Taxas internas de juros mais elevadas do que o nível internacional
 - Preços dos equipamentos superiores aos do mercado externo.

Quadro 7. Balança comercial do setor muito favorável

	1984
Exportação	440 US\$ milhões
Importação	6 US\$ milhões

Brasil: país de marcada vocação florestal

Leopoldo Garcia Brandão*

Há muita desinformação e muita confusão em torno das atividades florestais. Há áreas em algumas alas, em que a floresta é sagrada e outras em que é uma coisa a ser destruída e eliminada, para que se permita uma melhor utilização do solo.

Temos tendências radicais em direções opostas, ambas absolutamente irracionais, que não merecem, e não resistem a uma reflexão de apenas 5 minutos.

“A história do homem está sempre ligada à dos produtos da terra e dos florestais”

Situamo-nos em uma posição, que consideramos de uma visão mais global, permitindo-nos começar então comentando que a história da vida humana está sempre ligada à dos produtos da terra e dos florestais. Desde que a humanidade começou a crescer, deixou o seu período tribal e nômade, passou a fixar-se, teve a necessidade de interferir na produtividade natural da terra, para aumentá-la e obter o seu sustento, quer de produtos agrícolas ou florestais. Na maioria das vezes interferiu nas áreas florestais, porque eram solos naturalmente mais férteis. Há, portanto, uma associação íntima e irreversível entre o número de pessoas na face da terra e o consumo dos produtos do solo.

Não há nenhuma possibilidade de fazer com que a população humana não consuma produtos florestais, sob as mais diversas maneiras. Se examinar-

mos um salão, por exemplo, vamos constatar que estamos usando mais de 50% dos produtos que vêm da madeira, desde os papéis até a cadeira, o assoalho, a parte do teto, as portas e janelas. Nascermos num berço e seremos enterados num caixão de madeira. E o Brasil que até tem nome de uma árvore, está

marcado como país de história florestal e isso pode ter sido uma coincidência um pouco portuguesa, mas é uma expressão ecológica. O Brasil, pelas suas características, é um país de marcada vocação florestal. Só não será líder da atividade florestal do mundo, senão quiser. Se fizer muita força para que isto não seja realizado, porque nós temos todas as condições naturais.

Passo agora a uma parte um pouco mais polêmica. Há sempre a colocação, às vezes leiga, de uma contradição entre a floresta natural e a plantada pelo homem. Quanto à floresta natural, naturalmente heterogênea e a plantada pelo homem, certamente uma floresta homogênea. Essas boas origens de produtos florestais são colocadas, na maioria das vezes, como antagonicas, ou inimigas.



STILLART PROGRAMAÇÃO VISUAL

*Diretor Florestal da Aracruz Celulose S.A.

Brandão: “A floresta Amazônica possui altíssimo custo de extração de madeira”.

“As florestas localizadas junto às nascentes dos rios deveriam ser preservadas obrigatoriamente”

Pela experiência que temos, entendemos que elas são complementares e aliadas. Existem áreas de florestas nativas, naturais, que precisam ser preservadas, mesmo que para isso, tenhamos que solicitar o apoio da força — porque são ecossistemas muito representativos e muito importantes — para que permaneçam preservados por séculos, milênios até, para que nelas se aprenda a conhecer melhor a natureza. Há também localizações de florestas, especialmente junto das nascentes e dos cursos d'água, que, no nosso entender deveriam ser preservadas obrigatoriamente. Estamos vivendo, nas últimas semanas, o fenômeno de enchentes e de inundações que, em grande parte, é o resultado da péssima maneira de se administrar os solos no Brasil. É a consequência da desastrosa — e até criminosa — política (ou falta de política) de se destruir as florestas junto às nascentes e às encostas, permitindo que a erosão faça o assoreamento dos canais e dos rios e que as nascentes e os cursos d'água se tornem menores do que a capacidade natural de transformar e transportar as chuvas, que foram obstruídas pelos solos mais ricos, levados até os rios e córregos, simplesmente porque as florestas foram cortadas criminosamente. Então, a floresta heterogênea, nativa, tem uma função, uma tarefa econômica e social da maior importância, e precisa ser tratada como um bem da sociedade, que deve ser cuidado rigorosamente, como de alto interesse nacional.

“A prolongada destruição pelo homem dos ecossistemas provocou as atuais enchentes”

Quanto custou ao país as últimas três semanas do final de janeiro, de enchentes e de inundações? Bilhões, trilhões de cruzeiros. A consequência de anos e anos seguidos, de destruição pelo homem dos ecossistemas, que não poderiam ter sido destruídos e que criou condições para que a chuva — que é um fenômeno benéfico — causasse tantos desastres e tantos males. Agora pergunto: se o uso dos produtos florestais está associado à vida humana e é impossível de ser destruído, se de-

fendemos a preservação de ecossistemas especiais de todas as regiões do Brasil e a preservação de todas as florestas nativas — especialmente dos terrenos inclinados, das encostas e nascentes — de onde tiraremos os produtos florestais que o homem precisa para a sua vida natural?

Em florestas plantadas pelo homem, atendendo as necessidades do mercado e permitindo a política de preservação realista. Aí se harmonizam as vantagens, os benefícios e os interesses sociais da floresta plantada com aqueles da preservação das florestas heterogêneas e florestas nativas.

Vemos os dois tipos de florestas como grandes aliados de interesse social e de altíssimo interesse brasileiro, que é um país de grandes extensões territoriais e que pode obter das florestas, produtos para o consumo interno e produtos de exportação de grande importância. Não podemos esquecer que durante cinquenta anos, nós precisamos gerar mais dólares do que os necessários à importação para sustentar a voracidade dos juros, que incidem sobre nossa enorme dívida externa e para nos livrarmos dela. Para isso, precisamos gerar dólares não gravosos, dólares que sejam frutos do lucro legítimo, para que o Brasil saia desta opressão da dívida externa, sob a qual estamos vivendo.

Industrialização da madeira: a celulose

Voltando às florestas, tanto as heterogêneas inativas, quanto as homogêneas plantadas pelos homens — que a nosso ver, são aliadas, harmônicas, e complementares e ambas de enorme interesse social e de grande potencial econômico — vamos dividir a exportação dos produtos florestais em duas faixas de produtos: Aqueles que resultam do simples desdobramento de uma tora, que são os produtos que chamamos sólidos, ou seja, são tábuas, peças de madeira; e aqueles produtos que derivam da industrialização mais complexa das árvores: a celulose, que se converte em diferentes tipos de papéis.

Para o primeiro, todos pensamos nos 280 milhões de hectares, que estão na floresta amazônica, e ficamos imaginando que aquilo seria uma espécie de caixa forte, de estoque de riqueza; que

deveríamos abrir a porta da floresta amazônica e dizer: com a exploração desta floresta, vamos pagar a dívida e enriquecer o Brasil. Isto é uma ilusão de pouca base científica e técnica. A floresta amazônica, além de ter funções ecológicas imprescindíveis, que já assinalamos, é uma floresta extremamente heterogênea e, embora não esteja completamente estudada, é provável que chegue a possuir mil diferentes espécies de árvores. Portanto, é difícil encontrar três árvores da mesma espécie num hectare na Amazônia e isso transforma a floresta amazônica em uma floresta de altíssimo custo de extração.

Para se tirar cinco espécies de madeira na Amazônia, seria preciso explorar 500 mil hectares para sustentar uma indústria relativamente pequena, porque é uma floresta extremamente heterogênea, é um fenômeno botânico, natural, que não é possível ser mudado. Seria necessário fazer quilômetros e quilômetros de estradas ou de caminhos ou de meios de trânsito para retirar poucas toras de valor comercial; esta é a primeira dificuldade.

“Para se extrair cinco espécies de madeira da Amazônia, é preciso explorar 500 mil ha.”

A segunda é que as madeiras da Amazônia não são conhecidas internacionalmente. O mercado internacional não está habituado com as madeiras da floresta amazônica, levam-se anos e anos de trabalho para convencer ao usuário final dessas tábuas, que é uma madeira de boa qualidade, que se presta bem ao produto final que ele deseja fazer. É um trabalho demorado, de base técnica e, evidentemente, de estratégia comercial, que ainda não foi feito suficientemente.

Em terceiro lugar, grande parte da floresta amazônica está localizada em solos bastante frágeis. Caso estes solos forem descobertos irresponsavelmente, podemos ter manchas de terras de difíceis sustentações biológicas; então, a floresta amazônica não pode ser considerada, por ninguém que conheça a matéria como espécie de estoque de dinheiro, do qual podemos lançar mão para uso a curto prazo.

É uma riqueza do país, que precisa ser utilizada, mas de maneira prudente, apoiada na ciência e na tecnologia, que ainda não estão suficientemente maduras. Temos que utilizar os erros que lá já foram cometidos, e os acertos que lá estão sendo praticados naquela região, como a construção de escolas, centro de pesquisa, estações experimentais, para realmente aprender cientificamente, tecnologicamente. É necessário, ainda, definir uma política de uso da região amazônica para benefício da sociedade brasileira, sem cometer ali erros irreversíveis e sem destruir 1/3 do território nacional, que precisa ser mantido em condições biológicas sustentadas, por séculos e séculos, porque a existência da floresta amazônica é parte da ecologia brasileira. Ela não pode ser simplesmente suprimida sem graves conseqüências, que não se sabe nem avaliar.

As florestas nativas, as florestas homogêneas, plantadas pelo homem, normalmente estão localizadas mais próximas dos seus centros de consumo; não faz o menor sentido se imaginar que a madeira possa viajar mil quilômetros.

Os custos de transporte hoje, são cada vez mais decisivos. Imaginar como ele se pratica — sai de Belém um caminhão de toras para vir a São Paulo fabricar móveis, que depois são vendidos no Recife —, é de uma grande irracionalidade energética e econômica, quase um crime.

O trabalho da Aracruz Celulose

Estamos queimando petróleo importado para produzir, às vezes, coisas muito menos valiosas do que este caro produto, quer dizer, há que se racionalizar a atividade florestal, que naturalmente ocupa grandes áreas, pois é sempre uma área extensiva.

Para melhor ilustração, a Aracruz tem 72 mil hectares de terras plantadas, compete vantajosamente com empresas que têm 500 mil, 700 mil, 1.500 mil de hectares — e algumas nos Estados Unidos têm 5 milhões de hectares de terras de florestas plantadas. A Aracruz, com 72 mil hectares, está competindo. Em grande parte, porque foi um projeto planejado, em que foi planejada uma floresta dentro da qual foi construída

uma fábrica, em cuja porta existe um Porto. Foi feito um estudo, em 1966, para que os fatores fundamentais da economicidade do produto corressem e isto foi confirmado como um dos fatores realmente objetivos da competitividade do produto.

Passando à floresta plantada, podemos dizer que no Brasil, plantamos 60% da área plantada com eucalipto e 40% com pinus. Em grande parte, os pinus estão localizados mais na região sul, porque só agora começam a existir sementes de pinus tropicais adequadas às regiões acima do trópico brasileiro. Antes, tínhamos que usar sementes vindas dos países frios, porque não existiam sementes melhoradas para as regiões do norte do Brasil. Nas florestas de eucalipto — que é a que nós plantamos principalmente — conseguimos uma produtividade com uma dispersão escandalosa. Temos florestas de eucalipto que produzem 5 metros de madeira por hectare/ano e as que produzem 70 metros de madeira por hectare/ano. É evidente que uma parte dessa dispersão é reflexo das diferenças dos ecossistemas. Há um certo descuido de produtividade e aqui eu chego ao ponto central. Não há a menor chance do Brasil manter-se como um competidor competente no mercado internacional de produtos florestais se as florestas brasileiras não forem competitivas e produtivas, ainda, adequadamente administradas.

“A Aracruz está preocupada em respeitar a natureza”

Temos na Aracruz uma floresta que está atingindo a níveis de produtividade, que vem obtendo reconhecimento internacional. Já estamos ultrapassando 20 vezes a produtividade dos nossos consumidores da Escandinávia e 15 vezes a produtividade do Sul dos Estados Unidos, que é o nosso maior competidor em termos de produtividade florestal. Por que? Porque a empresa que foi fundada em 1977 e menos de 1 ano depois já tinha o seu centro de pesquisa, já recrutava brasileiros e já preparava esses brasileiros para investir, para realizar pesquisas, somando-se a equipes de universidades e instituições científicas do Brasil, para formar um estoque de conhecimentos que permitisse aumentar a produtividade na mesma área, em prazo curto, tornando o nosso custo de madeira competitivo.

A Aracruz tem a sua lucratividade na diferença entre o preço da madeira que ela tem e o preço da madeira de seus competidores. O diferencial de preço da madeira é que sustenta a rentabilidade da Aracruz e é considerada das mais rentáveis empresas do Brasil e o é porque o custo de madeira que ela produz é altamente competitivo, em relação ao dos nossos competidores. Por que isto?

Porque estamos procurando respeitar a natureza, pesquisar o que é mais adequado àquela região e plantar de maneira mais correta, técnica e cientificamente. Costumamos insistir dentro da casa e às vezes fora dela. A Aracruz se apóia no triângulo de 3 faces iguais. Uma figura sólida de 3 faces iguais. A ciência e a tecnologia como meios da inovação tecnológica — que só é viável a outra face do triângulo se tiver recursos humanos competentes. E eles só o são competentes se forem tratados como gente, não só com salários corretos — estamos corrigindo os salários de 3 em 3 meses, estamos tentando amenizar a desgraça inflacionária — como estamos também cuidando dos empregados e suas famílias com assistência médica integral, política alimentar, com o menor índice de acidente de trabalho do Brasil. Sem cuidar dos recursos humanos, não é possível obter produtividade em nenhum lugar do mundo.

“Quem agride a natureza paga, cedo ou tarde, o preço desta agressão”

Pensar que o nosso homem, que só porque não freqüentou a escola, não é inteligente, é um grande engano. Nossos homens, mesmo sem escola, são extremamente inteligentes e sabem se estão sendo tratados com respeito ou se estão sendo explorados. E o homem maltratado, responde com mal produtividade. A pessoa bem tratada, com respeito, decência, e dignidade, produz muito mais do que ela custa; então, esta é a segunda face da figura que conhecemos.

E a terceira face é a ecologia, que é manchete de discursos, e promoções pessoais. Mas, pouca gente exercita o respeito à natureza. Precisamos entender que a terra faz parte de um ecossistema muito complexo na área tropical, onde não temos ainda o nível de conhecimento científico dos climas temperados e dos países ricos, temos que respeitar as leis da natureza. Quem a agri-

de paga mais cedo ou mais tarde o preço da agressão com juros dos nossos banqueiros e correção monetária, quer dizer, é um somatório de penas — e paga justamente. Quem comete uma agressão tem que responder por ela. Infelizmente não se leva a sério as leis da natureza e elas não são consideradas como base do trabalho no campo. Sabemos que qualquer atividade de campo é de longo prazo e quem não respeita a natureza paga, numa certa época, o custo dessa agressão.

Quer dizer, as três faces que consideramos são: ciência e tecnologia — como meio da inovação tecnológica cada dia mais adequada —, recursos humanos respeitados e tratados com dignidade — de maneira sincera — e respeito às leis da natureza — como garantia de que nós mesmos não estamos cavando a nossa sepultura. Temos tentado fazer isto e na medida da nossa competência, os resultados são espetaculares. Vou dar um exemplo: acredito que muita gente conhece tão bem, ou melhor do que eu, o problema da formiga — já foi objeto até de um certo "slogan" —, "ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil".

"As formigas podem destruir parte considerável da produção de madeira"

Conheço florestas no Brasil, mais especificadamente em Minas Gerais, em que 30% da produção da madeira está sendo destruída pela formiga. Ela é um inseto social altamente organizado, tem raíhas extremamente eficientes, tem operários bastante competentes e tem jardineiras muito trabalhadoras, porque as formigas se alimentam só de fungos de alta qualidade. E estas formigas no caso da Aracruz, exigiam, há 10 anos passados, para exterminá-las, 300 pessoas trabalhando em tempo integral. Tínhamos dezessete formigueiros por hectare, quando chegamos lá. É realmente uma espécie de formiga saúva cortadeira, e tínhamos trezentas pessoas em tempo integral, durante o ano todo, só para controlar a formiga e perdíamos a guerra. Estávamos perdendo mais de 5% da madeira, porque a formiga era mais competente do que os nossos trezentos homens, mesmo usando uma grande variedade e quantidade considerável de produtos tóxicos. Estamos há 12 anos com um projeto, um trabalho especial, apoiado em biólogos e cientistas de São Paulo, tentando uma solução ecológica para a formiga.

Plantamos árvores frutíferas, sustentamos e protegemos os animais, esta-

mos quase na eliminação total do uso dos agrotóxicos e, hoje usamos bactérias e vírus para combater as formigas, com altíssima eficiência.

Com este trabalho de 12 anos, reduzimos os trezentos homens para 16 e, na semana passada, verifiquei que desses dezesseis poderia reduzir para seis, porque não temos mais formigas. Onde era uma região com dezessete formigueiros por hectare — os agricultores sabem o que são dezessete formigueiros por hectare. No estado de São Paulo, por exemplo, quando passa de quatro formigueiros por hectare, é decretado emergência na região, porque mais de quatro formigueiros por hectare é considerado uma calamidade social, pública.

"A Aracruz levou 12 anos para exterminar os formigueiros de suas florestas"

Com a laranja acontece a mesma coisa. Na laranjeira mais de quatro formigueiros por hectare é considerado um desastre total do laranjal. Tínhamos dezessete por hectare e perdíamos percentagem elevada da floresta. Doze anos depois, o trabalho prossegue, não acaba, cada dia se aprende mais. Estamos praticamente no fim do uso de agrotóxico e, pela última fotografia aérea de 82 das nossas florestas, nossa perda de floresta está inferior a 0,5%. Estou só dando certos números provocadores para dizer que nesse país, querendo-se trabalhar corretamente e considerando-se dentro do trabalho desde o Presidente da empresa até aquele sujeito que bateu na nossa porta, sem nunca ter ido a uma escola, sem nunca ter usado um sapato no pé, nunca tomado uma vacina, sem conhecer um médico. Chegaram, inclusive à nossa empresa homens sem documentos de registro, quer dizer: fomos acolhedores de mão-de-obra não especializada. Apesar de tudo isto, essas pessoas têm trabalhado decentemente, temos a produtividade mais alta do Brasil — talvez a mais alta do mundo — e isto sustenta a capacidade do Brasil competir na celulose de alta qualidade no mercado mundial, com grande margem de segurança, ou seja: este país é absolutamente viável.

Na minha área pessoal existem cerca de 4.600 pessoas trabalhando, eu não conheço a justiça do trabalho e não conheço o juiz das cinco Comarcas onde trabalho, e a nossa empresa não tem caixa 2. Primeiro cumprimos a lei e se-

gundo fazemos mais um pouco, na medida do que podemos.

Nessas enchentes ocorridas recentemente nós sustentamos um transporte de madeira de 7.000 metros por dia de baixo de uma chuva de 660 milímetros por mês. No mês de janeiro, tivemos 660 milímetros de chuva no norte do Espírito Santo, sustentamos a fábrica com transporte de 7.000 metros por dia, que importa em cortar vinte e cinco milhares por dia com meio metro de água no solo, acima do nível da bota. O motorista parava, despejava a água da bota, tornava a calçar e continuava. A fábrica não deixou de ser abastecida, não houve aumento de acidentes de trabalho; tudo isto porque o nosso empregado sabe que está sendo tratado com respeito e que ninguém lhe rouba, nem lhe toma o que é direito e ainda pagamos um salário um pouquinho melhor do que a lei manda, consideramos o chamado salário mínimo uma humilhação. Cr\$ 166.000,00 por mês menos a faixa da previdência, quem aqui neste salão consegue sobreviver uma semana com isto? É impossível. Esse chamado salário mínimo é uma vergonha nacional. Pelos estudos dos nossos nutricionistas, tínhamos que pagar hoje, no mínimo, quatrocentos mil cruzeiros a um casal com dois filhos para ele sobreviver biologicamente, energeticamente, em termos de calorias.

E temos que ser capazes de ter uma tecnologia adequada e de investir no treinamento, de modo que com a tecnologia mais moderna possível, com a maior produtividade humana possível, possamos pagar salários decentes. Nesta hora, o mercado interno será um mercado extraordinariamente ativo, que sustentará grande parte da nossa economia e o Brasil estará reequilibrado, isto só é possível a prazo curto. Com a carência de dinheiro e com o dinheiro caro, devemos trabalhar na zona rural de forma inteligente.

Concluimos dizendo que é perfeitamente possível compatibilizar a preservação das florestas nativas e heterogêneas com o consumo dos produtos florestais. É totalmente viável harmonizar uma floresta plantada como ecossistema onde ela foi implantada. E é possível ainda ao Brasil competir na exportação de produtos florestais, se ele tiver florestas produtivas, que permitam um curso de madeira que mantêm um diferencial capaz de pagar o transporte, as despesas, que nos distanciam daqui até o mercado consumidor. Portanto, concluímos as nossas observações, com a posição otimista em relação ao futuro da participação do Brasil no mercado internacional de produtos florestais, se nós brasileiros trabalharmos com a capacidade e com as características que temos.

ABCZ quer uma Política Nacional de Pecuária de Corte

Newton Camargo Araújo*

Gostaria de apresentar aos participantes deste Seminário um trabalho que nós do Conselho Nacional de Pecuária de Corte elaboramos a partir da realização de exaustivos estudos sobre os problemas da pecuária de corte no Brasil.

Na elaboração desse estudo, estavam representados os setores da produção animal, da indústria e do comércio, envolvendo a produção de carne como um todo.

Creio que a hora é oportuna para que nós, juntamente com o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Octavio Mello Alvarenga, e outros líderes do setor, representantes do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, do qual a ABCZ faz parte como entidade fundadora, reivindicamos maior poder político para o setor.

Sabemos que o índice de consumo *per capita*/ano do brasileiro está hoje muito aquém do necessário; em 1979, o consumo era de 21 quilos *per capita*/ano e hoje o brasileiro está consumindo em torno de 13,5 a 14 quilos de alimentos *per capita*/ano. O objetivo do programa do Conselho Nacional de Pecuária de Corte é aumentar esse consumo para 4 milhões de toneladas em 1990 e 8 milhões e setecentas no ano 2.000, quando o brasileiro chegaria a um consumo *per capita* de 36 quilos, um índice bastante razoável para alimentação da população brasileira.

Mas, para se chegar à implantação desse programa, haverá necessidade de, realmente, o poder de decisão ficar dentro do Ministério da Agricultura. É necessário o fortalecimento político deste Ministério. O segmento da agricultura e da pecuária devem ter uma participação paritária nos órgãos de decisões do governo, como o Conselho Monetário Nacional, Conselho de Desenvolvimento Econômico, Conselho de Exportação, etc. Esse programa está

contido dentro de um Programa Nacional de Pecuária de Corte que passamos a apresentar a seguir.



Araújo: "O CNPC quer aumentar o consumo de alimentos da população brasileira."

Viabilidade sócio-econômica da pecuária de corte.

A comprovação histórica da viabilidade sócio-econômica da pecuária de corte nacional não colide, felizmente, com os contrastes e problemas que pautam a situação atual da atividade.

O Brasil dispõe de todos os requisitos essenciais para praticar uma bovinocultura nos melhores moldes empresariais requeridos hoje em dia. Na realidade, caracteriza-se, desde os primórdios da Nação, uma autêntica vocação nacional para a pecuária de corte, consubstanciada fundamentalmente nos seguintes pontos:

- disponibilidade de condições edafoclimáticas para um desenvolvimento agropecuário ecologicamente equilibrado, socialmente justo e de excepcional viabilidade econômica, nas imensas extensões de todos seus Estados e Territórios, na maioria ainda pouco ocupados;
- presença de um rebanho bovino plenamente adaptado às condições climáticas, em número superior a 100 mi-

lhões de cabeças (o 4.º rebanho do mundo), produzindo o "Boi de Capim", (que não concorre com o Homem no consumo de grãos, como ocorre em muitos países), a um custo final menor;

- existência de tradição, experiência e tecnologia nacionais no processo pecuário, atividade praticada em todos os seus Estados e Territórios, com expressiva parcela da população rural disposta a promover a ocupação racional dos espaços vazios disponíveis, amenizando o êxodo do campo;

- a estrutura da produção animal é fortemente democratizada, pois é constituída quase exclusivamente de pequenos e médios produtores, conforme evidencia o quadro a seguir.

Menos de 100 cabeças	30,7% dos pecuaristas
100 a 200 cabeças	12,3% dos pecuaristas
200 a 1.000 cabeças	30,07% dos pecuaristas
mais de 1.000 cabeças	26,9% dos pecuaristas

Fonte: Censo Agropecuário 1980 — IBGE

Note-se que as três primeiras categorias dos pecuaristas, têm até 1.000 cabeças; além disso, um estabelecimento com até 1.000 cabeças não é considerado de grande porte no setor. Outro dado que comprova a estrutura democratizada da produção é a distribuição do rebanho bovino por tamanho de propriedade, sendo que 78,5% do efetivo nacional encontra-se localizado em propriedades de até 2.000 hectares, como mostra o quadro abaixo:

25,76% do rebanho	Menos de 100 hectares
28,26% do rebanho	100 a 500 hectares
24,43% do rebanho	500 a 2.000 hectares
21,55% do rebanho	acima de 2.000 hectares

- O consumo de carne bovina é hábito e anseio de todo brasileiro;
- O Brasil possui uma estrutura básica de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico capaz de produzir técnicas de custos compatíveis com a realidade do País.

* Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu — ABCZ.

● existe um parque industrial dos mais modernos do mundo, com capacidade ociosa, à altura de significativa expansão da produção e do abastecimento;

● conta o País com uma estrutura básica de armazenagem e comercialização capaz de atender o consumo nacional;

● participação expressiva no mercado mundial de carnes, como mostra o quadro seguinte; note-se a redução das importações a partir de 1977; os dados de importação disponíveis para 1982 indicam um volume de 22 mil toneladas, e para 1983 um total de 30 mil toneladas, o que resulta em um saldo comercial positivo para os dois anos mencionados;

● demonstram, os diversos segmentos da atividade, significativa capacidade de reação para uma intensa aceleração do crescimento da produção setorial, quando estimulados.

Assim, depreende-se que, a partir de tal dotação de recursos, o País não pode mais ficar à mercê de casuísmos de política de pecuária de corte, sob pena de inviabilizar o vasto potencial de que dispõe.

As conseqüências da falta de política apropriada têm sido facilmente perceptíveis. O abastecimento interno não apresenta a regularidade desejada, as exportações consolidam-se às custas de enormes sacrifícios e a qualidade do rebanho evolui com mais lentidão do que o recomendável.

O quadro a seguir mostra a produção de carne bovina e a composição percentual dos abates, denotando alta participação do abate de matrizes, conforme os frigoríficos sob inspeção federal.

Hoje, o Brasil possui o 4.º rebanho do mundo, mas sua população consome menos de 13,5 kg de carne por ano, contra 21,5 kg em 1977. A taxa de desfrute tem permanecido praticamente estagnada, e o crescimento do rebanho nacional ressentiu-se disso, perdendo competitividade e prejudicando a rentabilidade de todo o setor. Isso pode ser verificado a partir dos preços recebidos pelos pecuaristas nas diversas faixas etárias do animal, notadamente a partir de 1980, quando opera-se uma redução nos valores. O quadro seguinte ilustra esse fenômeno.

A rentabilidade do setor ainda pode ser avaliada sob o ângulo dos preços a nível de varejo, como mostra a tabela abaixo, no caso de São Paulo. Nota-se o efeito do ciclo, com a irregularidade de preços entre 1977 e 1979, e posterior decréscimo entre 1980 e 1982.

Por seu lado, os consumidores têm sofrido a perda de poder aquisitivo dos

— Cidade de São Paulo — Preço Médio Anual Real⁽¹⁾ da Carne Bovina no Varejo 1977-83

Discriminação	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Carne bovina (Cr\$/kg)	1.627	2.087	2.565	2.403	1898	1.768	1.973

Fonte dos Dados Básicos — IEA-SP.

(1) Valor corrigido pelo IGP. Col.2, da FGV, para dezembro de 1983.

Brasil — Consumo aparente de carne bovina 1977/83

Ano	Consumo total (em mil/t.)	Consumo per capita (kg)
1977	2.268	21,5
1978	2.318	20,4
1979	2.140	18,4
1980	1.991	16,7
1981	1.806	15,5
1982	2.019	16,1
1983	1.910	14,9

Fonte: IBGE, CIEF/MF

Estados Unidos	123 milhões de cabeças	desfrute: 31%
Rússia	117 milhões de cabeças	desfrute: 26%
Argentina	52 milhões de cabeças	desfrute: 22%
Mercado Comum Europeu	79 milhões de cabeças	desfrute: 35%
Austrália	22 milhões de cabeças	desfrute: 32%

— Brasil — Produção de Carne Bovina e Composição Percentual dos Abates 1977-83

Ano	Produção de Carne		Composição dos Abates		
	Carcças (t)	Varição (%)	Bois (%)	Vacas (%)	Vitelos (%)
1977	2.445.520	12	60	39	1
1978	2.319.954	-5	68	31	1
1979	2.114.209	-9	71	28	1
1980	2.083.771	-2	81	19	0
1981	2.109.650	1	77	22	1
1982	2.396.641	14	65	34	1
1983	2.359.975	-1,5	66	33	1

Fonte — IBGE

— São Paulo — Preço Médio Anual Real⁽¹⁾ do Bezerro, do Boi Magro e do Boi Gordo Recebido pelos Produtores 1977-83

Discriminação	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Bezerro (Cr\$/unidade)	44.673	81.114	141.283	137.188	78.505	53.503	73.662
Boi magro (Cr\$/unidade)	118.743	173.711	256.861	237.323	144.708	113.828	148.320
Boi gordo (Cr\$/arroba)	14.232	18.529	25.045	21.185	15.719	13.276	15.593

Fonte dos Dados Básicos — IEA-SP.

(1) Valor corrigido pelo IGP. Col. 2 da FGV, para dezembro de 1983.

salários, o que pode ser notado no quadro seguinte. Urge, portanto, favorecer a retomada do consumo interno. Os dados preliminares para 1984 apontam para um consumo inferior ao de 1983.

A fim de que a oferta de carne per capita seja aumentada, faz-se necessário elevar a taxa de desfrute do rebanho. Dentre os maiores rebanhos do mundo, os percentuais observados são bem su-

periores aos 12% verificados para o Brasil:

Além disso, podem ser melhorados substancialmente os índices zootécnicos básicos da bovinocultura. As pesquisas da EMBRAPA demonstram ser viável uma taxa de natalidade pelo menos superior a 70%, contra os atuais 50%. A taxa de mortalidade pode igualmente decrescer dos atuais 3% para até 2%.

Ano Discriminação	Carne Fresca, Refrigerada ou Congelada			Carne Industrializada		
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Preço médio (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)	Preço médio (US\$ 1.000)
1977						
Exportação	31.246	39.561	1.266	68.179	118.826	1.743
Importação	25.696	22.438	873	23	28	1.217
Saldo	5.550	17.123	—	68.156	118.798	—
1978						
Exportação	9.612	17.155	1.785	53.496	97.465	1.822
Importação	112.605	93.410	830	—	—	1.822
Saldo	-102.993	-76.255	—	53.496	97.465	—
1979						
Exportação	2.659	8.041	3.024	45.778	126.860	2.771
Importação	110.518	155.282	1.405	12	63	5.250
Saldo	-107.859	-147.241	—	45.766	126.797	—
1980						
Exportação	5.726	18.398	3.213	72.266	232.564	3.218
Importação	64.505	89.790	1.392	18	64	3.556
Saldo	-58.779	-71.392	—	72.248	232.500	—
1981						
Exportação	46.399	123.568	2.663	98.108	293.725	2.994
Importação	60.355	72.603	1.202	18	116	6.444
Saldo	-13.956	50.965	—	98.090	293.609	—
1982						
Exportação	94.442	188.288	1.994	102.713	250.493	2.439
Importação	nd	nd	—	nd	nd	—
Saldo	—	—	—	—	—	—
1983						
Exportação	120.687	211.126	1.749	127.641	304.140	2.383
Importação	nd	nd	—	nd	nd	—
Saldo	—	—	—	—	—	—

Fonte — Cacex

Para 1984, as exportações deverão totalizar 500 mil toneladas.

Em decorrência do exposto o Conselho Nacional de Pecuária de Corte — CNPC entende que se faz possível e imperativa a consecução de uma política à nível nacional, e estável, para a atividade. A eficácia do processo pecuário no aproveitamento da vocação e das condições excepcionais do Brasil, depende diretamente da existência de diretrizes seguras e confiáveis, de curto, médio e longo prazo.

Afigura-se, portanto, como urgente e inadiável a definição e execução de uma Política Nacional de Pecuária de Corte, que contenha a intenção pactuada por todos os segmentos envolvidos.

O processo pecuário bovino de corte constitui um sistema peculiar, devido à total interdependência entre os segmentos compreendidos: produção animal, indústria e comércio.

O Conselho Nacional de Pecuária de Corte reúne e harmoniza os esforços desses segmentos, com o objetivo de compatibilizar os legítimos interesses de cada um deles com a viabilidade de todos, visando o cumprimento de sua missão: produzir a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população, e competitivos no mercado internacional.

Propõe o Conselho Nacional da Pecuária de Corte uma ampla discussão nacional das diretrizes básicas de uma Política Nacional estável para a Pecuária de Corte que contemple, principalmente, a exata dimensão do Homem e da Terra no processo produtivo sócio-econômico. Do mesmo modo, devem ser abrangidos os diversos elementos indispensáveis ao desenvolvimento da produção animal, do melhoramento científico-tecnológico, da industrialização, do abastecimento doméstico e da exportação.

Valorização do Homem

Buscar-se-á a valorização do Homem que participa do processo conferindo às atividades rurais expressão social, econômica e política idêntica às demais atividades urbanas, principalmente através de:

- infra-estrutura de apoio ao meio rural capaz de garantir-lhe o acesso às conquistas contemporâneas;
- legislação trabalhista e previdenciária capaz de gerar plena segurança social aos envolvidos;
- sistema de educação que viabilize

como opções de trabalho igualmente válidas, as urbanas e as rurais;

- estrutura econômica de produção e comercialização que garanta a remuneração condigna e a atuação permanente do homem.

A Terra

No que se refere à terra, o CNPC propõe a implementação de uma política fundiária que defina as áreas de preservação permanente (reservas indígenas, ecológicas, biológicas e parques nacionais), e as ecologicamente viáveis para o uso social e econômico, de forma a garantir:

- o uso da terra como fator de promoção e justiça social;
- a terra como fator de produção;
- a vocação e a capacidade de uso da terra para uma exploração produtiva;
- que a dimensão das propriedades seja compatível com a viabilidade econômica, em função da produção e da tecnologia;
- um zoneamento econômico-ecológico, para fins de orientação dos créditos governamentais e incentivos fiscais.

Produção Animal

O CNPC reconhece a profunda ligação existente entre as medidas preconizadas para o setor e outras que se atêm ao plano de uma Política Agrária Nacional. Um aumento geral da Produção Animal e melhorias na produtividade podem ser alcançados, essencialmente, através de:

- um sistema de crédito rural adequado, oportuno e eficiente que garanta ao produtor os recursos necessários para a normalidade e continuidade de sua atividade;
- uma legislação tributária compatível com a produção e que viabilize o aumento do consumo dos alimentos básicos;
- uma interação dos esforços de pesquisa e extensão rural, dos diferentes órgãos competentes e interessados, visando a maximização dos resultados com tecnologia adequada, e compatível com as realidades regionais;
- melhoramento da nutrição animal;
- melhoramento genético, subordinando inclusive a política de exportação e importação de materiais (reprodutores, sêmem e embriões) à autonomia e liderança nacionais;
- melhoramento da saúde animal, visando o efetivo controle da febre aftosa, da brucelose e de verminose, entre outras;
- controle e qualidade dos insumos, cujos preços devem ser compatíveis com os do produto pecuário;
- valorização dos subprodutos (couro, sebo, etc);
- medidas anticíclicas anuais e plurianuais que amenizem os efeitos do ciclo sazonal e zootécnico;
- estrutura de capacitação gerencial e técnica do setor.

Desenvolvimento Tecnológico

Quanto a este tópico, o CNPC julga fundamental:

- garantir a atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq como órgão centralizador e orientador do sistema de pesquisa e divulgação, com a participação e integração dos setores envolvidos na atividade;

- implementar um sistema de informação, que contemple fatos, desvios e tendências, para permitir um planejamento confiável do processo pecuário;

- implementar uma estrutura de análise (laboratórios, quarentenários de importação e exportação) para apoio às atividades do setor.

Indústria

Em relação a este segmento, entende o CNPC que faz-se necessário uma otimização da capacidade instalada, orientando a operação e expansão do setor principalmente através de:

- inspeção sanitária federal em todos os matadouros e frigoríficos, que garanta a qualidade do produto e a proteção ao consumidor.
- otimização do processamento da carne, com racionalização do transporte e da armazenagem;
- estímulos à aplicação da tecnologia disponível na indústria, para garantir a otimização dos resultados, em especial a tipificação de carcaças;
- Estrutura de capacitação gerencial e técnica do setor;
- zoneamento econômico-industrial, para fins de orientação dos créditos governamentais e incentivos fiscais.

Abastecimento Interno

A posição do CNPC frente a essa questão pauta-se pelo entendimento do que o suprimento do mercado deve ser uniforme e permanente, visando o atendimento e a satisfação do consumidor, mediante:

- definição de um programa de estoques (estoque estratégico renovável e estoque tático de consumo anual), e programa de estímulo à antecipação de abate na entressafra, que sirva como instrumento de equilíbrio harmônico dos diferentes segmentos, garantindo assim a estabilidade operacional do processo pecuário;

- inspeção sanitária no comércio da carne, que assegure a qualidade do produto e a proteção ao consumidor;
- estímulos à aplicação de tecnologia disponível no comércio relativo à pecuária, para garantir a modernização e a otimização dos resultados;

- valorização da qualidade do produto tipificado;
- estrutura de capacitação gerencial e técnica do setor de comercialização;
- otimização dos custos de transporte e de armazenagem;

- Estímulos à interação e cooperação entre as pequenas e micro-empresas, com vistas à obtenção de economias de escala nas operações envolvidas com a comercialização da carne.

Comércio Exterior

No tocante a esse ponto, o CNPC sugere diretrizes de curto, médio e longo

prazos, para a consolidação e expansão dos produtos brasileiros no mercado internacional, mediante:

- programas permanentes e ajustáveis à conjuntura, no que se refere ao financiamento das exportações;
- ações conjuntas governo-iniciativas privada, na consolidação e expansão do mercado internacional, inclusive através de acordos bilaterais;

- negociação de convênios sanitários que defendam os interesses nacionais, com todos os países importadores, para permitir o aproveitamento de novas oportunidades de exportação;

- câmbio realista, de forma a assegurar estabilidade nos contratos de longo prazo, e competitividade do produto nacional;

- acordos de comércio com Argentina, Paraguai e Uruguai, visando uma ação coordenada no mercado internacional de carnes e derivados;

- marketing internacional permanente, que valorize o produto pecuário bovino brasileiro no Exterior, e supra o processo pecuário com informações e tendências que garantam um planejamento da produção a curto, médio e longo prazos;

- definição de política de importações circunstanciais de produtos pecuários bovinos, subordinada aos interesses permanentes do processo pecuário bovino nacional;

- definição de política de transportes internacionais, que facilite os esforços de exportação dos produtos pecuários bovinos, com destaque inicial para acordos de frete marítimo;

- ação permanente do Governo, visando regular os interesses nacionais nos acordos de comércio internacional, impedindo ainda políticas protecionistas contrárias ao desenvolvimento do processo pecuário nacional;

- estrutura de capacitação gerencial e técnica do setor ligado à exportação.

Em decorrência do presente documento, que traduz as aspirações do maior segmento do meio rural brasileiro, é fundamental que exista um órgão capacitado a promover a Política Nacional de Pecuária de Corte, no qual permaneçam centralizadas as decisões atinentes ao setor.

Caso a implementação de tal política seja postergada, será incontestável os prejuízos com que arcará a Nação. Assim, essa ampla discussão de diretrizes proposta pelo CNPC visa também salvaguardar um patrimônio de inestimável grandeza, fruto da vasta tradição dessa atividade no País.

Política suinícola e a falta de definição

Eng.º Agr.º Paulo Tramontini*

A suinocultura como de perto toda a agropecuária brasileira, constitui tema ainda pouco debatido e por isso carente de uma política melhor definida e ajustada a realidade nacional.

Apesar de sua significativa importância econômica e social para o país, podemos afirmar que a atividade necessita uma melhor programação nos setores de produção, industrialização, comercialização e abastecimento.

A maior parte da produção de suínos localiza-se em áreas coloniais aonde predomina o regime de pequena propriedade.

A produção brasileira de suínos ainda é muito baixa.

Em termos globais a suinocultura brasileira, embora possuindo o quarto rebanho do mundo, apresenta médias baixas de produtividade.

Fatores tais como o baixo número de animais nascidos e terminados por porca/ano, níveis inadequados de conversão alimentar e ganho diário, uso de material genético de baixo valor aliado ao não uso de uma boa tecnologia propiciam esta baixa produtividade.

Devemos entretanto citar que embora a nossa taxa de abate seja em torno de 50% alguns estados do Sul do país, apresentam taxas bem superiores o que demonstra a existência de uma suinocultura de alta produtividade.

* Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos — ACCS.

Visando a execução deste programa foi montada uma infra-estrutura de testes que permitem a seleção intensiva dos melhores suínos.

Os resultados obtidos demonstram a qualidade dos animais existentes no Estado.

b — Sanidade:

Juntamente com os diversos programas, é de fundamental importância ações específicas visando o controle e/ou erradicação de doenças que possam afetar os rebanhos.

QUADRO 1

PROPRIEDADES COM SUÍNOS NÚMERO APROXIMADO DE MÃO-DE-OBRA

Propriedades com suinocultura no país	2,6 milhões
Propriedades com razoável fonte de renda c/ suínos (RS, SC, PR, SP e MG)	350 mil
Empregos diretos — 5 estados	350 mil
Empregos indiretos — 5 estados (Indústrias de ração — Frigoríficos etc).	150 mil

Fonte: IBGE — 1980

QUADRO 2

Países	Rebanho cab.	Abate cab.	Taxa abate %	Carne 1.000 Ton.
China	305.6	261.0	85,4	15.515
Rússia	73.4	69.5	94,6	5.300
E.U.A.	60.1	88.1	146,5	7.008
Brasil	29.0	13.9	48,0	960
R.F. Alemanha	22.6	36.5	161,5	2.688

Fonte: FAO — 1980

* Brasil: Dados 1984 CEPA/SC

QUADRO 3

Abate de Suíno, Produção, Taxa de Abate em Santa Catarina.

Ano	Rebanho 1.000 cab.	Produção (x) (1.000 cab.)	Taxa de abate %
1979	3.400	3.352	98,6
1980	3.600	3.882	107,8
1981	3.600	4.175	116,8
1982	3.550	4.045	113,9
1983	3.600	4.277	118,8
1984	3.500	3.950	112,9

* Abate SIF e não SIF, auto consumo e comercialização de Suínos vivos para outros estados.
Fonte: CEPA/SC.

Para atingir este estágio de desenvolvimento, em Santa Catarina, foi fundamental a união de esforços entre todas as entidades ligadas ao setor: Associação de Criadores, indústrias, cooperativas e entidades governamentais, (EMATER e CIDASC), com objetivo de levar ao produtor tecnologias nas áreas de melhoramento genético, alimentação, sanidade, instalações e manejo.

a — Melhoramento Genético:

A conservação e melhoria do material genético existente no país é um permanente objetivo do programa executado em Santa Catarina.

Sugestões para uma política de atuação na área da suinocultura

a) Crédito Rural:

O Crédito rural deve ser suficiente e adequado às exigências da atividade principalmente no que diz respeito a prazos de carência quando se destinam a formação do plantel, construções e armazenagem.

b) Matérias-primas:

Executar a fiscalização e padronização das matérias-primas tais como rações, concentrados, produtos de uso veterinário, minerais, vitaminas etc.

c) Estoques Reguladores:

Formação de estoques de grãos nas

regiões produtoras de suínos, evitando-se exportações sem garantia de abastecimento do mercado interno.

d) Produção de Grãos:

Incentivar a produção de grãos (milho, sorgo, etc.) usando tecnologias disponíveis.

e) Recursos Humanos:

Ampliação do quadro técnico dos órgãos de pesquisa e assistência técnica visando a geração e transferência de tecnologia ao produtor.

f) Fundo de Amparo a Pecuária:

Formação de um fundo financeiro, proveniente da criação de uma taxa de abate. Os recursos advindos provenientes da participação igualitária de produtores, indústrias e governo, seriam destinados a programas específicos.

g) Associação de Criadores:

Destinação de recursos financeiros do governo para as Associações que executam programas nas áreas de melhoramento e sanidade.

h) Preço Mínimo:

A garantia de um preço mínimo justo daria maior estabilidade ao produto. Sugerimos que seja levado em consideração o cálculo de custo elaborado trimestralmente pelo Centro Nacional de Pesquisas de Suínos da EMBRAPA.

QUADRO 4
Prolificidade – Leitegadas Controladas, Número Médio de Leitões por parto ao nascer e aos 21 dias, e peso médio do leitão aos 21 dias.

Raça	Leitegadas controladas	N.º médio leitões nascidos	N.º leitões 21 dias	Peso 21 dias kg
Landrace	4.944	9,73	8,96	5,07
Large White	3.171	10,20	9,33	5,06
Duroc	1.046	9,47	8,47	4,93
F-1	6.093	9,52	8,71	5,84

Fonte: ACCS ano 1984

QUADRO 6
Produção de Animais puros por Estado.

Estados	N.º animais registrados	Percentual %
Santa Catarina	32.797	57
R. Grande Sul	7.766	13
Paraná	6.724	12
São Paulo	5.582	9
Minas Gerais	4.163	7
Pernambuco	1.006	2
Total	58.038	100

Fonte: ABCS ano 1984

i) Tipificação de Carcaças:

Oficializam a tipificação de carcaças para que seja remunerado os produtores que produzam melhores animais.

j) Material Genético:

Proibição de importações de material

genético quando comprovadamente existem no país.

Na produção de animais puros de pedigree controlados pela ABCS apresenta uma visão da realidade nacional.



Tramontini: "Preço mínimo justo dá maior estabilidade ao produtor".

Seja um técnico em AGRICULTURA



Sem se afastar de sua casa e sem prejuízo para suas ocupações normais.

VOCÊ OBTERÁ

Várias oportunidades, lucros compensadores, colheitas muito mais rendosas, dignidade profissional.

VOCÊ PODERÁ

Cuidar, modernizar, recuperar, proteger

SUA FAZENDA, SUA GRANJA, SUA CHACARA, SEU SÍTIO

Através de nossos cursos eficientes e bem organizados cursos por correspondência, orientados e administrados por renomados engenheiros agrônomos e veterinários.

ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA AGRÍCOLA BOVINOCULTURA - AVICULTURA

Ou poderá assegurar seu futuro trabalhando para outros, pois essa nova e atrativa atividade lhe abrirá novos horizontes e lhe proporcionará magníficas oportunidades. Não perca mais um dia na vida! A Indecisão é o caminho do Fracasso. Solicite-nos hoje mesmo folhetos explicativos.

INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA

Rua Antônio Lapa, 78
Caixa Postal 1148, Campinas, São Paulo.
CEP - 13 025
Tels. 51-9499 e 51-9124

STILLART PROGRAMAÇÃO VISUAL

Melhor alimentação com incentivo à piscicultura

Pedro Melo*

O Brasil atualmente produz um milhão de toneladas de peixes, que, na verdade, ainda é muito pouco. Poderíamos muito bem dobrar essa produção. Não existe possibilidade no Brasil de se aumentar tão facilmente a oferta de proteínas para a nossa sociedade. O Brasil, hoje, consome *per capita* 25% de proteínas — quando a Organização Mundial de Saúde recomenda, no mínimo, 60% de proteínas/dia para cada indivíduo. É um dado que não é do conhecimento do público. A população brasileira está consumindo 25% de proteína/dia quando, na verdade, para uma alimentação perfeita, precisaria de 60%. Este é um quadro triste, significando que se não modificarmos esta situação estaremos criando — e isso foi dito há 2 anos em um Seminário no Nordeste, pelo Secretário de Saúde de Sergipe — uma população de nanicos e de idiotas.

Sabemos que é nos dois primeiros anos que se desenvolve a inteligência do indivíduo e é nessa faixa exatamente que a subnutrição é a maior possível. Não adianta depois cuidar com medicina e distribuição de medicamentos, porque já perdemos o potencial do homem, a sua inteligência e a sua capacidade de trabalho. Acho que a pesca é uma das alternativas para se vencer batalha da falta de proteína, para a nossa população.

Hoje produzimos um milhão de toneladas de peixes com investimentos muito baixos, pois realmente nunca houve vontade do governo de defender essa atividade, de investir maciçamente na pesca. Nos países europeus, hoje, em decorrência da legislação de mar territorial, estão trabalhando com cotas, e essas cotas são praticamente esgotadas em três meses. O Brasil, atualmente com um mar de 200 milhas, com os 8.000km² de costa praticamente virgens, está explorando apenas 80 milhas

do mar territorial, tendo praticamente virgens 120 milhas a serem exploradas.

Os países estrangeiros estão com frota ociosa, com falta do que capturar e o Brasil tem um mar praticamente virgem, mas não possui frota. Contamos hoje com cerca de 40.000 embarcações, considerando o bote do Amazonas, até as quase 800 embarcações industriais, que operam na região Sudeste/Sul. O

que é mais grave, no entanto, é que as embarcações estrangeiras, as grandes embarcações do Japão, da Coreia, de Formosa e da URSS estão na faixa do mar internacional das 200 milhas. O que não capturamos aqui, eles capturam logo na proximidade e levam toda essa produção para compor a sua dieta alimentar.

Assim, os países que não têm costa são os maiores produtores de pescado do mundo. Para se ter uma idéia, o Japão é o maior produtor de pesca do mundo com 10 milhões de toneladas, não somente por pescar em suas águas territoriais e em suas costas, mas também em águas internacionais. A Rússia, com 9 milhões de toneladas, é o 2.º produtor mundial. Depois vem a China, com 4 milhões e 100 mil toneladas e a China nos dá um exemplo bem interessante. No ano passado, recebi o Ministro Chinês da Agricultura, Pesca e Florestas. Ele tem uma grande responsabilidade, a de alimentar cerca de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes.

Portanto, a agricultura naquele país



Pedro Melo: "Nunca houve vontade do Governo de investir maciçamente no setor pesqueiro".

Coordenador da SUDEPE/RJ.

passa a ser questão de segurança nacional, pois é necessário alimentar aquela população toda. É um fator de tranquilidade, eles produzem em cativeiros e granjas cerca de 3 milhões de toneladas de peixes, exatamente três vezes mais que o Brasil produz explorando todo o seu mar territorial. Só de cultivo, eles produzem 3 milhões de toneladas. Isso não é mais segredo, e conhecemos perfeitamente a problemática da pesca brasileira e sabemos como resolver. A grande alternativa, a exemplo da China é passarmos a criar o peixe, aproveitando as grandes represas — como Itaipu, Tucuruí — que estão sendo inauguradas, e que não estão tendo este enfoque, aproveita essas águas como fontes geradoras de proteínas.

É necessário também promover a implantação de estações de reprodução de peixes localizadas em áreas estratégicas, onde se possa fornecer ao produtor rural o filhote dos peixes, ou as matrizes para fazer os seus plantéis. Também é preciso promover o repovoamento de rios e lagoas, afinal o Brasil domina totalmente essas tecnologias. O que tem faltado são recursos para que se possa realmente desenvolver um grande programa, que, na verdade não é muito caro. Renovamos a frota nos últimos três anos com cerca de 1.250 embarcações, basicamente artesanais — com cerca de 130 milhões de dólares. O problema não é somente a pesca artesanal, apesar dela ainda produzir cerca de 50% da nossa produção. Precisamos investir no grande programa de preparação de mão-de-obra para a pesca. O pescador brasileiro é aquele homem que aprendeu o seu ofício com o avô, com o pai, e vem de gerações. É necessário que se especialize este homem. No Estado do Rio de Janeiro tentamos, sem recursos, montar um programa suplementar, através da profissionalização a nível de 2.º grau. Na época que o Arnaldo Niskier era Secretário de Educação, propus que se criasse em cada Município pesqueiro do Rio de Janeiro uma escola piloto a nível de 2.º grau, com profissionalizante para pesca. Isto está dando certo. Estamos formando profissionais mais qualificados para a pesca, podendo se estender para o Brasil inteiro. Basta pegar um colégio de 2.º grau de um Município pesqueiro e dar essa alternativa de profissionalização aos alunos. É também uma forma de fixar o jovem no seu município. Ao invés dele concluir o seu ginásio e se deslocar para o grande centro, ele procura na própria economia dos Municípios de vocação pesqueira, uma alternativa econômica. Por sinal, uma das melhores, pois a pesca é uma grande atividade, além de altamente rentável, desde que seja racionalmente administrada.

Formar mão-de-obra é um fator fundamental, até porque se o governo de imediato, passar a desenvolver e a financiar um amplo programa de uma frota industrial — que o Brasil não tem — não teríamos a mão-de-obra qualificada, para essas embarcações. Como um barco de pesca demora de 6 meses a 1 ano para ser construído, poderíamos, em um cronograma simples, preparar a mão-de-obra por antecipação, paralelamente à construção da própria embarcação. Daí, defendemos o aproveitamento da ociosidade dessas embarcações no exterior, e permitindo o arrendamento dessas embarcações ao empresário nacional. Teríamos condições de absorver a tecnologia desses países mais desenvolvidos como o Japão, a Coréia, a França e a Espanha, e também conhecer qual a embarcação de grande porte, mais adequada às águas territoriais brasileiras.

Alguns podem pensar que qualquer tipo de barco serviria, mas a coisa é bem diferente. Promovemos pesquisa aqui no Rio de Janeiro, a primeira delas feita em alto mar. Consegui com uma empresa do Rio de Janeiro arrendar dois barcos de caráter experimental, dois barcos oficiais com congelamento a bordo, um de 600 toneladas e outro de 1.200 toneladas, numa experiência de quatro meses. Foi um dado realmente assustador, o resultado dessa pesquisa. Enquanto no Pacífico, que ainda é o grande celeiro de fornecimento de produtos de pesca, essa mesma frota captura, em média, cardumes de 20 toneladas nos três meses; operando no Mar das 100 milhas, no Mar Territorial Brasileiro, a média dos cardumes era de 80 toneladas por cardume. Porém, o mais assustador foi o peso médio por indivíduo. Enquanto na nossa pequena frota semi-industrial, que opera nas 100 milhas, o peso médio do atum por indivíduo é de 20 a 30 quilos, na frota industrial, operando nas 100 milhas, o peso médio é de 60 quilos. Equivale dizer que o indivíduo ao passar 30 para 60 quilos, já se reproduziu muitas vezes. Assim, a pesca aqui, é menos predatória e a espécie capturada já está no fim do seu ciclo de vida. Ele já está no final da vida ou está migrando para as águas internacionais. Estamos perdendo este grande recurso, não só pelo seu final de ciclo de vida, mas porque ele é capturado logo ao final das 200 milhas, pelas frotas internacionais.

“O peixe criado pode ser abatido em 6 meses apenas”

Creio que este fato dói na consciência

nacional, em quem entende o problema da pesca no Brasil, e em quem passa a compreender a nossa necessidade de explorar essa riqueza, e realmente incluir a pesca entre os segmentos da economia brasileira mais viáveis, e com maiores condições de atender a um grande programa de abastecimento da nossa população. Uma das maiores fontes é a pesca, pois tem resultado rápido. O peixe criado, em 6 meses, está em condições de abate. Hoje, dominamos a criação da carpa, da tilápia e não é mais segredo nenhum esse domínio. Em seis meses esse peixe tem condições de ser abatido e a custo muito baixo. Criado em fazendas, a própria alimentação sai sem custo nenhum para o proprietário, pois ele aproveita os dejetos da fazenda — o excremento do suíno, da galinha, e do boi — para a alimentação dos peixes.

Um programa associado de criação, juntando a agricultura com a suinocultura, com a bovinocultura, associada à criação de peixe seria uma grande alternativa, pois melhoraria a condição econômica do produtor rural, daria nova alternativa para a sua cultura e, ao mesmo tempo, geraria proteínas nobres e a custo muito baixo para suprir um grande programa de nutrição do governo a baixo custo.

Quando recebo técnicos estrangeiros, eles ficam impressionados com essa potencialidade brasileira e porque até agora não partimos para isso. Falta uma vontade política. Ninguém faz nada e não há uma vontade política de governo. Quando começamos a desenvolver a vontade política, a nossa população responde à altura. O Estado do Rio de Janeiro, há três anos atrás, não criava um peixe sequer, a não ser quando ele aparecia no riacho. Começamos, então, a fazer palestras na Sociedade Nacional de Agricultura, seminários para produtores rurais, e hoje o Estado do Rio de Janeiro já tem 250 produtores rurais criando peixe, montando estações por conta própria.

Desde que haja vontade política, a nossa população responde, é competente e aprende com muita facilidade. O que espero, é que esse Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira leve aos futuros mandatários essa consciência, de que a pesca, tanto oceânica como a de cultivo, a piscicultura é uma grande alternativa para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. É a solução para se erradicar essa miséria que hoje está tomando conta da população brasileira, pela carência de proteína. Estamos levando a nossa população à desgraça, quando ela consome apenas 25% por dia, de proteína, quando, na verdade, ela carece para uma alimentação razoável, de 60% de proteína.

Mais atenção aos hortigranjeiros

Dr. Américo Utumi*

O nosso tema é agricultura de abastecimento interno. Há alguns meses atrás, tivemos oportunidade de participar de um seminário sobre aumento da produção de alimentos. Nesse seminário, sentimos que o Ministério de Minas e Energia previu, há algum tempo atrás, que dentro de dez anos o Brasil deixaria de ser importador de petróleo. Perguntávamos então se caso mantivermos a mesma faixa, o mesmo nível de produção de grãos dos últimos cinco anos, dentro de dez anos, não estaremos importando petróleo, mas estaremos importando alimentos.

Realmente é uma contradição bastante grande, porque nos preocupamos com o alimento da máquina e esquecemos o alimento do homem, que é muito mais importante. Realmente, a nossa produção de grãos se estabilizou ao nível de 50 milhões de toneladas. E já fazem uns cinco ou seis anos que não conseguimos ultrapassar essa barreira.

“O Brasil deverá importar alimentos básicos nos próximos dez anos”

Se verificarmos que a taxa de natalidade, de aumento demográfico da população é de 2,5% ao ano, ou seja, existe um contingente de 2.700 pessoas anuais a mais, para consumir alimentos, e estamos estabilizados em 50 milhões de toneladas. Dentro de dez anos, vamos estar importando milho, arroz, feijão, como nós já fazemos hoje, esporadicamente. Teremos que importar permanentemente e isto, realmente, é um fator de preocupação.

Se pensarmos neste assunto verificaremos que vamos deixar de gastar divisas importando petróleo; mas iremos gastar divisas importando alimentos, o que, na realidade para um país como o nosso, com tal dimensão geográfica, com as condições que dispomos para produzir alimentos, realmente é um

*Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotiã.

atestado de ineficiência para toda a agricultura brasileira, porque temos condições de produzir bem e a taxas compatíveis com as necessidades de alimentar a nossa população.

Esta é uma preocupação fundamental que vamos levar ao próximo governo, e acredito que ele não ficará indiferente a esta sombria perspectiva: um país agrícola ter que importar alimentos para atender ao abastecimento de sua população.

Mas por que acontece isto? O Hélio Tollini falou sobre o milho, o arroz e o feijão. Estou na área do hortigranjeiro, das folhagens, de um alimento que é essencialmente destinado ao abastecimento interno. Vou dizer, em rápidas palavras, algumas das grandes dificuldades que encontramos neste setor, e que temos procurado levar ao governo, mas parece que o governo enxerga a agricultura como um todo. Sempre falamos que a agricultura não é uma só, temos várias agriculturas no país e o governo tem que dar um tratamento diferenciado para cada tipo de produto. O pequeno produtor de hortigranjeiros, não pode ter o mesmo tratamento de um grande produtor de soja do Paraná, por exemplo, que tem 200 alqueires, com grandes investimentos. O pequeno produtor está nas cercanias de São Paulo, com 3 hectares, produzindo alimentos para o mercado interno. Como

ele pode receber o mesmo tratamento de um grande cafeicultor do Paraná, que produz para a exportação? São tratamentos distintos e que devem ser tratados distintamente.

“Os hortigranjeiros não têm preço de garantia”

Paradoxalmente, os produtos de exportação têm merecido um tratamento melhor do que os do abastecimento interno. O Brasil tem uma dívida externa muito grande para pagar e tem que exportar, então existe toda uma estrutura de apoio à exportação, ao produto exportado, e se esquecem do produto para o abastecimento interno. Vou dar apenas um pequeno exemplo, dos produtos de exportação: o algodão, a soja, o milho, todos eles têm preço de garantia do Governo. O hortigranjeiro não tem preço de garantia. O produtor produz, leva o seu produto ao mercado e corre o risco de comercialização. Se o preço estiver bom, ele ganha, caso não esteja, ele perde. Ele não tem garantia quando vai vender a sua produção, pois o Governo não lhe dá nenhum tipo de garantia. Esses produtos têm um custo de produção extremamente elevado. Eles absorvem grande quantidade de mão-de-obra e, realmente, têm uma importância extrema, porque são produtos de abastecimento da população.

O governo diz que é difícil se estabelecer o preço mínimo dos hortigranjeiros por serem altamente perecíveis. Realmente é difícil, mas já tivemos, em determinados momentos, em que o Governo Federal teve necessidade de aumentar drasticamente a produção de hortigranjeiros — a interferência e o apoio do Governo para aumentarmos



Utumi: “É preciso uniformizar as embalagens dos produtos hortigranjeiros”.

determinado tipo de produção. Foi em 1983, quando houve uma inundação geral no país, em São Paulo, Santa Catarina, vários Estados sofrendo com problemas das enchentes. Realmente houve naquela época uma queda extraordinária de toda a safra de alimentos. O Governo Federal convocou os hortigranjeiros para produzir alimentos e disse que gostaria que se produzisse batata, entre outros produtos básicos de alimentação porque o Governo garantiria o preço mínimo. Daria financiamento, e garantiria o preço final. E os agricultores produziram e, realmente conseguiram pelo menos, equilibrar o abastecimento, que fora duramente atingido pelas enchentes.

Então, forma existe. Precisa haver entretanto, uma vontade política de dar esse tipo de apoio. Mas como existe apenas um contexto geral para agricultura, na visão do Governo, não temos, um apoio específico para os hortigranjeiros; pelo contrário, estamos sendo penalizados. Sabem o que estão querendo fazer em alguns Estados? Estão querendo tributar ICM nos hortigranjeiros. O Paraná, já o ano passado, tentou tributar a batata em 17% do ICM. Depois de muita discussão com a Secretaria da Fazenda daquele Estado, explicando que realmente o produtor não teria condições de pagar 17% para produzir batata, a Secretaria se sensibilizou, e o que fez? Prorrogou por 90 dias a cobrança, ou seja, até março nós estamos isentos. Agora, a partir de março, vamos ver o que vai acontecer. E o produtor de hortigranjeiros não tem nenhuma garantia, quer dizer, não sabe nem se continuará a produzir batata, porque não sabe o que vai acontecer a partir do dia 31 de março.

O que aconteceu com o frango é na verdade outra coisa inconcebível. O frango hoje é a carne branca mais barata que a população consome. O Governo tributou. Está e vai continuar tributando o frango. E continuaremos a mostrar ao Governo que o setor da Avicultura não tem condições de pagar esse tipo de imposto.

“O Governo quer tributar com o ICM os hortigranjeiros”

Santa Catarina já tributou a maçã, a partir do dia 1.º de janeiro. Já tributou a cebola e o alho. E logo, todos os produtos hortigranjeiros estarão tributados no ICM. O hortigranjeiro não tem preço mínimo, não tem nenhum financiamento a juros favorecidos, não tem

garantia de comercialização e o Governo tributa esses produtos.

No Estado de São Paulo, os pequenos produtores, já há algum tempo, vêm sofrendo uma série de dificuldades para produzir hortigranjeiros, por causa de fatores determinados pela expansão da cidade. Antes, a cidade de São Paulo, era cercada por uma faixa chamada “cinturão verde” que produzia alimentos para a CEASA, para a população de São Paulo, para as cercanias e até para o Rio de Janeiro. Mas, dada à valorização das terras, o encarecimento da mão-de-obra — que sofre a concorrência das indústrias, que vão se expandindo pela periferia da cidade — o agricultor não está tendo mais condições de permanecer nestas áreas, então, se desloca para áreas mais distantes e inclusive para o Nordeste. Estão ingressando até na Bahia, no Vale do Rio São Francisco para produzir hortigranjeiros para abastecer São Paulo e Rio de Janeiro.

Mas isto existe por que? Porque o agricultor ainda acredita na sua atividade, na produção e não sabe fazer outra coisa além de ser agricultor. Uma vez disse a um pequeno cooperado nosso, que tinha 3 hectares perto de São Paulo: “Se você lotear a sua área, vai ganhar tanto dinheiro, que só com os juros da poupança ou da aplicação financeira, não precisará nunca mais trabalhar”. Ele respondeu:

“Já pensei nisso, e muitos estão fazendo isso, mas sou um agricultor, gosto de trabalhar na terra e só farei isso na hora que não tiver condições físicas e financeiras para continuar; enquanto der, vou estar na terrinha, produzindo e trabalhando a terra”.

“Os produtos hortigranjeiros são extremamente difíceis de se comercializar”

Mas se o pequeno agricultor não tem um mínimo de apoio do governo para produzir o alimento, evidentemente que a tendência será vender as terras e deixar de ser produtor, ir para a cidade e ser consumidor. Essa é a grande preocupação nossa, porque o hortigranjeiro, não tem nenhum tipo de apoio, ou benefício por parte do Governo. Nem digo subsídio, que já foi discutido bastante neste seminário. Mas alguma coisa que, pelo menos, nivele esses produtores aos que produzem para exportação, àqueles que têm o preço mínimo.

Gostaria de revelar, ainda, algumas de nossas dificuldades, com respeito à estrutura de comercialização do hortigranjeiro. Os hortigranjeiros são produtos altamente perecíveis. O produtor

colhe e necessita colocar aquele produto rapidamente no centro de comercialização. E se ele não estiver bem estruturado, este produto, perece, se deteriora em poucas horas. Então, é um produto que precisa ser levado ao comércio praticamente no mesmo dia em que for colhido. O agricultor colhe à tarde e, no começo da noite, encaminha a CEASA, para ser comercializado. Então, na CEASA, ele é comercializado de madrugada, para ser vendido no dia seguinte, ao consumidor final.

Os produtos hortigranjeiros são difíceis extremamente de se comercializar, estão sujeitos a uma série de dificuldades. Hoje, existem as CEASAs nas capitais que ordenaram, de alguma forma, esse tipo de comércio. Mas muita coisa ainda tem que ser feita para comercializarmos os hortigranjeiros, porque esses produtos, pelas suas características, sofrem, por exemplo, a ação daqueles que costumamos chamar de intermediários, que muita gente condena — o atravessador — que aumenta o preço do produto.

Realmente, o atravessador preenche o espaço que não ocupamos. É o vazio que existe entre o produtor e o consumidor. Então, o produtor traz na CEASA e, não tendo para quem vender, vende para o atravessador, que por sua vez vende para o intermediário, que finalmente vende para o consumidor. Temos af três elos na cadeia de comercialização e isso enseja uma série de especulações. Muitas vezes vemos que o preço do nosso produto no atacado baixou, mas até que este preço baixo reflita no consumo, demora quatro, cinco dias. Quer dizer, essa baixa não ocorre com a rapidez necessária, para que o consumidor se beneficie dela.

É preciso ter uma ordenação na comercialização do hortigranjeiro, quer dizer não temos o que chamamos de classificação dos hortigranjeiros. Cada um tem a sua classificação e joga no mercado com a classificação que o mercado aceita. Não existe possibilidade, por exemplo, de se fazer compra à distância, compras por amostragem, daí a necessidade de se ter um espaço físico muito grande, espaços no CEASA, o que encarece também a mercadoria.

É necessário trazer a mercadoria e o comprador precisa verificar caixa por caixa, para ver o que ele está comprando, se está de acordo com a classificação que ele precisa. Então, é ainda uma deficiência da nossa comercialização, mas que não conseguimos melhorar, exatamente por falta de uma classificação oficial, que possa determinar que todos os produtores obedecem aquela classificação.

Apenas para se ter uma idéia, o tomate, em São Paulo começou com uma classificação, *primeira, segunda, tercei-*

ra e industrial. Certa vez um produtor mais tecnicado conseguiu fazer um tomate melhor, então era superior que a primeira, e esse tomate passou a se chamar "extra", o que ocasionou extra, primeira, segunda, terceira e quarta. Aí fizeram uma outra classificação que era melhor do que a extra, e sendo melhor ainda do que a extra, deveria ter um outro nome e colocaram assim, um A na frente, passando a se chamar "extra A". Existe agora, o extra A, o extra, a primeira, a segunda, a terceira, e a quarta. Assim foi e existe uma série de classificações na CEASA, que são aceitas pelo consumidor e quando ele compra o extra A, sabe exatamente qual é o tipo. Acontece que o extra A da minha cooperativa não é o mesmo extra A do meu vizinho. Então surge uma série de dificuldades, porque o extra A dele é mais barato, e o meu cooperado vem reclamar, dizendo que o fulano está vendendo o extra A, o meu comprador reclama, afirmando que o meu concorrente está vendendo o mesmo tipo de tomate a um preço mais barato. Tudo porque não existe uma classificação oficial definida.

No dia em que isso puder ser feito, melhoraremos grandemente a comer-

cialização de hortigranjeiros, fazendo com que ele seja feita, inclusive, à distância. Atualmente temos um espaço grande na CEASA, meu comprador pede para abrir a caixa para examinar e abre a caixa pelo lado porque se ele abrir por cima, só verá a fileira superior; abrindo do lado poderá examinar a mercadoria e comprar caixa por caixa selecionando-as. É realmente um tipo de comercialização extremamente difícil por esse motivo. Encarece os custos, porque o aluguel da CEASA não é barato e quem o paga é o produtor.

As embalagens, o transporte, a carga e descarga nas CEASAS vão se somando ao custo do produto, que será pago pelo consumidor final. São realmente problemas que temos que enfrentar. Os técnicos do Ministério da Agricultura, das Secretarias têm ciência disso, mas sei que eles têm uma série de dificuldades principalmente em um país como o nosso que, realmente, torna-se muito difícil, solucionar o problema, ou seja, administrar bem a CEASA. Não é fácil. Certa vez, na CEASA de São Paulo, a diretoria quis padronizar a caixa de tomate que chamam de caixa de querosene — o Brasil é o único país que vende

tomate em caixa de querosene, o tipo K. Ficou um diretor da CEASA na entrada à noite para medir a caixa de tomate, o que aconteceu foi que, praticamente, não houve comercialização, porque os caminhões ficaram todos interditados, nenhum deles conseguia fazer com que a metragem da caixa fosse a determinada pela CEASA. Cada um tinha a sua metragem particular. Então até, nisso sentimos dificuldade, até na uniformização das embalagens. Temos mais de 50 tipos de embalagens na CEASA, que vão desde a caixa K, que é a mais comum de tomate — até a caixa de laranja, de pêssego, de banana, as caixetas, etc. Cada um tem o seu peso e seu tamanho distinto.

Por essas razões torna-se muito difícil, a comercialização, então, por que a CEASA não obriga todo mundo a usar embalagens de papelão, para tais e tais produtos? Realmente, é uma dificuldade muito grande uniformizar embalagens e padronizar os tipos dos nossos produtos hortigranjeiros. No dia que nós fizemos isso — e conseguimos fazer — estaremos baixando extremamente a comercialização dos hortifruti-granjeiros.

O II Seminário de Análise e Perspectivas da Agricultura Brasileira contou com o patrocínio da

Companhia Industrial e
Comercial Brasileira de Produtos
Alimentares – Nestlé



Indústrias
Klabin do Paraná
de Celulose S.A.

O caminho para integrar a agricultura do Norte à Política Agrícola Nacional

Eng.º Agr.º José Maria Pinheiro Condurú*

Quando inicia-se em março de 1985 um novo período do país, a busca de novos caminhos merece atenção de toda a comunidade brasileira, de todas as regiões do país.

A classe empresarial agrícola do Norte, não podendo ficar alheia a essa realidade, apresenta, através das Federações de Agricultura dos Estados do Amazonas e Pará, sem detalhar, o que será fruto de mais apurados estudos, para não se fazer aleatoriamente como até hoje se procedeu, um CAMINHO que indica deva-se seguir, para integração da agricultura do Norte à Política Agrícola Nacional.

Para o Norte do Brasil o desenvolvimento agrícola deve acompanhar o ritmo de exploração mineral, eficientemente planejado para exploração de 35 milhões de toneladas de minérios, no Programa Grande Carajás.

Sua agricultura apresenta condições especiais, diferentes das demais regiões do país: elevados custos e baixos rendimentos econômicos para espécies tradicionais, consideráveis índices de produção e rendimentos para espécies de exigências tropicais.

Compreendendo em grande parte a região Amazônica, o Norte Brasileiro, constituído dos Estados do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia e Territórios Federais do Amapá e Roraima, é a região do país de menor densidade demográfica (1,55 hab./Km²).

Embora possua em grande parte de sua área solos tropicais quimicamente pobres, possui faixas e manchas consideráveis de terras férteis e um clima rico de luz, calor e pluviosidade, que proporciona excepcional desenvolvimento vegetativo.

Por suas dimensões é a região de maiores possibilidades de expansão da fronteira agrícola brasileira para culturas de grande valor econômico como Seringueira, Dendê, Cacau, Castanha-do-Brasil, Pimenta-do-Reino, Guaraná, Juta, Malva, Algodão, Mandioca e Fruteiras Tropicais, o que justifica merecida atenção, considerando-se, principalmente, as possibilidades do mercado internacional para a maioria de seus produtos.

Paralelamente com as atividades voltadas à lavoura, muitas das quais interagidas com a indústria, apresenta excelentes condições para desenvolvimento da pecuária de corte e mista, muito especialmente o criatório bubalino.

Contudo a má Política Agrícola Nacional, sempre estabelecida em Brasília, voltada exclusivamente ao Nordeste, Centro-Sul e Sul do país, por desconhecimento daqueles que a elaboram da edafoclimatologia do Norte Brasileiro, não tem trazido nada para esta região.



Pinheiro Condurú: "é preciso modificar a política agrícola relativa ao norte brasileiro."

A adoção de um modelo de pesquisa agropecuária, moldado em países de pequenas dimensões, não tem alcançado sucesso para o Norte no aumento de rendimento agrícola, por pouca melhoria das sementes e por insignificante melhoria da tecnologia de campo.

A instituição de um Sistema Nacional de Crédito Rural, com "incentivos" desajustados a realidade do Norte, pois estabelecido por pessoas sem vivência regional, alcatariamente, sem estudo básico de diferenciação, tem impedido o processamento do crédito, hoje inexistente na região.

As dificuldades de eficiente assistência técnica de campo, pelas dimensões da região, falta de infra-estrutura em quase toda sua área e má remuneração dos serviços.

A incapacidade de capitalização dos agricultores, que nem sequer alcançam na região uma classe média rural, porque é baixa a lucratividade no campo.

A má destinação de maiores recursos para custeio, quando a região atinge ainda o estágio de formação de lavouras e pastagens.

A injeção natural de que a agricultura é hoje o ponto de partida para a região, que só agora possui uma grande hidrelétrica, o que acelera o crescimento industrial, já carente de matéria-prima.

Por tudo isso constata-se da necessidade de modificar a Política Agrícola Nacional no que se refere a esta região, até hoje omitida, indicando-se CAMINHO de medidas básicas, "válidas para um longo período, que possam ser elementos de referência para as decisões dos agentes econômicos da produção, distribuição e consumo".

As Federações de Agricultura do Norte do país acham que esse CAMINHO necessita:

1. Que se apoie, prioritariamente, a implantação das atividades agropecuárias de amplas possibilidades na região.
2. Que se crie, no Ministério da Agricultura, uma Secretaria Especial para o Norte do país, permitindo que os problemas do Norte sejam discutidos por quem conhece a região.
3. Que se planeje o desenvolvimento agrícola regional prioritariamente nos limites territoriais já ocupados, complementando-se a necessidade de infra-estrutura. Que só se expanda para novas áreas após dotá-las de infra-estrutura básica.
4. Que se dedique cuidados especiais na ocupação dessas novas áreas, evitando conseqüências nocivas ao meio ambiente e degradação dos solos.
5. Que se estabeleça uma política florestal para a região Amazônica, há muito reclamada, conciliando-a com o desenvolvimento rural necessário.

* Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará

6. Que se mude a orientação fundiária da região, transformada nesses últimos anos em festivais de distribuição de títulos, sem conseqüências favoráveis para o desenvolvimento rural; que se adote a política de concessão de uso de solo assegurando o direito de produzir àqueles que não possuem terra, respeitando-se o direito de propriedade.

7. Que se modifique o modelo de pesquisa agropecuária, tornando-a regionalizada, aumente-se, significativamente, o investimento nessa área, de modo a responder de imediato para melhoria de tecnologia de campo e insumos, especialmente sementes.

8. Que se carregue também maiores recursos para prestação de assistência técnica e educação do homem rural.

9. Que se reexamine os currículos escolares de Agronomia e Veterinária, de modo a formar melhores profissionais para a região. Que se prestigie o técnico de nível médio, quase sempre considerado, mas que representa elemento essencial para o desenvolvimento de novas fronteiras agrícolas.

10. Que se conclua, ouvindo a comunidade regional, a elaboração do Projeto Agrícola do Programa Grande Carajás, a fim de aumentar as opções de produção e abastecimento do Norte.

11. Que se estabeleça uma política habitacional rural para o Norte e se dê aos núcleos urbanos do interior infraestrutura básica de comunicações, assistência médica e social.

12. Que se implante e subsidie a energia rural, com taxa máxima de 40% da estabelecida para os centros urbanos, considerando-se o funcionamento da UHE de Tucuruí e, em futuro próximo, as de Balbina e Samoel.

13. Que se fortaleça o sistema cooperativista rural de modo a consolidá-lo na região Norte, mudando as normas impostas pelo Banco Central que impedem a abertura das cooperativas do crédito rural destinado a custeio.

14. Que se modifique a legislação dos incentivos fiscais (Lei 1376/64), eliminando-se o Art. 18, destinando recursos para financiamento de pequenas e médias empresas rurais, através dos Bancos de Desenvolvimento Estaduais, exigindo-se que aos grandes empreendimentos agroindustriais sejam integrados os pequenos produtores.

15. Que se incentive na região a produção de insumos para agricultura, muito especialmente de corretivos e fertilizantes, estabelecendo prioridades e vantagens para implantação de projetos com recursos do FINAM e do Programa Grande Carajás.

16. Que se reformule a legislação que rege o trabalho rural, hoje de inviável adoção na região, a que incide sobre as terras (ITR) revendo-se parâmetros e ne-

cessariamente considerando-se as condições locais, inclusive da exigência de intocabilidade de 50% da propriedade, bem como, a relativa a IR, hoje castigando o produtor. Que se institua o FGTS para o trabalhador rural das pessoas jurídicas e se assegure, assistência médica efetiva à todos.

17. Que se estimule e assegure a liberdade de exportar, eliminando-se todo imposto de exportação da produção agrícola da região.

18. Que, na reformulação da política tributária, reexamine-se os impostos que incidem sobre os produtos agrícolas, reduzindo-se o ICM e até eliminando-o para alguns, como grãos alimentares, bem como, para insumos e máquinas agrícolas.

19. Que se modifique a cobrança do FUNRURAL fazendo-a incidir sobre a folha de pagamento, como na previdência urbana, e não no faturamento da produção, o que castiga os que mais produzem.

20. Que se viabilize o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR III), redimensionando metas, reformulando-se normas operacionais, determinando-se a volta dos juros contabilizados no período de carência, em conta à parte, exigíveis nas mesmas épocas e proporções do principal, eliminando-se os juros capitalizados que inviabilizaram o Programa.

21. Que igual critério seja adotado para as espécies perenes da região como Dendê, Cacaú, Guaraná, Castanha-do-Brasil e Fruteiras Tropicais, bem como para formação de pastagens.

22. Que se ajuste para o Norte as normas do PROVARZEA, viabilizando os investimentos a serem realizados nas várzeas ricas dos rios locais, possibilitando sucesso na produção de alimentos.

23. Que se modifique o POLAMAZÔNIA, transformando-o em Programa Especial para o Norte com recursos e condições capazes de atender as necessidades agrícolas regionais.

24. Que se inclua na pauta da Política de Preços Mínimos produtos regionais que há muito vêm reclamando essa necessidade, como a Pimenta-do-Reino, e que esses preços cubram efetivamente os custos de produção, inclusive encargos financeiros.

25. Que Preços Mínimos e VBC sejam estabelecidos dentro de valores regionais satisfatórios, por técnicos da região, conhecedores dos produtos. Descentralize-se os estudos dando prestígio e maior atenção as Delegacias Federais do Ministério da Agricultura e Agências da CFP.

26. Que se desvincule o preço-base das safras e período de correção de Norte e Nordeste, pela diferenciação existente entre as duas regiões.

27. Que se injete para a região maiores recursos ao crédito rural, levando-se em conta que os recursos demandados pelo Norte não significam 3% do destinado a todo o Brasil, e o excelente comportamento do mutuário nortista, no país com menor porcentagem, insignificante, de inadimplência. Ressalte-se que o setor rural do Norte brasileiro foi o único que não apresentou, nesses últimos anos, escândalos como da Mandioca, no Nordeste, do Papel — Adubo e do Feijão no Centro-Sul e Sul do país.

28. Que o crédito rural, necessariamente subsidiado para o Norte, se faça mediante taxas estabelecidas de forma diferenciada, suportáveis pelas diversas atividades rurais em desenvolvimento e a desenvolver na região, em espaço de tempo variável, de modo a assegurar o acesso do agricultor ao crédito.

29. Que nos estudos com vistas a reforma necessária das normas de crédito rural, modifique-se as exigências de garantias reais, objetivando o acesso dos pequenos proprietários rurais aos créditos de investimentos, ante o baixo índice de capitalização do agricultor da região Norte.

30. Que se institua um sistema de garantia suplementar a esse crédito, através de um fundo nos moldes do FUSEC, utilizado pela CEPLAC, com absoluto sucesso, na implantação da caucicultura no Norte, no que tange ao financiamento de investimentos.

31. Enfim, que se ouça a classe produtora nas modificações pretendidas pelo Governo no setor rural, pois ninguém mais do que ela tem interesse que mais se produza e mais se comercialize no país.

Este é o CAMINHO que as Federações de Agricultura do Norte do Brasil indicam como o mais viável para integrar o Norte à Política Agrícola Nacional, CAMINHO que para ser sugerido contou com o diálogo permanente dos empresários rurais e colaboração de um grupo de técnicos, participantes do dia-a-dia da agricultura regional.

Sabemos quanto difícil será percorrê-lo e que não depende só do Governo remover barreiras e torná-lo transitável. As Federações da Agricultura do Norte, com o apoio da sua Confederação Nacional, estarão prontas a ajudar a integrar o Norte ao Brasil.

Diretrizes para uma política agrícola nordestina

Ildegardo Rosa Santos*

1. — Regularização Fundiária e Reestruturação Agrária

Uma das questões graves que permeia este país de ponta a ponta, acentuando-se em algumas regiões, é o problema fundiário e o não uso social da terra, onde se observa além das disputas quase sempre violentas pela posse da terra, também uma crescente concentração, com caráter predominantemente especulativo, em detrimento do uso produtivo da terra, gerando seus efeitos negativos, em termos de ocupação, emprego e renda, além dos graves problemas sociais, principalmente nos centros urbanos, pela migração dos "sem terra", em busca de oportunidade de sobrevivência.

2. — Implementação dos serviços de geração e difusão de tecnologias

O serviço de geração e difusão de tecnologias, sofisticadas e não sofisticadas, apesar da existência de órgãos federais e estaduais atuantes, ainda é débil em relação às necessidades de milhares de agricultores, principalmente a difusão dos "pacotes" tecnológicos adaptáveis aos vários estágios dos produtores rurais e agroindustriais da região que permitam os aumentos da produtividade agrícola por área e a redução de perdas por colheita e produção industrial.

3. — Maior disponibilidade de insumos e sementes

Ainda é inexpressivo o número de produtores rurais, mormente, pequenos e médios que têm acesso a esses componentes básicos da produção agrícola, principalmente pelo seu alto custo, indisponibilidade de recursos

para adquiri-los e no caso da semente, um inadequado sistema de distribuição onde quase sempre fica sob a tutela da política regional e local.

4. — Maior disponibilidade de crédito rural e subsidiado

O crédito rural anda escasso e difícil de se adquirir e ainda mais com juros que se tornam insuportáveis, principalmente para o agricultor nordestino. E essa escassez é uma constante até mesmo nos programas especiais do governo, para atendimento ao pequeno produtor, que leva ainda o agravante de ser manipulado politicamente.

Quanto ao problema da maior disponibilidade do crédito rural, faz-se necessário a consolidação do sistema de crédito rural cooperativo que sempre foi bloqueado pelos interesses da plutocracia do sistema bancário particular, macomunada com os "sumosacerdotes" da nefasta política econômico-financeira desse governo autoritário e centralizador e a participação efetiva de todo sistema bancário, pri-

vado e estatal, na aplicação do crédito rural, dentro do princípio da regionalização dessa aplicação, inclusive em volume, para se evitar a transferência de recursos de uma região para outra, estabelecendo-se medidas punitivas para os infrigentes.

Quanto ao problema do subsídio, a sua manutenção é vital e deve ser estabelecido dentro de um novo parâmetro de valores que escalone o produtor de "baixa renda", o pequeno, o médio e o grande que priorize os tipos de produção, tais como: de alimentos básicos, alimentos para o mercado interno, produtos energéticos e produtos de exportação que seja bastante amplo no atendimento a todos os produtores, escalonados por faixa, e que seja menos discriminativo com referência as garantias, pois as mesmas podem ser respaldadas no seguro rural.

Achamos muito acadêmica e teórica a discussão sobre se o crédito rural deva ser considerado como fator de produção ou como função auxiliar da produção e daí se procurar estabelecer o seu direcionamento quanto ao subsídio, caráter inflacionário, etc.; mormente para a situação real de nossa economia agrícola e no contexto atual da economia nacional. A verdade é que para o mini, o pequeno e médio produtor rural que compõem a grande maioria dos produtores rurais deste país e detêm um percentual significativo da produção nacional, especialmente de alimentos básicos, para o mercado interno, a existência do crédito a juros subsidiados, é fator de sobrevivência. Isto porque, com a completa descapitalização em que se acham, sem preços mínimos garantidos para seus produtos, sem uma efetiva política reguladora para a comercialização da produção, pois os tais AGFs e EGFs, na prática não funcio-



Santos: "O nordeste agrícola é plenamente viável".

* Diretor da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia — OCEB.

nam, sem um efetivo sistema de seguro rural para garantir os altos riscos de sua economia e do próprio crédito tomado, não há alternativa para esses produtores, pois na verdade, eles só dispõem do fator terra e em parte do fator mão-de-obra, deles e de suas famílias, e o crédito é o capital que eles não têm, gerador dos outros necessários fatores de produção, tais como: sementes, fertilizantes, inseticidas, combustível, transporte, etc., enfim, insumos, cujos custos são cada vez mais crescentes e insuportáveis e mais o pagamento da mão-de-obra assalariada que também é ascendente. Frizando, em resumo, que é um subsídio que dividido com toda a sociedade, lhe é devolvido com produtos abundantes, preços mais acessíveis dos produtos, impostos arrecadados pelo governo, mais recursos em giro no mercado, com a melhoria da renda dos produtores, etc. E não um subsídio penalizante para todo o povo brasileiro, como os são de outros segmentos, disfarçados ou abertos, as coberturas dos astronômicos rombos dos escândalos do mercado financeiro e outros do mesmo quilate.

5. — Fortalecimento dos instrumentos de apoio à comercialização e produção

Os atuais instrumentos de apoio à comercialização, tais como, compra antecipada da produção e do excedente da produção e pré-comercialização e de apoio à produção do pequeno produtor (CAP, CEP, PROCAB, mantidos pelo INAN/PNS), existem, porém, ou estão sem disponibilidade financeira necessária ou dentro de uma organização inadequada que permite a participação nefasta do intermediário — sem se falar numa ineficiente política de preços mínimos. Dessa forma, os pequenos e médios produtores rurais nordestinos vão deixando aos intermediários, os benefícios dos ganhos do mercado, por não disporem de capital ou do apoio direto desses instrumentos, com o agravante desses produtos chegarem no mercado consumidor a preços exorbitantes.

6. — Oferta de infra-estruturas

O sistema de armazenagem é débil para atender às carências, tanto a nível das comunidades como nos centros intermediários do sistema de comercialização, bem assim a capacidade existente sofre problemas de localização e, alguns casos, são precários, resultando de tudo isso, um alto nível de perda da produção.

Quanto ao sistema viário, principalmente de estradas vicinais é precário, resultando com isso, graves perdas pelo não escoamento adequado e rápido da

produção para os centros consumidores.

7. — Prioridade de ações

Além das diretrizes propostas, outras ações devem ser viabilizadas, numa política agrícola para o nordeste, para atender as suas peculiaridades e prioridades às demais regiões do país. E duas ações que devem ser imediatamente deflagradas de forma racional e efetiva são: a captação e concentração de recursos hídricos e a intensificação da agricultura irrigada, pois um dos problemas graves que aflige a agricultura nordestina, afóra tantos outros, é o baixo índice pluviométrico e até mesmo a escassez quase absoluta de água, em algumas áreas do trópico semi-árido nordestino, ao menos de superfície. Assim uma política para o nordeste que não atende, de forma objetiva e racional para o equacionamento e solução desse grave problema, não estará indo direto a um dos pontos nevrálgicos da questão, pois as potencialidades agrícolas do nordeste é algo inimaginável e que, uma vez ativadas, por certo dispensarão essa corrida desenfreada e predatória de novas fronteiras agrícolas com a devastação de áreas virgens, sem um mais adequado e racional planejamento.

O nordeste agrícola é plenamente viável e capaz de atender à demanda de produtos alimentícios de uma população que cresce em ritmo preocupante e ainda exportar folgadoamente seus excedentes.

8. — Participação do cooperativismo

Apesar das restrições, discriminações e tutelações que o sistema cooperativo vem sofrendo por parte dos governos, em especial o nordestino não há como desconhecer a sua força, a sua importância e o seu desempenho, principalmente na área agrícola e da agroindústria. É bastante lamentável que os governos estaduais — com raríssima exceção — não dêem a devida atenção e apoio mais objetivo às cooperativas existentes em seus Estados, pois, infelizmente, os seus prepostos não percebem ou fazem por não perceber que as cooperativas são excelentes e tranquilas fontes arrecadadoras de ICM, funcionando mesmo como verdadeiras "exatorias estaduais", uma vez que elas não usam o famoso "caixa dois" e por isso mesmo não são sonegadoras de impostos, além de equilibrarem o mercado e baratarem os preços dos produtos.

Outro fato significativo a assinalar é a afinidade entre a estratégia de intervenção dos projetos governamentais que

procuram diretamente incidir sobre os fatores restritivos da pequena produção e a filosofia e política cooperativista, isto é, a interação social pela ajuda mútua, permitindo-se propor que o segmento cooperativo se constitua num instrumento de apoio às pequenas comunidades rurais, assumindo o papel de agente de mudança e de suas políticas, de forma pacífica, para o alcance de sua auto-gestão.

Assim o sistema cooperativo poderá desenvolver atividades minimizadoras ou solucionadoras de problemas nas seguintes áreas:

— **Posse e exploração da terra**, através da regulamentação, regularização, aquisição coletiva, assentamento de agricultores e desapropriação por interesse social.

— **Modernização agropecuária e industrial**, estimulando a transferência das tecnologias existentes a nível de órgãos de pesquisas e visando o aumento da produtividade e a geração de maior valor agregado à produção, dando como resposta os benefícios de incremento da renda e os requerimentos dos mercados interno e externo.

— **Organização da produção e comercialização**, pois as favoráveis condições de mercado vêm sendo usufruídas pela intermediação, inclusive favorecida por programas governamentais, perdendo o produtor as oportunidades de ganhos com total sub-remuneração de seus esforços produtivos, dado o seu grau de desorganização e da venda da produção "in natura" ou mesmo precipitada, quando poderia se beneficiar das vantagens da escala de comercialização e através do beneficiamento e transformação agroindustrial.

— **Abastecimento alimentar e exportação de excedentes** que é o ponto crucial, principalmente para o combate à inflação e formar divisas que o país precisa e o cooperativismo facilmente se credencia para liderar com a força de sua produção organizada através de uma malha que se estende por todo país formando um sistema produtivo e comercializador de capacidade inigualável que tanto pode trabalhar em mercados isolados como em escala.

— **Atividades educacionais e sociais** onde no meio rural nordestino é algo de estarrecer face à negligência ou mesmo descaso dos governos federal e estadual e o cooperativismo poderá dar sua parcela de contribuição efetiva e substancial.

Ceará: a necessidade de uma reforma agrária abrangente

Alfredo Lopes Neto*

O atraso e a miséria do Nordeste são desafios à sensibilidade, capacidade de trabalho e discernimento político de toda nação brasileira. Os últimos cinco anos de seca realçaram um quadro de miséria crônica em que vivem milhões de brasileiros.

Na verdade, o problema do Nordeste não é um produto das condições naturais, nem das condições étnicas mas o resultado de um processo histórico que se iniciou em meados do século passado e que sempre penalizou a região.

Este processo impôs ao Nordeste a condição de uma região fornecedora de mão-de-obra de baixa qualificação, de aplicação de capitais e produtora de divisas, que são apropriadas pelas regiões mais desenvolvidas ou com maiores condições de desenvolvimento do país.

Assim todas as políticas oficiais se não tiveram explicitamente uma orientação conservadora, de consolidação e fortalecimento das relações internas, de superioridade regiões sobre outras. Na prática, agiram neste sentido.

Desde o Império, tratou-se a seca como se fosse o principal e único problema do Nordeste. Com essa visão unilateral, descuidaram dos problemas maiores, e os programas elaborados, embora originalmente bem concebidos, em grande parte das vezes não beneficiaram, efetivamente a população mais necessitada, tornando-se geralmente, em instrumentos concentradores de renda.

Passados pouco mais de 20 (vinte) anos, a SUDENE, um órgão destinado a

remeter este processo contribuiu para dinamizar a economia da região através da implantação de indústrias, da modernização da agricultura. Essas ações entretanto, não levaram à região a se desenvolver em ritmo semelhante ao do país. Consta-se, pelos dados oficiais, que a expectativa de vida é de 50 (cinquenta) anos no Nordeste contra 60 (sessenta) em outros estados brasileiros. A mão-de-obra empregada com menos de 01 (um) salário mínimo corresponde a mais de 70% da PEA no Nordeste contra 50% nos demais estados do Brasil e possuímos também, mais de 50% dos analfabetos do País.

A política de industrialização foi concebida sem o natural fortalecimento que se poderia esperar dos grupos empresariais da região, fazendo com que os grupos mais poderosos de outras regiões, desalojassem os grupos locais e se apropriassem de uma grande parcela



Lopes Neto: "O Brasil precisa de uma reforma agrária abrangente".

do emergente parque industrial Nordeste com as inevitáveis dissociações com a realidade local e repasses de lucros para os seus lugares de origem.

Ainda, no bojo do modelo industrial Nordeste, faltou uma visão espacial provocando uma concentração das novas indústrias, em determinados centros urbanos de maior expressão populacional e, desta forma, acelerando o crescimento das mesmas através da intensificação do êxodo/campo/cidade.

Estas indústrias implantadas, preocupadas com a competição do mercado, utilizam mais intensamente o fator capital que o fator trabalho, não dando origem ao número de empregos que seriam necessários para absorver a mão-de-obra que se incorpora a cada ano ao mercado de trabalho, agravando, assim, as tensões sociais urbanas.

Ainda com relação as políticas adotadas para a Região Nordeste, os 75 anos de atuação do DNOCS não permitiram ampliar, ainda que modestamente, o solo agricultável do Nordeste. Temos hoje pouco mais de 80.000 hectares de terras irrigadas, enquanto que o único estado mexicano (Sonora), onde pude verificar pessoalmente, num país com características semelhantes às nossas, irriga, em pleno deserto, mais de 1,5 milhões de hectares.

Vinte anos depois da promulgação do Estatuto da Terra, Lei atual e generosa que pode possibilitar a realização de uma reforma agrária sincera e eficaz, o INCRA não conseguiu distribuir no Ceará mais de 14.000 títulos de propriedade de terras quase inaproveitáveis. Mais surpreendente é que, não obstante o estabelecido em Lei e o consignado nos planos, exista ainda perplexidade e ignorância com relação ao tema Reforma Agrária. Até hoje, não temos adequadamente definidas as áreas da Região que, por serem melhor dotadas de recursos naturais e infra-estrutura, devam ser consideradas prioritárias para o desenvolvimento dos mecanismos que permitam o acesso do homem à terra.

O problema da concentração da posse da terra constitui a base de uma estrutura social tão injusta que estabelece permanentemente as condições para a convulsão social. Não é possível admitir que propriedades de tamanho mais do que razoável sejam mantidas, em áreas privilegiadas para o cultivo, apenas para o lazer de fim de semana ou, o que é pior, totalmente abandonadas. Essa atitude especulativa e anti-social é agravada pela ação dos pseudo-grandes agricultores que possuem terras para, por meio de influências e relações, obter créditos subsidiados, os quais, sem adequada fiscalização, são sistemática-

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Ceará.

mente desviados para aplicação em setores onde a remuneração do capital é mais vantajosa.

Até hoje não foi possível viabilizar na Região uma agricultura capaz de produzir com seca ou sem seca. Para tanto, é necessário que se criem às condições para que o homem possa conviver com a sua ecologia. O acesso aos insumos terra e água é a única forma de garantir a sobrevivência no semi-árido.

Urge promover uma reforma agrária abrangente, através da desapropriação por interesse social, do crédito fundiário, da distribuição de terras públicas e da regularização dos contratos de parceria e arrendamento. Tal reestruturação fundiária deve contemplar terras em boas condições naturais para exploração — parece evidente que não convém distribuir a escassez — e ser associada a oferta de infra-estrutura, serviços de apoio e estímulos creditícios.

Por outro lado, a descentralização da posse da terra, não pode penalizar o grande proprietário que investe em seus imóveis, gera empregos e produz alimentos. É preciso que sejam estabelecidos os mecanismos para por em execução os dispositivos que prescrevem a taxação progressiva da terra ociosa e a instituição de subsídios a posteriori para beneficiar a quem realmente investe na produção.

Para viabilizar a produção de subsistência e permitir o acesso ao crédito ao pequeno produtor, a questão do minifúndio também terá que ser examinada. Convém que se estabeleçam mecanismos que, sem violentar mentalidades, especificidades culturais ou opções de vida, promovam a junção de pequenas glebas, de forma a permitir a agricultura associativista e a irrigação comunitária com a construção de pontos d'água e canais de irrigação comunitários.

Em muitos casos, o programa de reforma agrária deve preceder a realização de qualquer investimento, de forma que seja executado com menores custos, beneficiando a quem realmente precisa, e de maneira a evitar que a especulação imobiliária o inviabilize.

Quero crer que está se formando um consenso, mesmo em círculos de poder até há pouco refratários a idéia, de que a reforma agrária é uma imposição. Esta é, pelo menos, a manifestação expressa do discurso de lideranças empresariais, políticas e religiosas. Se aceitamos a realidade de que o acesso à terra é fundamental, se existem os mecanismos legais para tanto e se é possível definir, com a ajuda de nossos técnicos e pesquisadores, as áreas para a execução da reestruturação fundiária necessária, só falta a vontade política de realizá-la, gradualmente, sem a sofreguidão que inviabilize e sem a demora que a torne insuportavelmente lenta e inócua.

A outra vertente da "solução" do problema nordestino, no que tange a sobrevivência no meio rural, é o acesso do homem à água. Não se pode pensar em manter o homem no campo e em praticar agricultura racional sem o abastecimento regular do precioso líquido.

É verdade que a nossa dotação de recursos naturais e, principalmente, de recursos hídricos, é mal distribuída. Esta evidência, contudo, não convalida a idéia de que a sobrevivência e a agricultura são inviáveis em nosso meio. A simples indicação de terras inóspitas que conseguem desenvolver uma agricultura rentável ilustra a inconsistência desse axioma. Como o México, a Austrália e Israel, países com algumas áreas, muito mais carentes em recursos do que o semi-árido nordestino, conseguem realizar isto?

Essas Nações estabelecem com prioridade a viabilização de uma produção estratégica de alimentos, com intensiva utilização de recursos tecnológicos e maciça inversão de capitais. Mas existem outros aspectos que devem ser considerados.

Em primeiro lugar, os que cultivam a terra são donos dela e aí investem o melhor de seus esforços.

Em segundo lugar, toda a água que se precipita é armazenada em cisternas, barreiros, rios perenizados e açudes! A água é efetivamente otimizada, com a utilização de meios para evitar a sua evaporação. O uso produtivo é racionalizado, através da irrigação poupadora, como o gotejamento, a microaspersão e as cápsulas porosas.

Essas experiências merecem ser estudadas para vermos até onde podem ser praticadas no Nordeste, com a utilização de nossa própria tecnologia. Sabemos que precisamos aumentar a nossa disponibilidade de águas acumuladas. Precisamos construir grandes açudes em áreas estratégicas para garantir o abastecimento em períodos críticos. Precisamos aproveitar todos os riachos e boqueirões barráveis para a construção dos médios e pequenos reservatórios. Precisamos levantar barragens sucessivas em todos os rios perenizáveis e incrementar a irrigação pública e privada adequada aos nossos solos. E precisamos, finalmente, associar uma reforma agrária à realização desses investimentos.

As soluções existem e são relativamente simples. Devem ser ajustadas a cada realidade local. Para tanto, é necessário que se realize uma efetiva descentralização de poder e uma justa partição de recursos. A criatividade, a competência e a responsabilidade dos governantes estaduais e municipais podem ajudar ao poder público a se reencontrar com a sociedade e se comportar em sintonia com suas realidades e as

pirações fundamentais. Quanto ao poder central, convém insistir que não estarão preparados para governar o Brasil aqueles que não estiverem aptos a enfrentar o dilema nordestino.

Defendemos a regionalização das políticas de desenvolvimento e que estas devem enfatizar critérios de eficiência econômica embora o objeto principal seja o de propiciar um maior equilíbrio na distribuição geográfica das atividades econômicas e sociais.

Por outro lado, alguns dos objetivos que se propõe, naturalmente, se confundirão com aqueles que tem alcance nacional na medida em que os problemas a serem objeto de intervenção tem uma dimensão Nacional. Neste caso o objetivo Regional é apenas um desdobramento de um objetivo mais amplo.

Dentro deste enfoque, pode-se enumerar algumas estratégias globais de desenvolvimento regional:

Gerais:

A) Incorporação de regiões periféricas à economia nacional através do aproveitamento dos seus recursos naturais e humanos. (Reforma Agrária);

B) Soerguimento de regiões periféricas deprimidas ou em considerável atraso econômico com relação ao restante do País;

C) Geração de oportunidades de emprego sobretudo em áreas rurais como forma de retenção da mão-de-obra rural;

D) Atender e garantir as necessidades básicas das populações de menor poder aquisitivo (saúde, alimentação, educação e habitação);

E) Introdução de culturas em áreas onde, reconhecidamente, a base de recursos naturais é pobre;

F) Reformulação da política de crédito agrícola.

Os objetivos específicos do Plano de Desenvolvimento Regional, no caso do Nordeste, devem ser concebidos a partir da identificação das aspirações das comunidades e, para que isso ocorra, torna-se necessário o apoio e o estímulo ao associativismo, como meio de suscitar a participação e a cooperação da sociedade como um sustentáculo do processo de mudanças de suas condições econômicas sociais.

Dentre outros objetivos específicos propõe-se:

A) Eliminar os obstáculos técnicos e estruturais que condicionam a atual situação de desigualdade e pobreza no Nordeste;

B) Os programas e projetos deverão concretizar soluções técnicas simples, mas eficientes e economicamente viáveis e que socializem ao máximo os benefícios, evitando-se as propostas de custos elevados, e que equacionem, em áreas inexpressivas, o problema de poucos. Deverão ser respeitadas as pe-

culiaridades do ecossistema local e a própria estrutura sócio-econômica da região;

C) Criar mecanismos viáveis para que os atuais programas e projetos desenvolvidos na região nordestina sejam redirecionados para os novos objetivos da política agrícola. Deverá haver um amplo esforço no sentido de assegurar a integração dos vários programas de desenvolvimento agrícola, quando estes atuem no mesmo espaço geográfico, com a conseqüente convergência e articulação das funções, evitando-se ações conflitantes e duplicação de esforços, como é o caso do Projeto Nordeste;

D) Adotar medidas, inclusive reestruturação fundiária, em áreas onde a cada Estado invista maciçamente em termos de infra-estrutura, de modo a proporcionar que um número máximo de beneficiários se aproprie dessas vantagens, em benefício do incremento da produção agropecuária regional;

E) Desenvolver esforços no sentido de favorecer um fluxo mais contínuo da oferta de produtos perecíveis para fins industriais (tomate, goiaba, caju, maracujá, etc.), possibilitando, assim, um melhor aproveitamento da capacidade instalada das indústrias existentes e as-

segurando a obtenção de melhores preços por parte dos produtores;

F) Garantir o efetivo acesso ao crédito agrícola a todos os pequenos produtores rurais, de forma oportuna e suficiente, através do ajustamento de recursos em cada agência bancária, ou mesmo em postos avançados, às necessidades do calendário agrícola de sua área de influência;

G) Promover uma ampla e gradual reforma agrária, de modo a utilizar as terras devolutas e os latifúndios improdutivos, incorporando-os à economia da produção agrícola;

H) Captar, selecionar e difundir, de forma sistemática, necessidades regionais concernentes à tecnologias adaptadas nos campos da mecanização agrícola, processamento e armazenamento da produção, a nível de propriedade, materiais de construção, geração e utilização de energias alternativas, uso de água e do solo;

I) Fortalecer a estrutura de distribuição de insumos e materiais agropecuários envolvendo as cooperativas de produtores e comerciantes da área rural;

J) Promover o florestamento e o reflorestamento, com plantas nativas ou adaptadas, de preferência aquelas pró-

prias para alimentação humana e animal, nas margens de açudes, rios e barragem, bem como nas áreas de fontes e nascentes, visando a conservação dos recursos hídricos e à preservação ecológica. (Projeto Algaroba);

L) Adequar o calendário escolar às peculiaridades regionais, adaptando-o ao calendário agrícola como forma de melhor utilização da mão-de-obra familiar, e ao mesmo tempo, diminuindo a evasão escolar.

Estamos convictos que quando uma região periférica apresenta estrutura econômica diferenciada das regiões mais ricas ou revela uma capacidade de mudança, o seu desenvolvimento é viável mesmo quando realizado em condições de dependência, bastando para isto uma decisão política apoiada nos anseios e nas aspirações maiores de sua população.

A sociedade nordestina não mais poderá tolerar a reedição daquelas imagens dantescas de 01 ano atrás, provocadas pela longa estiagem, que chocaram a consciência desta Nação. Caravanas de penitentes, rostos esqueléticos e mãos crispadas a testemunhar os erros de políticas inadequadas para a região.

Sementes de urucum

Tipo exportação

À venda na Escola de Horticultura Wenceslão Bello
Av. Brasil, 9.727 Tel.: 260-2633 Rio de Janeiro - RJ

A produção primária do Centro Oeste

Paulo Seronni*

Há quase homogeneidade em todo o Centro-Oeste, com relação aos problemas enfrentados pelas atividades primárias. Desta forma, o que se aplica a Goiás praticamente se aplicará à região inteira do mesmo Centro-Oeste. Pequenas diferenças se verificarão, por defasagens de tempo, ou por variações insignificantes dos mesmos fatos. A região toda se marca pela mesma realidade efetiva, condicionada por terras predominantemente disponíveis do mesmo tipo de solo: o mesmo cerrado de terras ácidas e pouco férteis.

Permitam-me algumas palavras necessárias de história regional. Elas tornarão mais clara as conclusões a que chegarei, quanto à atualidade. Trata-se de uma história que se divide em fases distintas:

Numa primeira fase, que vai do descobrimento da região até fins do século passado, findo o período das minerações de ouro, as populações foram obrigadas às atividades primárias para a própria sobrevivência. A lavoura era incipiente, praticada predatoriamente com o uso das queimadas. Limitou-se a explorar esparsas e diminutas áreas de terras de maior fertilidade, especialmente as ribeirinhas. A pecuária, com base no curraleiro, se fazia pobremente, em extensão. As pastagens naturais de jaraguá não ofereciam capacidade de suporte para mais que duas ou três cabeças bovinas por alqueire geométrico — (48.400m²). O gado seguia a pé, especialmente para regiões de São Paulo, perdendo uma arroba por cabeça no esforço da caminhada.

“A região Centro-Oeste é homogênea na atividade primária”

Era, pois, uma economia primária, só capaz, se tanto, de assegurar uma hiber-

nação das gentes. Jamais produzindo riquezas suficientes, ou prosperidade de qualquer forma. Era a morrinha, o quase-nada. Os produtos não amealharam capitais, realmente, nesta fase.

Uma segunda fase econômica da vida goiana se iniciou com a chegada dos trilhos. No início, por mera aproximação, à cidade mineira limítrofe de Araguari. Depois, já dentro do Estado, a Pires do Rio e sucessivamente a Anápolis. O processo desta penetração demorou, aproximadamente, um quarto de século. Houve redução significativa de custo de fretes para as grandes praças consumidoras. Em consequência, uma injeção de ânimo na realidade da região. Foi feita a conquista das terras férteis do segmento norte do mato-grosso goiano, com a implantação da Colônia Agrícola de Ceres. Igual conquista se processou, simultaneamente, da parte sul do mesmo mato-grosso de Goiás. Para isto contribuíram, significativamente, a construção da Ponte Afonso Pena sobre o Paranaíba, e a primeira rodovia que por ela passou a caminho de Uberlândia (Uberlândia).

Para os produtores de Goiás este foi um período considerado bom. Permitiu



Seronni: “O produtor rural não tem mais capacitação econômica para plantar”

economias, que logo se reinverteram em benfeitorias necessárias, nas próprias fazendas que delas careciam inteiramente. Também se reinverteram na aquisição de reprodutores e matrizes zebuínas, que alteraram geneticamente o rebanho estadual, tomando-o outro, muito melhor.

Nesta fase, portanto, houve ocorrência de lucratividade regional das práticas de produção primária. Mas não houve oportunidade de formação de capital de giro, para ruralistas. As montagens de fazendas absorveram tudo o que se ganhou.

A fase mais recente, do após guerra, situa-se entre uns quarenta anos atrás, e até uns cinco anos passados. As terras naturalmente férteis já não se ofereceram em abundância, como antes. Um se exauriram, com a predação. O resto eram cerrados, cerrados extensos. O emprego de novas técnicas de produção, mais evoluídas, se impôs. As máquinas agrícolas motorizadas, lentamente se multiplicaram em trabalho. No mesmo ritmo surgiram o emprego de adubos e defensivos. Na segunda metade da fase as lavouras começaram a caminhar também sobre os cerrados, graças às novas técnicas utilizadas, que incluíram as primeiras calagens para redução de acidez natural deste tipo de solo. Charqueadas, e logo depois frigoríficos, vieram permitir a colheita dos resultados da cruz zebuína. O mercado estava carente de alimentos. Tudo autorizava a esperança de realização, pelos produtores rurais, de bons negócios.

“No após guerra, o produtor rural foi sacrificado pelo tabelamento dos alimentos e pela elevação dos custos de produção”

Uma circunstância negativa, de origem governamental, roeu as esperanças, impossibilitou os lucros. Acabada a guerra na Europa, o governo brasileiro permaneceu em tempo de guerra. Racionando e tabelando os produtos primários. Somente eles, como se eles não fossem também, mercadorias, sujeitas às altas do custo de produção.

*Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Goiás.

Na verdade, portanto, nas fases descritas, somadas, não pôde o ruralista brasileiro amalhar capitais de giro. Produziu rendimento que, quando muito, bastaram à sua própria subsistência e à de sua família. Na última daquelas fases aconteceram, de um lado os tabelamentos de gêneros, e de outro lado o crescimento constante dos custos de produção, pela tecnificação da lavoura e pela inflação que se instalou.

O produtor rural, especialmente nesta fase examinada, sacrificou-se. Um sacrifício que resultou em saldos financeiros, de que se apropriou o governo central. Que alimentaram enormes desperdícios e desvios, e serviram à implantação de um processo de industrialização a galope, severamente criticável sob muitos aspectos. Para assegurar essa implantação, em outro campo de visão, serviu ainda o tabelamento apontado. O consumidor nacional, dispondo de essencialidades a preços aviltados, teve sobras de dinheiro para a aquisição de supérfluos de produção industrial. Para completar a irracionalidade de tudo isto, realizou-se o gigantismo do crediário para consumo. Um consumo que é inconcebível numa nação que permanece ainda, e de forma inegável, pobre. Pobre e devedora insolvente.

Percorrendo caminho tão ilógico, teríamos que chegar aos disparates presentes. Construímos um país imprevisível, onde uma população, até mesmo a dos casebres humildes, não tem leite, nem laranjas, nem bananas, e se enterra em débitos para a compra de televisores, de geladeiras, de liquidificadores, e de coisas assim. Temos importado arroz, que era nosso; temos importado feijão, que era plebeu; e alho, e batatas, e outros gêneros. Se não for alterado o tratamento que entre nós se tem dado à nossa agricultura, em breve estaremos assistindo a desfiles de carros, com tanques cheios de álcool, dirigidos por motoristas de estômagos vazios.

A realidade agora.

De cinco anos para cá a agricultura goiana estagnou. Não está conseguindo sequer manter o antigo crescimento vegetativo. Em alguns setores se observou até decréscimo, tanto em área plantada como em produto colhido. A este quadro agrícola negativo apenas escaparam a cana-de-açúcar e a soja. Esta cresceu quase 90% na safra 83/84, em relação à anterior, passando a ocupar uma área de 533.000 ha. A cana-de-açúcar vai

avancando sobre terras férteis antes destinadas à agricultura de subsistência. Já atinge proporções consideráveis este fato, especialmente no sudoeste de Goiás.

Quanto à soja, cultura de exportação, tudo se deve a uma condição contingencial, de mercado externo. A cana-de-açúcar deve sua posição ao Proálcool, que remunera mais expressivamente o setor industrial que o produtor rural. As primeiras crises trabalhistas no estado estão ocorrendo exatamente neste setor.

“Há cinco anos que a agricultura goiana está estagnada”

Constrastando com estas duas exceções, os demais setores de produção agrícola estadual estagnaram nos últimos cinco anos, como já informei. A tradição do plantio para a fartura, que garante a paz social, quebrou-se, em Goiás. Quem faz tal afirmação são técnicos. Como os da Comissão de Planejamento Agrícola, do governo goiano, em Relatório de Acompanhamento relativo ao terceiro trimestre de 1984. Lá se vê que a produção de arroz, estabilizada em 1.000 alqueires plantados, aproximadamente, já não garante excedentes exportáveis, como antes; que a produção de milho, por todo este tempo em que as necessidades alimentares de nossa gente cresceram, por crescimento da população, estabilizou-se nos 780.000 ha.; e a de feijão não ultrapassa o plano de estabilização de plantio, por volta dos 80.000 ha.

Pior: esta situação tende a se agravar, se não houver mudança de rumos. O agravamento será rápido e expressivo, determinando pronta redução de plantio, e não mais estabilização dele. Porque o produtor rural não tem mais capacidade econômica para plantar, a um custo de produção que enlouquece, crescentemente. A estabilização descrita acima, é necessário que se diga, resultou de lavouras realizadas como meio, no esforço de reduzir o custo de formação de pastagens melhoradas. Tal esforço tem resultado inútil, ou ruinoso para o produtor. Parece incrível: mesmo partindo de terra já amaciada para a lavoura, está sendo mais barato plantar nela, diretamente, a semente de capim. Os custos de sementes, de adubos e de defensivos, de mão-de-obra, de combustível, de sacaria, e de tributos rapinantes, cobrados com plena arbitrariedade de que

se cerca o “poder de polícia do Estado Moderno, entre nós”, tornam o plantio inviável, economicamente.

Se nossos rumos não forem alterados, repito, no Centro-Oeste, como em todo o País, a crise de alimentação vai se agravar. E muito. Oxalá não tenhamos que colher os maus conselhos de panelas vazias!

O processo inflacionário está enlouquecendo a Nação, com a sustentação de situações absurdas. Assim, por incrível que pareça, e como decorrência da loucura generalizada, mais tem valido guardar, intactas, áreas de terra, que colocá-las em produção. Por muito iníqua e muito anti-social que seja a primeira posição, é forçoso admitir-se que ela é compreensível, como opção de seres humanos que têm que buscar sustento para si, e para suas famílias.

Reivindicações dos produtores

Não são diversas das outras, no País, em suas generalidades, as reivindicações que a Classe Rural no Centro-Oeste deve apresentar ao Governo Federal, em primeiro plano, e aos demais governos, em segundo plano, quando couber. Algumas destas reivindicações se tornam, no Centro-Oeste, mais enfáticas. As condições locais predominantemente de solos fracos, e a permanência que ainda se observa nas distâncias a vencer, até os centros nacionais de consumo, penalizam ainda gravemente a agricultura regional, limitando-lhe por vezes a quantidade e até a variedade de produtos a que se dedicar.

Algumas destas reivindicações nem se situam no âmbito específico dos interesses rurais, porque são gerais. É, por exemplo, o que se deve pedir, de esforço redobrado até extremos, na redução do processo inflacionário. Sem isto, nada valerá nada.

Enfatizo, de entre outras, as seguintes reivindicações:

I — Estabilização de uma política agrícola, que se defina com clareza e se divulgue amplamente, e que se imponha à confiança e à credibilidade do produtor, porque avaliada pela palavra governamental leal e franca.

Até aqui, realmente, nunca tivemos uma política assim. Tivemos soluções emergenciais ou contingenciais. Tivemos pacotes, sempre pacotes, que embruilharam os interessados na riqueza de suas improvisações, que foram por vezes maquiavélicas.

Para que tal política se imponha à confiança e à credibilidade, é indispensável que se promova ao menos ameaça de contenção do processo inflacionário. Sem isto, tudo que se faça em tudo será nada. Em detalhe algum da vida nacional se terá remédio.

As atividades primárias não se proces-

sam na velocidade com que os homens a desejar. Subordinam-se elas às leis da biologia, muito rígidas, e têm ciclos demorados. Entre a decisão de plantar e a colheita, há sempre um espaço de tempo de espera a se cumprir. Durante a espera os riscos para a produção se agravam, crescem as obrigações assumidas com a safra, e se multiplicam pela inflação. O planejamento se torna então impraticável, diante dos pacotes governamentais de alucinantes tergiversações. Há um importa-não-importa, um exporta-não-exporta, planta-não-planta, financia-não-financia sempre a se acrescer ao risco do tempo e à ameaça das pragas.

II — É preciso que se combata, enérgica e continuamente, a especulação que se observa no comércio e na produção de máquinas e implementos agrícolas, e nos mesmos setores que trabalham com adubos, defensivos e medicamentos veterinários.

Todos estes produtos estão apostando corrida com o processo inflacionário. E estão levando sobre este larga vantagem.

III — A comercialização de produtos agrícolas deve ser compelida, com energia e constância, a retomar o bom caminho.

O que temos atualmente retrata ausência de ética, de solidariedade social e até de civismo, dominando um processo sem penalizações. Sempre leonino, esta comercialização se pratica contra o produtor, contra o consumidor, e a favor do especulador.

No caminho entre a colheita e o consumo, os preços de gêneros se multiplicam, por fatores que chegam a 10, e até mais. Especialmente se os gêneros experimentam transformações industriais. Citemos um só exemplo: o algodão, adquirido na lavoura a não mais que Cr\$ 15.000 (boa classificação), por arroba, chega aos supermercados, para o consumidor, a preço de Cr\$ 1.000 ou mais, por pacotinho de 25 gramas. Nada menos que Cr\$ 600.000 por arroba, portanto.

É urgente e imperioso que se imponha, no País, um mínimo de respeito ao consumidor. Não podemos permitir que continue esta vergonha: levantamentos recentes estão revelando a ocorrência de fome crônica, por acentuada subnutrição, em quase 20% de nossos irmãos brasileiros. Não éramos, e não nos anunciávamos como um país essencialmente agrícola?

A dignificação vivencial da CFP deve ser imposta ao órgão, que até aqui não se mostrou capaz de demonstrar ao que veio, atolando-se em incidentes vários, com graves acusações de irregularidades praticadas. Devolva-se à agricultura nacional o instrumento que se criou para a racionalidade na comercialização de suas safras.

IV — Reformule-se profundamente o sistema tributário nacional.

A reformulação não deve ter aquele pressuposto, eminentemente político, de dar mais dinheiro aos estados e aos municípios. É de se admitir que assim se ampliarão, em diluição, os desperdícios de desvios de recursos públicos.

A reformulação que se impõe, no caso, certamente, é outra. Que se fundamente no mesmo interesse social em que se apóia a justificação dos tributos. É que está autorizando a iniquidade, no Brasil, de se tomar coisa de 60% do produto dos que trabalham, para gastar com uma minoria astuta, que não trabalha.

Merece tratamento enérgico e corajoso a reformulação dos tributos indiretos, de que é expressão máxima o ICM. Este foi tributo que, ao longo destes 30 anos, não contentando-se com o estímulo às rendas estaduais dado automática e diariamente com o processo inflacionário, perseguiu alíquotas que, partindo de 3% chega hoje aos 18%. Tratando em igual nível o essencial e o supérfluo.

Ao lado da comercialização, os tributos como estão respondem, em primeiro plano, pelo alto custo de vida verificado aqui, e pela fome do povo mais humilde, criando condições de uma injusta, permanente e perigosa estrangulação progressiva da economia rural brasileira.

V — A legislação trabalhista rural deve sofrer alterações.

A Lei 5.889 tem pecados graves. Está, em muitos aspectos, inteiramente divorciada da realidade social do meio rural do País. Como está, não beneficia o trabalhador rural honesto, trabalhador de verdade, e estabelece condições para que se cometam injustiças graves contra os empregadores do setor.

Entre outras, as seguintes alterações legislativas se fazem urgentes, para que as fazendas brasileiras não se esvaziem ainda mais:

a — a prescrição dos direitos de reclamar, bial para o trabalhador urbano, deve ser igual para o meio rural. Nem há razão para discutir o assunto. Toda discriminação é injusta, na ordem social;

b — o adjetivismo da lei deve desaparecer, com supressão de exigência de muitos documentos agora obrigatórios. Entendo que tais documentos se poderiam reduzir apenas a três: recibo regular de salário, recibo regular de 13.º e recibo anual de férias, com modelo simplificado;

c — os contratos com familiares dos trabalhadores rurais, que forem solteiros e dependentes destes e com estes morem, servindo-lhes de auxiliares, no mesmo trabalho, no caso devem receber normas especiais. Ou este empre-

gador, por não suportar os gravames de vários contratos, todos somando direitos inteiros para trabalhos parciais, terão que impedir aqueles auxílios familiares. O que seria desastroso, para a família trabalhadora, ou para o dependente, especialmente quando menor.

VI — O crédito rural deve sobreviver, reformulado.

Entendo, honestamente, que estes créditos, nas condições atuais, com correções monetárias e juros, já se tornaram impraticáveis. Para que se concluíssem sem inadimplência de mutuário, os alimentos teriam que absorver os custos intoleráveis da produção, com asfixia do consumidor.

Subsídios para aquele setor de crédito, não creio que deva haver, em caráter permanente. O governo não produz, todos sabem disto. Para sustentar os subsídios, ele buscaria recursos de nós mesmos, em novos tributos. Ou na emissão de papel moeda, que se tornaria tão-somente papel, papel-cruzeiro, o mesmo que nada.

A supressão pura e drástica daquele setor creditício, por outro lado, viria inviabilizar a produção agrícola. Isto porque, repita-se, o produtor rural está financeiramente, e a cada dia, mais longe dos valores de custeio das suas lavouras.

A reformulação de que falo deveria encarar reduções de volumes totais de recursos destinados a tal crédito, de maneira paulatina, progressiva, até descer a volume ideal.

A política descrita deveria ser objeto de uma programação a médio prazo, claramente informada aos produtores rurais, para que estes, dispondo da lucratividade que lhe seria dada, procurassem firmar capitais seus, de giro.

O crédito como se tem praticado, tem sido considerado como dívida aos produtores rurais. Isto é uma afirmação falsa. Os subsídios que se deram ao campo, nos contratos de mútuo agrário, sempre custaram muito caro ao mesmo campo, em termos de preços. Poderíamos dizer: empréstimos favorecidos, preços de gêneros perseguidos...

De qualquer forma, ao custo atual do dinheiro, entendo que o crédito agrícola deve ser recusado pelos próprios produtores de são juízo.

Aí está um retrato do Centro-Oeste rural, tal como o estou vendo. É uma visão parcial de meu País, muito semelhante à imagem global dele. Distorções graves estão deformando essa imagem que todos queremos bela e saudável. Temos país essencialmente agrícola, que já nem tem segurança alimentar para oferecer à sua gente.

Deus nos ilumine, e ilumine nossos governantes, e nos permita reconduzir à Pátria à cabeça erguida, orgulhosa de nós que nos orgulhamos dela.

O desempenho da agricultura no Rio Grande do Sul

Amilcar da Rosa Bittencourt*

1. Agropecuária — Comentários em torno do seu desempenho

Algumas observações genéricas cabem anteceder o que vamos, ao longo desta palestra, destacar em relação a cada um dos principais segmentos compreendidos pelas atividades da agricultura e da lavoura no Rio Grande do Sul.

O próprio desenvolvimento das atividades básicas relacionadas com as tarefas da economia do setor primário decorre de suas determinantes geográficas. A par disso, quando do nosso povoamento, naquele esforço inaudito para a fixação do homem à terra, nesta região do extremo meridional da pátria, cabe salientar o seu papel estratégico, agindo com bravura e estoicismo para assegurar e garantir o respeito à demarcação das fronteiras da pátria.

Essa função não se pode omitir, para que se possa melhor avaliar o esforço do nosso homem do campo, tendo de exercer uma atividade econômica essencial voltada para a produção de bens de alimentação, basicamente e, ao mesmo tempo, concorrer para que o seu desempenho econômico exercesse uma função eminentemente integradora.

Daf, a origem da vivência histórica, social e política daqueles que primeiro tiveram de produzir no campo, sem descuidar de suas funções de vanguardeiros nas regiões de fronteira física da antiga Província de São Pedro.

Pareceu-me importante, nesta síntese, destacar esses aspectos por tratar-se de uma região que desde cedo começou a participar ativamente no fornecimento de matérias-primas de origem animal e vegetal para o próprio país.

Houve, por imperativo geográfico, regiões que se destacaram por produ-

ções predominantemente voltadas para a criação — a pecuária por excelência — e outras preferentemente para a agricultura.

Atualmente, por força mesmo de sua função complementar e integradora, a agropecuária passou a representar um todo, cabendo, praticamente, ao nosso produtor rural exercê-las em todas as regiões, ressalvando-se, é evidente, aquelas áreas com a predominância da pecuária e outras com predominância da agricultura.

Em realidade, o que nos preocupou, neste tópico inicial, foi o de procurar, em breves comentários, salientar a função deste Estado quanto à sua atividade básica e ainda predominantemente, porque dela dependem a indústria, o comércio, os serviços, os bancos, o erário estadual, pelo regime de ingresso de impostos dependentes do comportamento das atividades primárias.

2. O Rio Grande do Sul e a sua contribuição através dos produtos agropecuários para o país

Mesmo em suas maiores dificuldades, quer as provocadas por fatores

ainda não sob o domínio econômico do homem, ou sejam os decorrentes de excesso de chuva, estiagens prolongadas, ainda este Estado tem participado efetivamente com o resultado de sua produção agropecuária para o país e para o exterior.

As estatísticas econômicas mais recentes provam que o Estado concorre, em média, nos últimos (5) cinco anos, com 12% das exportações do país, ou seja um volume da ordem de 2,6 bilhões de dólares, como ocorreu em 1983.

Relativamente à Balança Comercial do país, o denominado complexo soja (farelo, torta e óleo) representa 1,1 bilhões de dólares, e para as exportações estaduais aproximadamente 47%, embora já tenha sido o "carro forte", como se costumava chamar o café, para o país, chegando a soja a concorrer com mais de 60% do total exportado pelo Rio Grande do Sul.

As circunstâncias, nestes últimos cinco anos, se têm modificado substancialmente, ora por fatores climáticos adversos, o que já foi salientado, mas, mais recentemente, em consequência da ausência de uma política agrícola.

Aos nos referirmos ao que denominamos política agrícola, queremos, nesta oportunidade, salientar o que a Secretaria da Agricultura e a FARSUL tem sustentado perante às autoridades federais para que o setor primário possa realmente corresponder ao que dele é exigido hoje e, muito mais, em futuro próximo, quando este país já tiver atingido uma população de 190 milhões de habitantes, segundo às previsões dos próprios órgãos oficiais das estatísticas demográficas nacionais.

Os pleitos sustentados pela FARSUL e pela S.A. se têm orientado com base no



Bittencourt: "O Rio Grande do Sul exporta 12% do total brasileiro de produtos agrícolas".

*Vice-Presidente da FARSUL, Presidente do Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes e representante do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul.

comprometimento assumido pelo próprio Governo, quando considerou a agricultura a sua "meta prioritária".

Os objetivos propostos não foram atendidos, e a primeira providência das autoridades responsáveis pela execução da atual política agrícola foi a retirada total dos subsídios porém não unicamente ao crédito, com taxas diferenciadas de juros, mas ainda em financiamentos para adubos, em geral, e para os denominados Programas Especiais, a exemplo do PRODEPE, PROCAL, PRONAZEM, PROVARZEAS, PROFIR, entre outros. Esses programas com juros a taxas diferenciadas, carência, prazos longos para o resgate, deixaram de existir, e, pior ainda, alguns desativados em sua fase inicial.

Mais recentemente, o que vem pleiteando a FARSUL e a S.A. é a compatibilização do valor dos financiamentos para custeio agrícola de acordo com os custos reais de produção, insistindo para que o Conselho Monetário Nacional fixe os quantitativos para os VBCs (Valores Básicos de Custeio) de acordo com os custos reais de cada lavoura, para evitar, ou melhor, assegurar a manutenção da área cultivada e não provocar a sua redução, o que já começou a ocorrer no Sul, com o trigo.

O critério de classificação do produtor rural em mini (já inexistente), pequeno, médio e grande, se constitui em arbitrariedade que foge a qualquer técnica capaz de ser sustentada por uma política agrícola, por não corresponder à realidade. Classifica-se o produtor somente de acordo com o seu volume de receita, desconsiderando-se, outros fatores: o tipo de cultura, a área utilizada, a região, a tecnologia aplicada.

A par de tudo isso — e estou insistindo porque se trata de matéria de muita importância para o agricultor — o Conselho Monetário Nacional decidiu, recentemente, manter somente (2) duas classificações para o produtor rural (pequeno e grande), partindo daí para financiá-los à base de 40% do VBC para os grandes e de também os mesmos 40% (no caso da soja) para o pequeno, e elevando para 60% e 80% (caso do feijão), conforme a lavoura.

Estas minhas considerações servem para demonstrar o quanto se acha tumultuada — parece-me a expressão mais apropriada — a forma como está sendo tratada a agricultura brasileira.

Há, ainda, diversos e outros importantes aspectos que poderia inserir-los nestes comentários, mas prefiro tratar os demais setores da agropecuária que também são importantes.

3. Desempenho da pecuária

A produção pecuária está passando, neste Estado, por sensíveis modifica-

ções, quer quanto a raças predominantes, quer quanto ao próprio sistema criatório.

A predominância do rebanho bovino de origem européia, começa a modificar-se por fortes cruzamentos, e, dessa forma, provavelmente, para os próximos 10 (dez) anos a estrutura do rebanho venha a ser modificado relativamente ao tipo racial.

Cabe, aqui, destacar alguns elementos para que melhor se possa avaliar, embora de forma sintetizada, o que ocorre com o setor.

Relativamente ao regime criatório ainda predomina o sistema extensivo, em campos nativos, porém em áreas cada vez mais divididas, o que permite o melhor manejo, a rotatividade e o próprio controle do rebanho, porém a utilização de pastagens melhoradas e/ou cultivadas é pouco representativa.

São 16 milhões de hectares utilizados pela pecuária, porém estima-se que a área de pastagem cultivada não chegue a 6%. Embora esse dado, por si só, não seja o de maior significado, deve-se considerar, contudo, para exemplificar, o uso da resteva de arroz para pastagens, o que acresce, em determinados períodos do ano, uma massa alimentar bem representativa, levando-se em conta que a lavoura de arroz abrange uma área superior a 600 mil hectares em todo o Estado e as grandes lavouras se localizam nos municípios onde também se desenvolve a pecuária de corte e de leite.

O rebanho bovino, contudo, se encontra estacionário, há mais de 15 anos, na faixa de 12 milhões de cabeças, o que merece ser comentado. (Quadro n.º 5).

Fazendo-se abstração dos fluxos da atual conjuntura favorável de preços, a bovinocultura de corte continua com rendimento baixo. A taxa de abates ou seja, a disponibilidade anual de animais para o abate, mantém-se na faixa que se situa na média ainda abaixo dos 10%, tomando-se por base os últimos 10 anos, conforme se pode verificar pelas estatísticas oficiais do Estado e do Ministério da Agricultura. (Quadro n.º 3).

O volume da produção de carne, em consequência, estacionou na faixa mé-

dia das 240 mil toneladas ano, e o aporte do Estado para a produção nacional situa-se em torno de 10%. A produção por carcaça, conforme levantamentos existentes, tem decrescido, o que se admite ao crescente aporte de animais mais jovens para o abate, ainda incompleta a carcaça, muito embora, se de um lado permite uma matéria-prima de melhor qualidade para o consumidor e a própria indústria, de outro, diminui o contingente de produção para o consumo.

A taxa média de natalidade não chega a 50%, também é relativamente baixa, principalmente se comparada a de outros países produtores de carne, a exemplo do que ocorre com os do cone sul, Argentina e Uruguai, com taxas bem superiores as do Estado.

A pecuária, como um todo, e mais especificamente a bovinocultura de leite e a suinocultura, enfrentam dificuldades estruturais, que se refletem na produção de leite e de carne.

Quanto à pecuária de leite, a posição do Rio Grande do Sul é pouco representativa, a participação do Estado no volume global da produção nacional é inferior a 10%, embora, nestes últimos anos, o padrão racial, tanto no gado holandês, bem assim no jersey, tenham apresentado substancial melhoria.

A suinocultura enfrenta sérias dificuldades, atribuídas ao elevado preço da ração. Estacionária com o rebanho de 3,5 milhões de cabeças, quando esse rebanho já chegou a 6 milhões de cabeças.

A ovinocultura é outro segmento da pecuária, cujo efetivo se mantém estacionário na faixa de 12,5 milhões de cabeças, para uma produção anual média de lã, nas últimas oito safras, de 26 mil toneladas, porém com preços firmes nas últimas 3 (três) safras.

Quanto à carne ovina ainda permanece pouco explorada, continuando, praticamente, como produto secundário, comparativamente à importância de que se reveste o produto fibra: lã.

Diversos fatores já detectados concorrem para o reduzido volume de produção, entre eles, conviria destacar: ausência de uma estrutura a nível do pro-

(Quadro n.º 01)
Evolução do custo de produção da soja Rio Grande do Sul

Ano	Por/saco 60 kg		Por/hectare	
	Cr\$	Rel.	Cr\$	Rel.
1978	170,25	100	3.836,72	100
1979	227,30	134	5.114,34	134
1980	431,62	153	9.711,37	153
1981	889,42	422	21.346,06	457
1982	1.928,93	1.033	46.294,27	1.107
1983	3.306,56	1.942	82.663,38	2.155

Fonte: FECOTRIGO/FARSUL

dutor para o fornecimento de animais jovens para o abate, com bons padrões de carcaça e reduzido teor de gordura; ausência de um programa de incentivo junto aos grandes centros de consumo do país para despertar o interesse e criar o hábito de consumo da carne ovina.

As escassas experiências para a promoção da carne ovina têm sido pouco significativas, demasiadamente reduzidas, não tiveram condições para modificar o comportamento do mercado a ponto de a carne ovina ter maior penetração e participação no mercado interno; e, quanto às exportações para países tradicionalmente consumidores de carne ovina também as tentativas são pouco significativas.

Conclui-se, não cabe dúvida, que o mercado para a carne ovina está no início.

4. Desempenho da lavoura

As grandes lavouras do Estado são aquelas dedicadas à produção de grãos, sendo a mais tradicional a cultura de inverno: o trigo; e seguem-se as culturas de verão: soja, arroz, milho e o feijão, as quais representam, em média, 35% da produção nacional, ou seja, 16 milhões de toneladas/ano, em períodos de safras normais.

4.1 - Trigo

Lavoura que nos últimos anos começa a preocupar seriamente a todos os produtores depois de continuadas safras frustradas, havendo redução substancial da semeadura na ordem de 48%, o que ocorreu em 83, com o cultivo de somente 800 mil hectares, quando em 82, a área cultivada chegou a 1,3 milhões de hectares.

O Rio Grande já chegou a cultivar, como ocorreu em 79, área superior a 2 milhões de hectares, porém devido a frustração de safra naquele ano, a produção foi muito baixa e a produtividade não chegou a 500 quilos por hectare, em consequência de fatores climáticos totalmente adversos, como também ocorreu em 82, devido ao excesso de chuva.

Mas, as dificuldades também decorrem de ausência de variedades novas, devido ao atraso com que a pesquisa se desenvolve nesse setor, na opinião de diversos técnicos, pois a pesquisa no Brasil, em agricultura, ainda está longe de atingir aqueles níveis a que chegou em países agrícolas.

4.2 - Soja

Leguminosa que vem se firmando, basicamente a partir da década de 70, quando a produção no Estado, pela primeira vez, atingiu o seu primeiro milhão de toneladas.

(Quadro n.º 02)
Evolução dos preços das máquinas e implementos agrícolas, utilizados na lavoura de soja — RS

Ano	Colheitadeira	Rel.	Trator CBT (100 HP)	Rel.	Arado de Disco	Rel.
1978	493.460	100	223.500	100	55.550	100
1979	719.970	146	350.000	157	73.200	132
1980	1.543.450	213	588.000	163	173.500	213
1981	3.912.910	693	1.638.070	633	395.100	611
1982	10.300.000	1987	3.375.000	1.410	482.900	769
1983	18.180.860	3.584	7.605.000	3.303	738.225	1.229
1984	96.000.000	19.355	22.377.000	9.013	1.376.89	2.379

Fonte: FECOTRIGO/FARSUL

(Quadro n.º 03)
Taxas de abate do rebanho bovino no Rio Grande do Sul

Ano	Abate/cabeça	Taxa abate (%)	Rebanho
1974	1.168.420	9,90	12.640.987
1975	1.148.044	8,88	12.922.139
1976	1.383.667	10,53	13.134.753
1977	1.526.918	13,34	11.437.866
1978	1.270.855	10,59	11.997.116
1979	1.152.964	9,24	12.471.772
1980	1.096.349	9,02	12.158.990
1981	1.199.723	9,42	12.733.351
1982	1.047.523	12,57	13.177.540
1983	1.425.912	11,06	12.893.725

Fonte: SAGRI — DFA/SERSA/RS

Não cabe dúvida que a soja representa, atualmente, a lavoura mais importante para o Estado em relação ao volume de produção e de área cultivada. O denominado ciclo da soja continua a exercer marcada influência em mais de 25 municípios riograndenses, o que se comprova mediante a produção de 81, que atingiu a 6 milhões de toneladas, e, em 1982, se não fora o excesso de chuva que atingiu importantes áreas de produção, já em fase final de colheita causando prejuízo da ordem de 20%, teria o Rio Grande atingido a produção prevista de 6,5 milhões de toneladas. No entanto, em consequência desse advento danoso, reduziu-se para 5,2 milhões de toneladas. Na safra de 83, o prejuízo foi de 1,3 milhões de toneladas.

A soja participa, no comércio internacional, com elevado contingente, que chegou a produzir, em divisas para o país, em 82, somente de produto fornecido pelo Rio Grande, 1 (um) bilhão de dólares, sendo o 4.º produto da pauta das exportações brasileiras de produtos primários.

Somente o Estado concorre com mais de 38% da produção nacional dessa leguminosa.

Dos produtos exportáveis do Estado, o complexo soja (farelo, óleo e grão) representou 40%, em 83.

A agroindústria, que se utiliza da soja como matéria-prima, continua contudo com capacidade ociosa, em consequência dos problemas de frustração de safra.

4.3 - Arroz

Lavoura muito bem estruturada, em áreas de cultivo orientadas pela melhor tecnologia do país, mantém-se, sem maiores alterações com área cultivada em torno de 650 mil hectares, em média, firmando-se a produção nessa faixa de área cultivada, para uma produção média de 2,6 milhões de toneladas/ano, sendo que na safra 83/84, chegou a 3 milhões de toneladas, a maior de sua história, porém frustrada pelas conhecidas dificuldades de comercialização, o que provocou um movimento reivindicatório por preços mínimos que pudessem, ao menos, cobrir o custeio da lavoura.

Em relação a esta lavoura, conviria ressaltar a sua excelente produtividade, que se vem mantendo na faixa de 4,5 mil quilos por hectare, nas regiões cadastradas pelo Instituto Riograndense do Arroz.

A lavoura de arroz, no sistema de irrigação, utiliza extensas áreas servidas por barragens para a captação de água e também das reservas dos rios, constitui-se em excelente regime econômico de exploração, evoluindo rapidamente para o tipo empresarial.

4.4 - Outras lavouras

Basicamente, duas importantes produções, a de milho e feijão, vêm tendo desempenho difícil, devido a frustrações provocadas por adversidades climáticas, e na safra 83/84 devido ao reduzido preço pago ao produtor.

O Rio Grande do Sul quanto ao milho, participa, em média, nas safras mais recentes, com 20% da produção nacional.

As conhecidas dificuldades de armazenamento de safra de milho, a partir de 80, começaram a ser superadas devido à crescente participação das cooperativas, que elevaram a capacidade de estocagem para o produtor cooperativado de 46 mil toneladas em 80 para aproximadamente 300 mil toneladas a partir de 81.

5. Perspectivas para a agropecuária

Ao concluirmos a análise estrutural, destacando aspectos importantes de cada uma das principais lavouras responsáveis por 35% da produção nacional de grãos no país, conviria que se fizessem algumas incursões abrangentes sob a angulação de perspectivas.

Há problemas já referidos mas tremendamente sérios já levantados pela classe rural riograndense, através da S.A. e FARSUL, os quais merecem ser destacados nesta palestra que não é somente informativa, pois visa ainda o destaque de elementos e dados importantes para se poder conhecer melhor o conjunto de fatores impeditivos ao melhor desenvolvimento desses segmentos da produção agropecuária.

Inicialmente, uma abordagem em relação aos Custos Agrícolas.

Há levantamentos feitos, para cada safra, por parte das entidades representativas dos produtores, a exemplo da soja, arroz e trigo, que são levados para discussão com as autoridades federais na oportunidade da fixação dos preços mínimos e dos Valores Básicos de Custo, como se pode verificar nos quadros que acompanham esta palestra, e que servem de base para a defesa dos interesses do produtor. (Quadros n.º 1 e 2).

O encargo mais diretamente responsável pela elevação dos custos agrícolas, nesta safra, é o do dinheiro, os custos financeiros já chegam a 50% em relação aos demais, ou seja: investimentos modernos, combustíveis e outros.

As máquinas e equipamentos agrícolas, a reposição e conservação de peças, são outros insumos exageradamente gravados, de ano para ano, obrigando a lavoura a ter de utilizar-se desses equipamentos em estado de obsolescência, reduzindo-se a sua capacidade de produção e refletindo-se na produtividade agrícola, pelas perdas que provoca e que aumentam os custos finais da produção (Quadro n.º 2).

Entre os elementos de maiores dificuldades para a agropecuária, a ponto de inviabilizá-la para o pequeno e o mé-

dio produtor, é o financeiro. A taxa de juros, que de 60% ao ano ainda mantida até a safra de 82, passou ao patamar superior a 120% em 83, porque os encargos financeiros acompanham as variações das ORTNs e os financiamentos à base dos MVRs para as lavouras em 84, ficaram abaixo dos reais custos de produção das lavouras. Esse é atualmente senão o principal, um dos básicos problemas enfrentados por todos os produtores rurais do país.

6. Das prioridades para a agropecuária

A propósito, conviria repetir aquela frase de um filósofo francês: "o que conhecemos, a nós pertence".

A nossa agricultura ainda não pertence inteiramente ao país. Tem ela, isto sim, sido objeto de serventia para as demais atividades, e para atender às crescentes exigências do nosso mercado interno e da Balança Comercial.

Não se deu ao produtor rural, que exerce a sua atividade ao setor mais importante da produção nacional, o qual — convém frisar — é uma atividade de elevados e conhecidos riscos, aquele atendimento indispensável.

Voltada, permanentemente, para a produção de alimentos, que é exatamente aquela capaz de solucionar os graves conflitos sociais internos de cada país, sem o que a própria segurança mundial estará comprometida.

No caso brasileiro, o esforço que lhe é exigido para o atendimento das crescentes necessidades de um mercado interno onde a tendência da demanda insatisfeita na área de alimentos compromete as possibilidades de o país aumentar as suas divisas, assume proporções agigantadas a função econômica e social do produtor rural, para permitir ao país a disponibilidade de excedentes exportáveis.

Para essa realidade inquestionável precisam voltar-se todos aqueles que têm alguma parcela de responsabilidade neste país, inclusive os que passam a tomar conhecimentos, pelas posições que exercem, com um setor de vital importância estratégica.

Os estoques de produtos agrícolas, cada vez mais escassos em nosso país, devem ser tratados e considerados como se vivêssemos em uma economia de guerra.

Quanto à garantia para a cobertura dos riscos, a rigor, o seguro agrícola para todos os produtos, é essencial.

O Programa de Garantia para a Atividade Agropecuária — PROAGRO — criado em 1973, continua ainda sendo uma medida paliativa e de amparo muito restrita, porque, na prática, somente são segurados aqueles riscos dos recursos financeiros originários dos empréstimos bancários, sabe-se que o agricultor que tem acesso ao crédito rural está reduzido a uma parcela inferior a 25%, quando o crédito rural a taxas diferen-

(Quadro n.º 04)
Exportação de carne bovina no RS

Ano	Quantidade (KG)	Valor (dólares)
1975	23.386.394	40.281.543
1976	37.350.514	73.660.863
1977	30.496.634	57.232.023
1978	25.140.535	52.153.086
1979	16.004.176	47.033.440
1980	26.922.654	95.346.766
1981	42.019.184	131.534.645
1982	48.818.647	119.567.223
1983	56.000.000	135.200.000

Fonte: Instituto Sul-Riograndense de Carnes

OBS: Tipo de produto exportado, compreende: carnes, em geral, cozida congelada, congelada s/osso, especial e enlatadas, conserva e cozida.

(Quadro n.º 05)
Efetivo do rebanho bovino do
Rio Grande do Sul

Ano	N.º de cabeças	Ano	N.º de cabeças
1970	12.416.230	1977	12.462.909
1971	12.075.628	1978	11.997.116
1972	12.970.533	1979	12.471.772
1973	13.010.347	1980	12.158.990
1974	12.640.978	1981	12.733.351
1975	12.922.134	1982	13.177.540
1976	13.134.753	1983	12.893.725

Fonte: Instituto Sul-Riograndense de Carnes

ciadas de juros deveria estender-se a todo o produtor.

A produtividade agrícola é um outro elemento de magna importância e que somente se melhora à medida que são acionados todos os fatores que concorrem para a produção.

Não se pode pretender elevar os seus índices, quando os preços dos insumos básicos chegam ao ponto de ter o produtor de reduzir o seu emprego nos quantitativos técnicos exigidos, por exemplo, utilizando menor quantidade de semente que o recomendado tecnicamente.

Da mesma forma, o problema permanece se não existirem, em quantidades suficientes, sementes melhoradas (fiscalizadas ou certificadas), como ocorre em diversas regiões do país. A pesquisa ainda não passou a receber os recursos financeiros para poder se desenvolver a ponto de solucionar problemas de genética, que ainda continuam sendo o grande obstáculo para determinadas culturas. Quanto às máquinas e equipamentos agrícolas são de difícil substituição, devido aos elevados preços para a maioria dos produtores — obrigando-os ao uso de equipamentos obsoletos e desgastados de baixo rendimento, são fatores que reduzem as taxas de produtividade agrícola.

Esses fatores somados oferecem um quadro muito crítico na agropecuária e exigem medidas de alcance mais profundo, não só conjunturalmente, para o atendimento de determinadas situações de caráter emergencial, mas basicamente quanto aos de ordem estrutural, duráveis.

A ausência de uma política econômica efetiva e continuada para a agricultura, a que nos referimos no início desta palestra, capaz de abrigar, no seu contexto, todos os aspectos que formam o complexo agropecuário, é, sem dúvida alguma, a grande responsável pelos problemas enfocados.

A par de tudo isso, um outro item importante merece referência: a pequena representatividade da classe rural brasileira junto aos órgãos de decisão colegiada, onde o produtor ainda não tem a participação que lhe é devida.

Conviria lembrar, a propósito, que junto ao Conselho Monetário Nacional, sem qualquer dúvida o órgão de cisa mais importante em matéria de política econômica, de um modo amplo, onde a classe dos produtores rurais, depois de ingentes esforços, conseguiram indicar um único Representante perante aquele Colegiado de (23) vinte e três conselheiros, integrando-o preferencialmente delegados dos órgãos oficiais, banqueiros e por último, um só representante da classe rural brasileira, não tem influência alguma.

Em linhas gerais, colocamos aqui o quadro dos elementos basilares que preocupam a nossa esfera de ação da S.A. e FARSUL no atendimento de suas finalidades.

Não desconhecemos, por outro lado, a grave conjuntura econômica, financeira, social e política que abrange todas as Nações, e que as crises internas são também conseqüências de crises externas, e ainda de que há profundas mudanças estruturais afetando o comportamento das atividades econômicas,

do que não poderia fugir a nossa agropecuária.

Não tenho dúvida que ao enfrentarmos este final de século, temos urgência de buscar diretrizes de política agrícola capazes de superar os problemas dominantes da atualidade, sem o que estaremos comprometendo o futuro de gerações brasileiras, dada a responsabilidade da agricultura em fornecer alimentos e outros bens indispensáveis à agroindústria e concorrer, assim, para minorar o verdadeiro drama social que enfrenta o nosso país com as legiões de desempregados que vivem nos submundos de nossas cidades.

(Quadro n.º 06)

Abate de bovinos em estabelecimentos sob inspeção federal; no período de janeiro à junho de 1981, 1982 e 1983. (percentual de boi e vaca)

Estados	Boi	%	Vaca	%
Rio Grande do Sul				
1981	440.867	70,9	175.354	28,2
1982	411.953	58,5	285.075	40,5
1983	377.433	52,6	331.635	46,2
1984	334.561	53,7	288.657	46,3
São Paulo				
1981	1.216.848	86,9	172.297	12,3
1982	984.994	73,8	341.139	25,6
1983	1.051.133	76,3	319.905	23,2
Paraná				
1981	368.726	85,6	58.686	13,6
1982	331.461	69,6	141.534	29,7
1983	323.108	67,3	152.892	31,8
Santa Catarina				
1981	55.867	86,9	9.205	14,1
1982	48.967	76,2	15.264	23,8
1983	54.034	74,8	18.231	25,2
Mato Grosso do Sul				
1981	187.537	76,4	57.841	23,6
1982	114.419	46,7	130.511	53,3
1983	146.939	46,5	169.087	53,5
Mato Grosso				
1981	57.699	85,0	10.145	15,0
1982	52.318	67,5	25.227	32,5
1983	69.981	64,2	39.012	35,8
Goiás				
1981	306.176	74,4	105.313	25,6
1982	258.627	53,9	220.832	46,1
1983	204.783	51,8	190.333	48,2
Minas Gerais				
1981	478.844	71,2	193.847	28,8
1982	481.543	55,6	383.066	44,2
1983	511.754	57,6	377.260	42,4
Espírito Santo				
1981	80.328	82,9	16.626	17,1
1982	68.121	71,2	27.511	28,8
1983	65.840	71,8	25.910	28,2
Pará				
1981	42.882	76,5	13.205	23,5
1982	33.094	76,0	10.440	24,0
1983	44.600	65,8	23.207	34,2

Fonte: SIPA/MA

NOTA: Os baixos abates de matrizes no Estado de São Paulo se distanciam dos Estados do Rio Grande do Sul e Minas, porque naquela região predominam as grandes invernadas de boi, originário dos estados criadores.

Extensão rural

Walmick Mendes Bezerra



Estado do Rio produz semente de milho sintético

O Estado do Rio de Janeiro já é produtor de semente de milho. Graças ao bom entrosamento existente entre as empresas de pesquisa e de extensão rural, os produtores rurais fluminenses poderão a partir do próximo plantio contar com sementes de milho sintético produzidas em todas as regiões do Estado, através de Unidades Demonstrativas realizadas pela EMATER-RIO em propriedades de pequenos agricultores.

As sementes básicas foram produzidas pela PESAGRO-RIO e nas Unidades Demonstrativas, todas elas com um hectare, foram colhidos até 6 toneladas, produtividade excelente, comparada às obtidas por cultivares híbridos, também testadas em Unidades de Observação em vários municípios do Norte Fluminense.

150 t de sementes oriundas das Unidades Demonstrativas de milho sintético foram adquiridas para revenda aos produtores rurais que as multiplicarão, diminuindo assim a grande dependência do Estado do Rio de Janeiro na importação de sementes para suas lavouras de milho, normalmente cultivadas com sementes produzidas em outros estados brasileiros.

A cultivar de milho sintético foi criada na década de 1960 pelo antigo Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro Sul, do Ministério da Agricultura.

Na sua composição entraram onze linhagens provenientes de materiais de San Luiz de Potosi, região tropical do México, e que durante

vários anos mostraram adaptação às condições edafoclimáticas do Estado do Rio de Janeiro.

Em ensaios regionais de cultivares e híbridos de milho realizados no Norte Fluminense pela PESAGRO-RIO, 1978, a cultivar sintético produziu, em média, 3.621 kg/ha.

Em 1982, em Campos, alcançou 5.267 kg/ha, sendo que no mesmo ensaio, os híbridos variaram de 4.487 a 6.148 kg/ha.

Características gerais do milho sintético

- ciclo médio: 130 a 140 dias;
- altura média: 2,69 m;
- resistente ao acamamento, apesar da altura da planta;
- espigas bem cobertas pela palha, resistindo às podridões e à entrada de insetos;
- número de espigas por planta: 1,2;
- os grãos são meio dentados, de cor amarelo-dourado;
- o sabugo é fino, podendo a espiga dar um rendimento de 80% na debulha;
- recomenda-se o plantio até altitudes de 600 a 700 m;
- dar preferência a solos profundos, com boa drenagem e pequena declividade;
- a melhor época de plantio é de meados de outubro a meados de novembro;
- geralmente são gastos de 18 a 20 kg de sementes com germinação de 90% para a semeadura de 1 hectare.

Recuperação de pastagens

Os cerrados brasileiros possuem cerca de 15 milhões de hectares cultivados com pastagens, dos quais 4 milhões formados quase que exclusivamente com *Brachia-*

ria spp, encontram-se degradados ou em processo de degradação. A baixa fertilidade natural desses solos, manejo inadequado, falta de adubação de manutenção, erosão e ataque de pragas, são responsáveis pela baixa produtividade das pastagens, levando-as à degradação total.

Experimentos realizados no Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, demonstram que é possível recuperar as pastagens degradadas e restabelecer a produtividade, a curto e médio prazo.

A curto prazo o pecuarista tem como opção o emprego de implementos pesados, como a grade aradora ou o subsolador, que promovem uma areação no solo aumentando a mineralização do nitrogênio. Também pode optar pela aplicação de fertilizantes nitrogenados, porém o elevado custo deste nutriente, aliado ao fato de não apresentar efeito prolongado, o torna pouco recomendável.

A médio prazo, a EMBRAPA aconselha a introdução de leguminosas nas áreas de pastagens degradadas. As leguminosas têm a capacidade de fornecer nitrogênio ao solo, em simbiose com bactérias rizóbias, melhorando as forragens, principalmente no período de seca, em qualidade e em quantidade.

Nos ensaios experimentais realizados pelo Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, a introdução de leguminosas em pastagens de gramíneas elevou em cinco vezes a produção de matéria seca. Verificou-se também a melhoria da qualidade da forragem, com o aumento de proteína bruta.

Para a introdução de leguminosas em pastagens degradadas, basta fazer uma movimentação da superfície com grade convencional, aplicar

fertilizantes e efetuar o plantio a lanço. Há necessidade de manejo adequado dos animais durante o primeiro ano, objetivando o bom estabelecimento das leguminosas. No prazo de dois anos, já é possível observar-se os efeitos da leguminosa na recuperação de pastagens.

Emater-RN aprimora rebanho caprino

O Serviço de Extensão Rural do Rio Grande do Norte — EMATER-RN, objetivando o aprimoramento do rebanho caprino está instalando, em pequenas propriedades Unidades Demonstrativas de Caprinos da raça Anglo-Nubiana.

O rebanho caprino existente no Nordeste brasileiro é, em sua grande maioria, constituído por animais do tipo sem raça definida, oriundo da miscigenação das raças ou tipos de caprinos nativos e exóticos.

Das raças exóticas introduzidas no Nordeste destaca-se a Anglo-Nubiana, utilizada na maioria das vezes em cruzamentos desordenados, como alternativa de melhoramento zootécnico do rebanho.

A raça Anglo-Nubiana foi formada na Inglaterra por volta de 1980 pelo cruzamento de cabras comuns índias com reprodutores Nubia (Zaraibi e Chitral) e da Índia (Jamnapari), sendo mundialmente conhecida como de dupla aptidão, isto é, para produção de carne e leite.

A EMATER-RN, na instalação das Unidades Demonstrativas, doa um casal de caprinos Anglo-Nubianos e dá total assistência técnica.



Propriedade demonstrativa

A Extensão Rural, em sua concepção mais abrangente, vem sendo realizada por vários Escritórios da EMATER, nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, através do projeto denominado Propriedade Demonstrativa. O programa consiste, essencialmente, em oferecer assistência técnica a todas as fases da produção e a todas as culturas e criações. Promovendo a diversificação dos produtos, estimulando o enriquecimento dos hábitos alimentares e procurando assegurar a obtenção na propriedade, da maioria dos alimentos consumidos pela família e dos possíveis insumos necessários às culturas e criações.

De um modo geral, procura-se levar ao produtor rural técnicas acessíveis às suas condições sócio-econômicas, utilizando na medida do possível práticas próprias ao seu meio, como controle integrado de pragas, adubação orgânica, tração animal e outras.

As Propriedades Demonstrativas servirão de exemplos e estimula-se a visita por outros produtores, prestando-se, não somente ao processo de transferência de tecnologia, porém à criação de uma consciência quanto à necessidade de desenvolvimento harmônico no meio rural.

A assistência técnica é feita de forma grupal, dentro da comunidade; e individual, em projetos novos.

Procura-se atender não apenas à área econômica, mas, também, à área social. Assim, a integração da mulher e dos filhos no processo produtivo merece atenção especial, em relação à melhoria da qualidade de vida da família, que pode ser obtida com a formação de um pomar, de uma horta, da criação de pequenos animais.

A Propriedade Demonstrativa constitui-se em uma das mais recentes inovações da metodologia utilizada por algumas das Associadas da EMBRATER, representando uma evolução metodológica, ob-

jetivando acelerar o processo de adoção de tecnologia e aumentar a abrangência do trabalho extensionista.

Emater-Rio assistirá 30 mil produtores

No programa de assistência técnica e extensão rural elaborado e já em execução pela EMATER-RIO, está prevista para 1985, assistência a 30 mil produtores rurais, isto é, 40% dos agricultores e pecuaristas existentes no Estado do Rio de Janeiro.

A ênfase é assistir objetivando elevar a produtividade das lavouras e criações e contribuir para melhoria do nível de bem-estar, prioritariamente, das famílias de pequenos e médios produtores rurais.

Para a consecução das metas estabelecidas estarão atuando 450 extensionistas (engenheiro agrônomo, médico veterinário, zootecnista, técnico agrícola e extensionista social), lotados em 60 escritórios da empresa nos municípios de representatividade na agropecuária fluminense.

A EMATER-RIO tem como objetivo geral contribuir para o aumento da produção e da produtividade agropecuária, especialmente do leite, dos alimentos básicos (feijão, arroz, milho e mandioca) dos produtos olerícolas e das frutas, visando a aumentar a renda do produtor rural.

A EMATER-RIO em 1985 desenvolverá os seguintes projetos:

1. Conservação dos recursos naturais renováveis;
2. Aproveitamento racional de várzeas úmidas;
3. Produção de sementes e mudas;
4. Pecuária leiteira;
5. Suinocultura;
6. Avicultura;
7. Produção de alimentos básicos (milho, feijão, arroz e mandioca);
8. Olericultura;
9. Fruticultura (cítricos, banana, abacaxi, manga, goiaba, etc);

10. Cana-de-açúcar;
11. Seringueira;
12. Energia alternativa;
13. Juventude rural;
14. Desenvolvimento comunitário;
15. Comercialização e armazenamento;
16. Administração rural;
17. Organização rural;
18. Educação alimentar e sanitária das famílias rurais.

O público da Extensão Rural são as famílias dos pequenos e médios produtores rurais. Estes têm a sua principal fonte de renda na agropecuária, residem na propriedade ou na comunidade rural, utilizam preponderantemente a mão-de-obra familiar e têm como principal atividade a produção de alimentos.

Cerca de 94% dos produtores de leite do Estado do Rio de Janeiro produzem diariamente menos de 200 litros de leite.

97% dos produtores de alimentos básicos, possuem propriedades com área total inferior a 10 hectares e somente 2,6% têm propriedades com área entre 10 a 50 hectares. Desses produtores, 88% residem na propriedade e utilizam a mão-de-obra da família.

Embrater tem nova diretoria

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER, empossou dia 15 de maio último, em solenidade presidida pelo Ministro da Agricultura, Senador Pedro Simon, na sua nova diretoria executiva, os Extensionistas Romeu Padilha de Figueiredo, Genésio Mazon e Athos de Almeida Lopes, todos pertencentes ao quadro de funcionários do Sistema Brasileiro de Extensão Rural.

O Presidente recém-empossado, Romeu Padilha, há

20 anos trabalha no Sibrater, tendo iniciado sua carreira profissional na ANCAR-PE (Serviço de Extensão Rural do Estado de Pernambuco) e posteriormente na ABCAR, antecessora da EMBRATER na coordenação dos Serviços Estaduais de Extensão Rural. Os dois outros diretores são oriundos da ACARESC/EMATER-SC onde já ocuparam relevantes funções.

Romeu Padilha em seu discurso de posse disse que em sua administração dará prioridade aos pobres, pois no atual contexto brasileiro é uma exigência não só ética, mas também econômica, social e política. "O Nordeste terá "atenção especial", porque, sem dúvida, trata-se de uma opção política num mundo onde se dizer apolítico é optar pela continuidade das injustiças sociais".

O novo Presidente da EMBRATER acentuou que os Serviços de Extensão Rural irão trabalhar com os agricultores nas áreas de tecnologia agropecuária, do financiamento, das formas associativas de produção e comercialização e nos processos pelos quais as famílias rurais tentam resolver seus problemas de saúde, alimentação, educação, transporte e habitação. Segundo ele, trabalhar junto à base produtiva da vida rural é ter a certeza do incremento da renda real líquida, da produção, da produtividade, para melhor distribuição da riqueza, da renda e do poder no interior do Brasil.

Romeu Padilha de Figueiredo disse ainda: "Dos extensionistas locais e regionais tem sido dito serem a Casa do Governo do Campo. Não nos furtamos de sê-lo. Queremos, entretanto, ter vergonha na cara. E para isso precisamos, nós e os Governos Estaduais e Federal, ter credibilidade. Nessa linha, faz-se urgente a participação real dos agricultores, de suas associações e dos extensionistas na definição, fiscalização e avaliação das políticas governamentais".

Conserve o solo plantando em nível

Conheça a seguir as vantagens econômicas da formação de pomares em curvas de nível.

A instalação de pomares com as linhas de plantas dispostas morro abaixo, causa sérios danos à terra e diminui a produtividade e a vida do pomar. Visando preservar o terreno, o Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura-CNPMP, da EMBRAPA, está sugerindo o plantio em nível que, além de ser uma prática simples de conservação do solo, reduz sensivelmente as perdas de solo e de água no pomar.

Vantagens de plantio em nível

- A disposição das plantas em nível facilita a tarefa de aração, plantio, tratos culturais e transporte;
- facilita o trabalho das máquinas e diminui o gasto com combustível;
- reduz as perdas de solo e de água;
- permite o estabelecimento de outras práticas de controle à erosão, que se baseiam na orientação em contorno;
- reduz as enxurradas e a perda de nutrientes do solo; e
- aumenta a produtividade do pomar.

No plantio "morro abaixo", as enxurradas carregam, após cada chuva, o solo fértil que pertencia ao pomar, cortando o solo como se corta uma laranja: bem de leve e por cima (Figura 1).

Forçando a formação de sulcos na encosta (Figura 2).

Como proteger o pomar plantando em nível:

1.ª Etapa:

- Construir um aparelho para determinar a declividade do terreno e para demarcar as curvas de nível.

Vários tipos de aparelhos são utilizados com esta finalidade. Sim-

ples e de fácil manuseio, o trapézio (Figura 3) é bastante adequado ao trabalho, podendo ser construído por qualquer produtor.

- Utilizar a Tabela 1 para obter as distâncias entre as curvas de nível em função da declividade do terreno.

2.ª Etapa: Determinar o declive do terreno como o uso do trapézio.

Colocar o trapézio horizontalmente, com uma das extremidades apoiada sobre o terreno. Em seguida, elevar a outra extremidade, até que o trapézio fique no nível e, com

FIG. 1. Efeitos das enxurradas no solo.

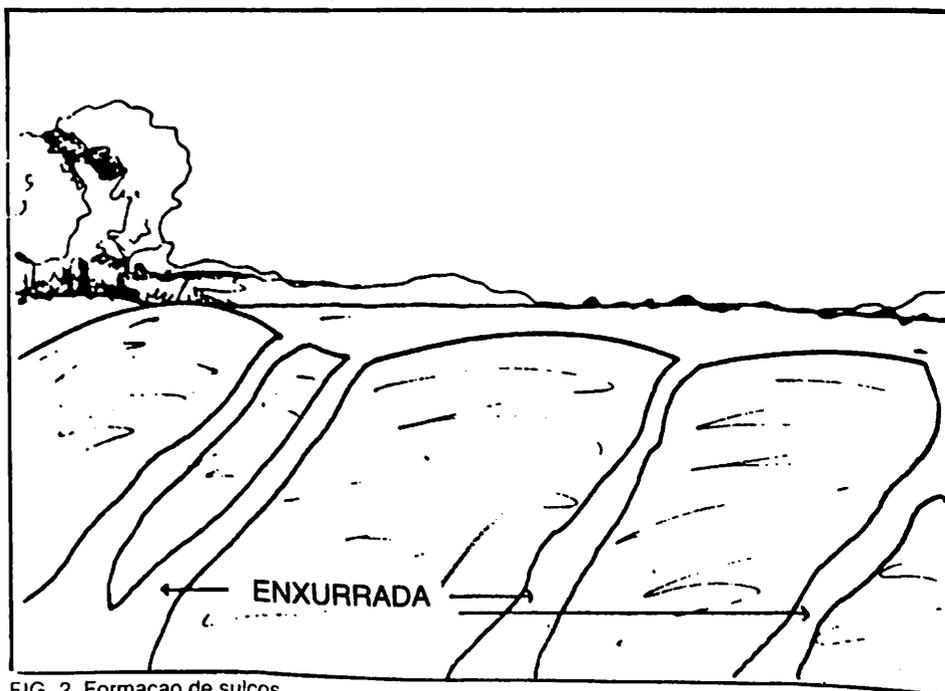
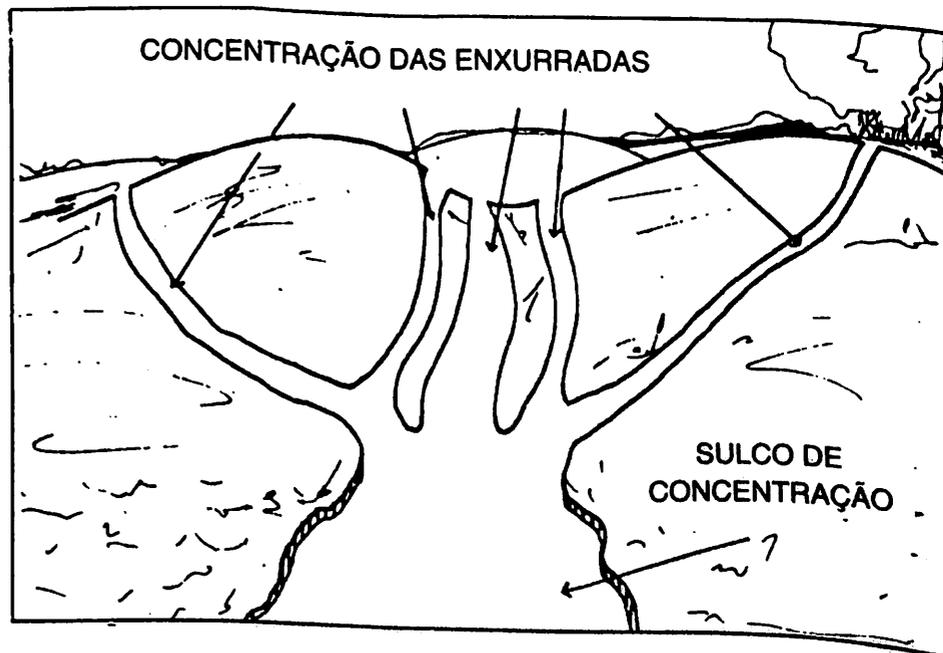


FIG. 2. Formação de sulcos.



uma régua ou trena, anotar a altura que vai do solo até o trapézio (Figura 4).

Declive	Distâncias entre as curvas de nível
até 1%	60 metros
1 a 3%	50 metros
3 a 5%	45 metros
5 a 8%	40 metros
8 a 10%	35 metros
10 a 12%	30 metros
acima de 12%	20 metros

Marcar este primeiro ponto e trazer o trapézio, repetindo a mesma operação (Figura 5).

Repetir 10 vezes perfazendo uma distância de 20 m (Figura 6).

Somando as diferenças de altura (ex.: $20 + 10 + 10 + 10 + 30 + 40 + 50 + 50 + 30 + 30 = 280$), multiplicando por 5 e dividindo por 100, obtém-se a declividade de 14% nos primeiros 20 m.

Supondo que o comprimento do morro (de cima para baixo) seja de 120 m e que as declividades obtidas a cada 20 m foram: 14%, 20%, 10%, 25%, 30% e 9%, a declividade média será de 19%.

3.ª Etapa: Demarcar as curvas de nível com o trapézio.

A primeira curva deverá ser marcada à distância de 20 m da parte mais alta do morro. Colocar uma estaca onde a curva terá início. Situar o aparelho com uma das pernas no solo e deslocar as outras até que se fixem no solo e o nível acuse a horizontalidade do trapézio. Ficar uma estaca e trazer o trapézio para este ponto, repetindo a operação até que toda a curva seja demarcada. Supondo-se que, no exemplo, a pendente tenha 120 m, devem-se marcar seis curvas iguais. A seguir, construir paralelas às curvas de nível já demarcadas, com sulcador ou riscando simplesmente o solo, separadas de acordo com o espaçamento entre filas a ser estabelecido no pomar. Feito isso, abrir as covas nas curvas demarcadas e plantar (Figura 7).

Texto: Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura — CNPMF, da EMBRAPA.

FIG. 3. Trapézio.

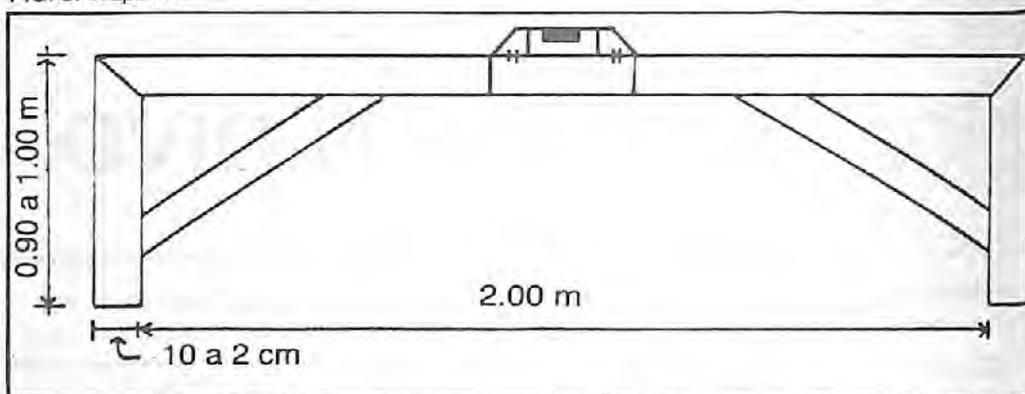


FIG. 4. Técnica para utilização do trapézio (1.ª etapa).

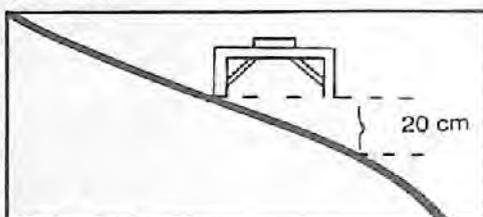


FIG. 5. Técnica para utilização do trapézio (2.ª etapa).

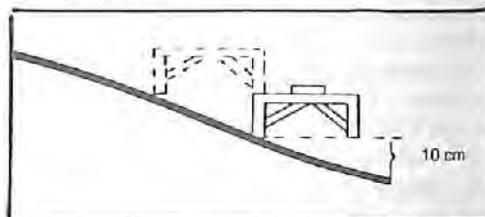


FIG. 6. Técnica para utilização do trapézio (3.ª etapa).

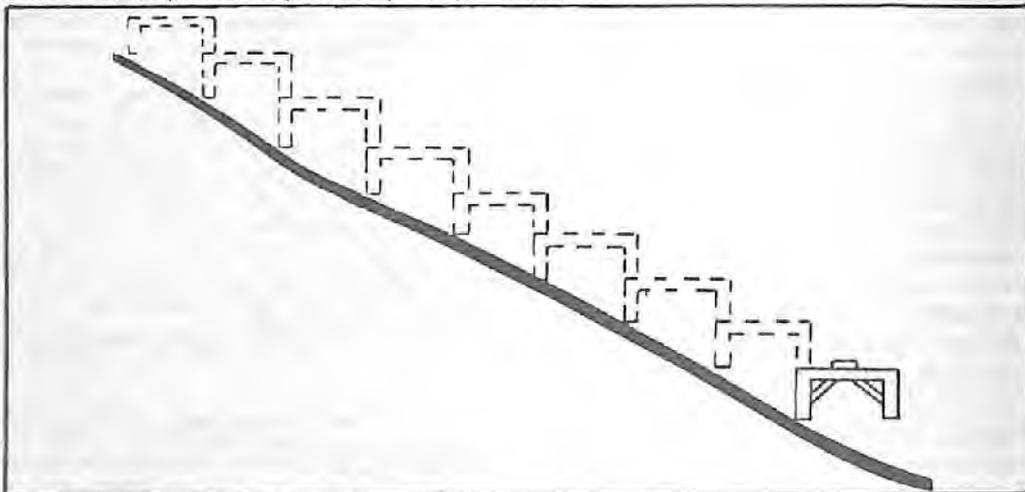


FIG. 7. Demarcação das curvas de nível.





Contratos Agrários III

Isaura Maria Pérez Leal

Advogada. Diretora Tesoureira da Associação Latinoamericana de Direito Agrário — ALADA.

Além da questão do prazo a que já nos referimos anteriormente, suscita especial interesse o direito de preferência em caso de venda do imóvel e da renovação do contrato.

No arrendamento, em igualdade de condições com terceiros, o arrendatário terá preferência na renovação do contrato, devendo o arrendador até seis meses antes do seu vencimento, notificá-lo das propostas recebidas, instruindo a respectiva notificação com cópia autêntica das mesmas.

Na ausência de notificação, o contrato considera-se automaticamente renovado, salvo se o arrendatário nos trinta dias seguintes ao término do prazo para a notificação, manifestar sua desistência ou formular nova proposta.

O direito de preferência, em caso de renovação, não prevalecerá se, até o prazo de seis meses, antes do vencimento do contrato, o arrendador, por via de notificação, declarar sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente.

Essas notificações deverão ser feitas por carta, através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da comarca da situação do imóvel, ou por requerimento judicial.

A preferência, em caso de renovação contratual, também é aplicada nas parcerias cumprindo-se as mesmas formalidades exigidas nos contratos de arrendamento.

O direito de preferência, em caso de compra, é conferido expressa e exclusivamente aos contratos de arrendamento, não beneficiando, portanto, os contratos de parceria.

Em caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercer o direito de preferência dentro de trinta dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.

O arrendatário a quem não se notificar a venda, poderá, depositando o preço, haver para si o imóvel arrendado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar da transcrição do ato de alienação no Registro de Imóveis.

É importante ressaltar que a alienação, ou imposição de ônus real ao imóvel, não interrompe a vigência dos contratos de arrendamento e de parceria, ficando o adquirente sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante.

Como vimos no primeiro artigo desta série, no arrendamento o preço é pago mediante a estipulação de um valor mensal, já na parceria esse pagamento é feito mediante a divisão dos frutos.

Na fixação do valor mensal do arrendamento, a lei determina certos critérios:

1.º — Nos casos de arrendamento da área total do imóvel, a um ou mais arrendatários, a soma dos preços do arrendamento não pode ser superior a 15% do valor da terra nua, fornecido na Declaração de Propriedade de Imóvel Rural e aceito para o Cadastro de Imóveis Rurais, constantes do recibo do Imposto Territorial Rural — ITR;

2.º — Nos casos de arrendamento parcial a um ou mais arrendatários, a soma dos preços do aluguel não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor das áreas arrendadas, avaliado esse com base no valor do hectare declarado e aceito para o Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA;

3.º — Para a área não arrendada, admite-se um preço potencial do arrendamento, que será de 15% (quinze por cento) do valor mínimo por hectare, estabelecido em Instrução Especial do INCRA na forma prevista no §3.º do art. 14, do Decreto 55.891 de 31-03-65;

4.º — O preço potencial de arrendamento da área não arrendada, mais a soma dos preços de arrendamento das áreas arrendadas, não poderá exceder o máximo de arrendamento da área total do imóvel, estipulado no §1.º do art. 17 do Dec. 59.566;

5.º — O preço do arrendamento das benfeitorias que entrem na composição do contrato não poderá exceder a 15% do valor das mesmas benfeitorias, expresso na Declaração de Propriedade do Imóvel Rural;

6.º — O preço do arrendamento só pode ser ajustado em quantia fixa em dinheiro, mas o seu pagamento pode ser ajustado que se faça em dinheiro ou em quantidade de frutos, cujo preço corrente no mercado local, nunca inferior ao preço mínimo oficial, equivalha ao do aluguel à época da liquidação.

Quanto à partilha os frutos na parceria a quota do parceiro-outorgante não poderá superar a:

1.º — 10% (dez por cento), caso concorra com a terra nua;

2.º — 20% (vinte por cento) caso concorra com a terra preparada e moradia;

3.º — 30% (trinta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, cercas, valas e currais;

4.º — 50% (cinquenta por cento), caso concorra com terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas no item acima, além de fornecer máquinas e implementos agrícolas para atender aos tratos do cultivo, bem como as sementes e animais de

tração. No caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto da parceria;

5.º — 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultra-extensiva, em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho onde se adotem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido.

Há algumas causas para a extinção dos contratos agrários. Eles se extinguem:

1.º — Pelo término do prazo contratual e de sua renovação;

2.º — Pela retomada;

3.º — Pela aquisição da gleba, objeto do contrato, pelo arrendatário ou parceiro outorgado;

4.º — Pelo distrato ou rescisão do contrato;

5.º — Pela resolução ou extinção do direito do proprietário;

6.º — Por motivo de força maior, que impossibilite a execução do contrato;

7.º — Por sentença judicial irreversível;

8.º — Pela perda do imóvel rural;

9.º — Pela desapropriação parcial ou total do imóvel rural;

10.º — Por qualquer outra causa prevista em lei.

O inadimplemento das obrigações assumidas por qualquer das partes dará lugar facultativamente à rescisão do contrato.

Quando se verificar a resolução ou extinção do direito do proprietário sobre o imóvel rural, fica garantido ao arrendatário ou parceiro-outorgado permanecer nele até o término dos trabalhos que forem necessários à colheita.

Na ocorrência de força maior, da qual resulte a perda total do objeto do contrato, este se terá por extinto, não respondendo qualquer dos contratantes por perdas e danos.

Em caso de divergências a parte lesada pode recorrer ao juízo da comarca da situação de despejo que deverá seguir o rito sumariíssimo.

Vale ressaltar, no entanto, que a morosidade da justiça comum tende a prolongar as demandas, mesmo aquelas que deveriam ser processadas sumarissimamente. Daí sermos da opinião que apenas a criação de uma justiça agrária especializada, poderá atender com maior rapidez e eficácia ao homem do campo, não somente no que concerne aos contratos agrários mas também a todos os outros problemas que lhe são peculiares.

Cenoura: Cultivar "Brasília" conquista o Brasil

A cenoura Brasília tem apresentado bom desempenho em diversas regiões brasileiras.

Os preços da cenoura registram sempre grandes aumentos nos meses de fevereiro, março e abril, devido à escassez na oferta deste produto nessa época. Falta cenoura nesse período porque as variedades semeadas no Brasil são todas importadas e a maior parte delas não se adapta às condições climáticas do verão brasileiro. A conjugação de altas temperaturas com a incidência de chuvas — que acarretam elevados níveis de umidade relativa do ar e umidade do solo — facilita o aparecimento de doenças causadas por fungos nas plantas de cenoura, como, por exemplo, a queima de folhagem. Isso compromete a produtividade das lavouras, acarretando menor oferta, o que origina uma elevação nos preços do produto no mercado. Buscando corrigir esta irregularidade na oferta de cenouras, foi desenvolvida no Brasil uma variedade nova desta hortaliça, mais resistente à queima da folhagem e mais produtiva, que deverá garantir a normalização do suprimento de cenouras neste período. É a Cenoura Brasília.

Lançada em 1981 e recomendada inicialmente para ser semeada entre outubro e março, no Planalto Central e nas Regiões Norte e Nordeste do País, esta variedade tem apresentado bom desempenho também em outras regiões brasileiras. No Estado de São Paulo e em Minas Gerais vem sendo cultivada em larga escala. A Cenoura Brasília já está sendo plantada durante todo o ano, com excelentes resultados, em Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso, Piauí e Acre. Na Região Sul esta variedade está sendo plantada somente no verão pois no inverno apresenta problemas de pendoamento precoce.

Texto: Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças — CNPH/EMBRAPA.

A cultura da cenoura no Brasil apresenta algumas particularidades que o tornam alvo de uma atenção especial por parte de todas as pessoas envolvidas em sua produção. Em primeiro lugar, quase toda a semente de cenoura aqui plantada vem dos Estados Unidos, da França, da Holanda e do Japão. Em 1983, essas importações representaram uma despesa da ordem de US\$ 1,1 milhão. A variedade mais cultivada no País é a Cenoura Nantes, de origem francesa, que até aqui é a que melhor se adapta às nossas condições, porém apenas durante o inverno, não se apresentando, de forma alguma, para o plantio de verão. No verão, a Cenoura Kuroda, originária do Japão, é a que melhores resultados apresenta em termos de produção, desde que protegida contra os fungos através da aplicação de defensivos, de maneira, às vezes, bastante intensiva.

A falta de adaptação dessas variedades às condições climáticas da estação quente do ano é o principal fator a contribuir para a escassez na oferta de cenoura, que faz com que os preços do produto sofram vertiginosas elevações. A diferença entre o preço da caixa de cenoura praticado nos meses de menor produção chega a alcançar quatro a cinco vezes o preço dos meses de oferta abundante, em termos reais, já descontados o índice inflacionário. Analisando a comercialização da cenoura nos anos de 1976 a 1982, técnicos da Embrapa ela-

boraram um gráfico onde pode-se perceber o comportamento dos preços da hortaliça no período.

A situação identificada levou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária a realizar estudos no sentido de criar uma alternativa para esta deficiência na produção brasileira de cenouras. Técnicos do Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças, com sede no Distrito Federal, percorreram diversas regiões brasileiras em busca de exemplares de cenouras que apresentassem maior resistência à requeima de Alternária, que é o fungo que mais ataca esta hortaliça em nosso território. Em 1976 foi observado que a cultivar denominada *Cenoura Nacional* apresentava boa resistência de campo às doenças de folhagem. Esta variedade havia sido introduzida no Brasil há cerca de 60 anos atrás por imigrantes portugueses que se estabeleceram no município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Os próprios agricultores trabalhavam na obtenção de sementes, ao mesmo tempo em que faziam uma seleção dos melhores materiais, ainda que através de técnicas menos científicas.

Um grupo de pesquisadores da Embrapa viajou ao local e coletou diversas sementes entre os produtores de cenouras daquela região, buscando encontrar uma população de plantas que apresentasse o maior número de qualidades possíveis. Muito material foi recolhido, contudo um problema ainda permanecia difícil de resolver: a maior parte dessas plantas apresentava florescimento prematuro, o que prejudicava a formação de raízes com características comerciais. Uma das populações coletadas registrou uma taxa menor de pendoamento precoce e foi então escolhida para o trabalho de melhoramento a ser desenvolvido.

As sementes recolhidas no Rio Grande do Sul foram levadas para Brasília e semeadas durante o verão. As primeiras plantas que nasceram tinham boa resistência de campo aos fungos porém tinham alguns inconvenientes: as raízes apresentavam deformações, variando tanto em tipo quanto em cor, dentro de uma mesma população, o que não é compatível com as exigências do mercado consumidor. A partir deste material, o CNPH orientou o programa

Importação de sementes de cenoura

Ano	Grupo Kuroda		Outras cultivares		Total		Preço médio US\$/Kg
	Kg	Valor US\$2	Kg	Valor US\$	Kg	Valor US\$	
1981	29.432	200.663	56.036	607.148	85.468	807.811	9,45
1982	44.682	243.384	39.242	426.341	83.924	667.725	7,98
1983	25.475	222.641	76.914	879.949	102.389	1.102.590	10,76

de melhoramento no sentido de obter uma variedade de cenoura que reunisse todas as boas características necessárias a esta hortaliça, tais como: possuir uma folhagem vigorosa e com boa resistência às doenças e ao calor; ser produtiva; possuir raízes cilíndricas e de coloração uniforme, com baixa incidência de "ombros" verde ou roxos; além de apresentar uma percentagem pequena de florescimento prematuro.

Após a realização de quatro ciclos de seleção, a Cultivar de *Cenoura Brasília* foi liberada pela Embrapa, sendo muito bem aceita pelos agricultores. Esta variedade tem uma boa folhagem, com porte variável entre 25 a 35 centímetros de altura e com alta resistência às doenças foliares, sobretudo às causadas por fungos do gênero "Alternaria". Suas raízes são praticamente cilíndricas, de coloração alaranjada, com baixa incidência de "ombros" roxos ou verdes e com epiderme resistente à lavagem e ao transporte. O tamanho médio dessas raízes varia de 15 a 20 centímetros de comprimento, com 2 a 3 centímetros de diâmetro. Seu peso médio é de 90 a 120 gramas e o ciclo da semeadura até a colheita é de 85 a 100 dias, sendo que nas regiões mais quentes como nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso, Piauí e Acre, as colheitas têm sido feitas em menor tempo, com ciclo médio de 65 a 70 dias. A produtividade média de raízes comerciais é de 30 toneladas por hectare. Quando os plantios são feitos em regiões mais frias, onde as temperaturas atingem níveis inferiores a dez graus centígrados no inverno e os dias são longos na primavera, as plantas podem apresentar até 20% de raízes defeituosas, em face da ocorrência de florescimento prematuro.

Para os agricultores, uma das vantagens mais importantes que a *Cenoura Brasília* apresenta é o custo da produção, que registra substancial redução em relação a outras variedades, especialmente no tocante ao uso de fungicidas. Na região do Planalto Central, por exemplo, enquanto a cenoura *Kuronan* precisa de cerca de sete aplicações de defensivos durante seu ciclo, no verão, a cenoura *Brasília* produzirá bem com apenas duas aplicações. Na semeadura de inverno, a cenoura *Nantes*, em *Brasília*, precisa de uma ou duas aplicações de fungicidas por semana enquanto a cenoura *Brasília* atravessa todo o ciclo sem necessidade de nenhuma pulverização. Somente pelo ganho agregado com a produtividade, comparativamente a outras variedades, a cenoura *Brasília* permite ao produtor auferir o equivalente a Cr\$ 3,2 milhões a mais, por hectare, considerando os preços vigentes em setembro de 1984.

A produção de sementes de *Cenoura*



Cenoura: escassez é devida à falta de adaptação ao clima quente.

Brasília tem apresentado um crescimento bastante elevado desde o seu lançamento. Enquanto em 1983 foram produzidos 12,5 mil quilos, este ano estarão à disposição dos agricultores um total de 35 mil quilos, entre o material produzido pelo Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças da Embrapa e o dos produtores privados de sementes fiscalizadas. Obedecidas as recomendações de plantio, essas sementes poderão produzir cerca de 210 mil toneladas de raízes, o que garantirá uma significativa participação da *Cenoura Brasília* no abastecimento do mercado brasileira de hortaliças.

A influência da *Cenoura Brasília* já é marcante no quadro demonstrativo das importações brasileiras de sementes de cenoura. No ano de 1982 o País importou mais de 44 mil quilos de sementes de *Cenoura Kuroda*, para o verão. Em 1983 essas importações caíram para pouco mais de 25 mil quilos, um patamar inferior ao registrado em 1981, quando chegamos a importar mais de 29 mil quilos de semente dessa variedade.

A Cenoura Kuronan

Uma outra variedade de cenoura para o verão foi desenvolvida no Brasil. É a *Cultivar Kuronan*, que representa o resultado de um programa conjunto de melhoramento realizado entre a Embrapa e a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, São Paulo. Esta variedade foi selecionada a partir do cruzamento entre as cultivares *Kuroda* e *Nantes*, buscando incorporar a resistência ao calor e aos fungos, que tem a primeira, ao tipo de raízes cilíndricas — com excelentes qualidades culinárias — e à alta produtividade que a segunda apresenta. A *Kuronan*, com a *Brasília* tem folhagem vigorosa, de coloração verde-clara e porte médio, cerca de 35 a 45 centímetros de altura. Suas raízes são cilíndricas ou levemente cônicas, de coloração laranja-escura variável, com baixa incidência de "ombros" roxos ou verdes. O tamanho médio das raízes é de 15 a 25 centímetros de comprimento por 2 a 3 centímetros de diâmetro. A colheita dá-se após 95 a 120 dias da semeadura e sua produtividade média é de 30 toneladas por hectare. Esta cultivar está sendo recomendada principalmente para o plantio durante os meses de novembro a março na região Sudeste do País. A *Cenoura Kuronan* ainda não foi testada para a produção em larga escala. A Embrapa está empenhada na multiplicação de sementes desta nova variedade e até o final do ano passado foram colocados no mercado mais de mil quilos dessas sementes e até o final deste ano, deverão ser produzidas cerca de três mil quilos de sementes de *Kuronan*.

Com essas duas novas variedades de cenoura para o plantio de verão, a importação de sementes para o cultivo desta época deverá ser totalmente substituída nos próximos dois anos. Ao mesmo tempo, torna-se possível alcançarmos uma situação de regularidade no abastecimento de cenoura durante todo o ano, o que irá garantir a estabilização dos preços desse produto para os consumidores.

CENOURA BRASÍLIA × CULTIVARES TRADICIONAIS

Especificação	Cr\$ 1.000/ha (SET./84)			Total
	Redução Custo	Aumento Custo	Aumento Receita	
● Fungicidas	466	—	—	—
● Caixaria	—	53	—	—
● Mão-de-obra	—	67	—	—
● Frete	—	216	—	—
● Efeito da produtividade (kg/ha)	—	—	3.200	—
Total	466	336	3.200	3.330



Dimilin, a nova geração de defensivos agrícolas

A BASF acaba de lançar uma substância capaz de preservar os inimigos naturais das pragas na lavoura. Trata-se do Diflubenzuron, que vem sendo adotado, segundo a empresa, inclusive em programas oficiais de manejo e controle de pragas.

Uma das principais vantagens desta substância comercializada pela BASF com o nome de *Dimilin*, é que ela não mata as pragas pela ação tóxica, pois sua toxicidade é muito baixa, segundo o fabricante. Após ser ingerido pela praga, o produto impede seu desenvolvimento e, de dois a quatro dias depois, o inseto morre.

Segundo a BASF, isso ocorre porque, ao ser ingerido, o *Dimilin* interfere na formação da quitina da pele. Dessa maneira, quando as lagartas mudam de pele, a nova será tão fina — pela falta de quitina — que não resistirá aos esforços e pressão do organismo.

O efeito residual do produto, de acordo com o fabricante, pode atingir até 40 dias e o extermínio das pragas, muitas vezes, é complementado pela própria ação dos seus inimigos naturais que, de modo geral, não são afetados pelo produto, pois normalmente não comem as folhas tratadas com defensivos, atacando diretamente as pragas.

Os homens e outros mamíferos não formam quitina, portanto não correm riscos e, como o produto precisa ser assimilado para produzir efeitos, não afeta o desenvolvimento das plantas, fungos e muitos insetos mastigadores ou raspadores que na fase juvenil (lagarta e larvas) venham a ingerir o produto nas

folhas tratadas.

Testes de laboratórios, de campo e de uso já adotado em lavouras de diversos estados do Brasil, comprovam a eficácia do produto, segundo a BASF, sobretudo no controle de lagarta da soja (*Anticarsia gemmatilis*), curuquerê (*Alabama argillacea*) que ataca o algodão, e a lagarta da folha do eucalipto (*Tyrinteina arnobia*)

BASF Brasileira S.A. Indústrias Químicas — Av. São Luís, 86/13.º andar — Tel. (011) 234.5563 — Cep: 01046 — São Paulo — SP.

Massey lança tratores da linha 85

A Massey Ferguson apresentou sua linha de tratores 1985 com características inerentes a cada tipo de atividade agrícola. São 11 modelos básicos a diesel e 4 a álcool hidratado, potência de 45 a 215 cv, que asseguram menor custo por hectare e maior número de horas/ano de trabalho. Além da economia e versatilidade, a empresa dispensou especial atenção ao rendimento global da máquina e ao conforto e conveniência do operador.

A Massey Ferguson informou que a linha 1985 apresenta novos faróis retangulares com maior poder de iluminação, novo e completo painel de instrumentos isolado de vibrações para maior durabilidade, saída de escapamento pintada em preto que evita reflexos indesejáveis, novas faixas laterais identificativas do modelo e caixa de ferramenta com chave de roda e engraxadeira. Nos modelos até 100 cv, há opção de controle remoto para acionamento de implementos hidráulicos e cilindros auxiliares que aumen-

tam a capacidade de levante hidráulico.

O grande destaque da nova linha, de acordo com o fabricante, é a maior e mais completa gama de tratores de tração nas quatro rodas disponível no mercado brasileiro: MF 290/4 de 81 cv de potência; MF 295/4 (110 cv); MF 296/4 (118 cv) e MF 4780 (215 cv). Tanto nestes modelos de tração 4x4, como nos MF 295 e 296 4x2, a Mas-

sey está introduzindo a caixa de câmbio com 12 velocidades à frente e 4 à ré. Esta configuração permite escolha perfeita de velocidade de trabalho, o que assegura máximo rendimento operacional.

Massey Perkins S.A. — Av. Dom Jaime de Barros Câmara, 90 — Tel.: (011) 414.1577 — Cep: 09700 — São Bernardo do Campo — SP



A linha de tratores Massey 1985. Em primeiro plano, três modelos de tração nas quatro rodas.

Caravana Ford divulga tratores e implementos

A caravana de demonstração dos tratores Ford Série 10 iniciou roteiro de viagens por 34 cidades dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que se prolongará até agosto, percorrendo uma distância de aproximadamente sete mil quilômetros. Desde 1982, a Ford Tratores já realizou dezenas de demonstrações desse tipo por todo o país, reunindo clientes potenciais de tratores Ford e implementos agrícolas Blue Line, além de frotistas, agricultores da região, engenheiros agrônomos e autoridades locais.



Caravana Ford: percorrendo 7 mil km no sul e sudeste do país

A unidade volante de demonstração é composta de um coordenador, um instrutor técnico e um motorista especialmente treinados pela Ford. Está equipada com três tratores Ford — 4610, 5610 e 6610 — transportados sobre um caminhão F-13000, identificado e dotado de aparelhagem de som e materiais técnicos e promocionais.



Produto para controle de doenças respiratórias de aves e suínos

O Instituto Veterinário Rhodia-Mérieux está lançando o *Espiramix-ST*, de aplicação curativa e preventiva contra as principais doenças respiratórias de aves e suínos. Resultante da associação de três agentes antibacterianos — Embonato de Espiramicina, Sulfadiazina e Trimetoprim — o produto obteve aceitação favorável durante os testes de mercado realizados pelo fabricante, em função de sua eficácia.



Espiramix-ST: associação de três agentes antibacterianos.

FOTO RHODIA S.A.

Pré-mistura para ser incorporada à ração, o *Espiramix-ST* possui, segundo a empresa, como principais características seu amplo espectro de ação, elevada absorção por via oral e alta concentração nos tecidos, que o recomendam para o tratamento e prevenção de moléstias como a Doença Crônica Respiratória Complicada, na avicultura — responsável por grande parte das condenações de carcaças nos abatedouros —; e a Pneumonia Enzootica/Rinite Atrófica, as quais provocam sensíveis prejuízos à suinocultura.

Instituto Veterinário Rhodia-Mérieux — Av. Maria Coelho Aguiar, 215 — Bloco B/3.º andar — Tel.: (011) 545.4091 — Cep: 05804 — São Paulo — SP

Rhodia-Mérieux incorpora linha veterinária da Janssen no Brasil

O Instituto Veterinário Rhodia-Mérieux (IVRM) está ampliando a sua linha de produtos destinados à prevenção e controle sanitário, como resultado do licenciamento para fabricação e comercialização, com exclusividade no Brasil, de toda a linha de produtos atuais e futuros da JANSSEN, empresa do grupo Johnson & Johnson sediada na Bélgica, com tradição em pesquisa de fármacos para uso humano e animal.

Com o licenciamento, que abrange, nesta primeira fase, formulações à base das matérias ativas MEBENDAZOLE, LEVAMISOLE, BELCOMICINA e AZAPERONE, o IVRM complementa a sua atual linha de produtos veterinários para bovinocultura, avicultura e suinocultura, ingressando em outros dois segmentos — os de eqüinos e de animais domésticos — e fortalecendo a sua posição como um dos líderes do mercado.

Os produtos que o IVRM já está colocando à disposição do mercado brasileiro são: os antihelmínticos de largo espectro TELMIN na forma granulada para eqüinos e em comprimidos para cães e gatos, o MEBENVET para aves e suínos, o NILVERM na forma injetável para bovinos e suínos e em pó solúvel para ovinos e bovinos; o antimastite BELCOPENI para bovinos e, por último, o sedativo STRES-NIL injetável para suínos.

Aubos Lagense inaugura unidade de fertilizantes

A Aubos Lagense S.A., do Grupo Carlos Lyra, com sede em Maceió-AL, inaugurou em Paulínia-SP, uma moderna unidade misturadora de fertilizantes com capacidade nominal para 200 mil toneladas por ano. Nesse projeto foram investidos cerca de Cr\$ 4 bilhões destinados à aquisição de terreno de 30.000 m², construção de uma área com 5.000 m², aquisição e montagem de equipamen-

tos eletrônicos para formulação e mistura, ensacadeiras pneumáticas de alta precisão, 10 silos com capacidade para 18 mil toneladas, esteiras, elevadores e construção de um desvio ferroviário.

Utilizando avançada tecnologia eletrônica, segundo a empresa, o misturador assegurará total uniformidade do produto entregue ao agri-

cultor, a partir de um processo de formulação também totalmente automatizada e controlada eletronicamente. A partir de agora, com a inauguração dessa nova unidade, os agricultores de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul poderão se utilizar mais adequadamente de fertilizantes, com maior precisão em suas formulações.



Unidade misturadora de fertilizantes da Aubos Lagense.

FOTO AUBOS LAGENSE S.A.

Nova República/nova agricultura

Joel Naegele*

Os novos ares que correm os quatro cantos do país desde o advento da Nova República, começam já de início, a pintar cores novas e mais promissoras para o setor agrícola.

A escolha do novo Ministro da agricultura Senador Pedro Simon, a despeito de não ter maiores vínculos com o trato da terra, tem a seu favor o fato de ser Senador de um estado cuja economia recebe forte influência do setor rural; ser político militante de inegável prestígio e cuja presença vai dar ao ministério o que lhe tem faltado: vida e dinamismo.

O sistema democrático que já se começa fazer sentir na discussão ampla e profunda sobre os fatores que envolvem não só a produção, mas também e principalmente, a comercialização da produção agropecuária, vai ampliar o espaço de participação dos interessados, com reais benefícios para o país.

Cercando-se de excelentes assessores, esse sim, necessariamente homens ligados a terra e ao trabalho que nela se desenvolve, o Ministro Simon deverá manter aberto todos os canais capazes de lhes transmitir os problemas e quais as soluções mais adequadas para os mesmos.

Muitos assuntos já estão franqueados para o debate: subsídio, crédito, transporte, armazenagem, preços mínimos, EGF, AGF, agricultura de exportação, agricultura para o mercado interno, enfim, uma gama variada e complexa de problemas estão aí para serem vencidos e na medida que todos os interessados participem dos debates, na medida em que todos se sintam responsáveis pelo encontro de saídas, estará bastante aumentado o nível de participação atuante, com o envolvimento de um maior número de pessoas que estão ávidas por participar e dar uma parcela de colaboração que nos faça esquecer os verdadeiros crimes cometidos contra a agricultura e contra

os agricultores do nosso país nos últimos anos.

Sempre dissemos que para o tecnocrata é muito fácil, em gabinete com ar condicionado e cafézinho a toda hora, fazer leis, portarias e resoluções. O difícil é o homem do campo, com sol ou chuva nas costas, de morro acima, cumpri-las. Daí que para alguma coisa funcionar dentro do lógico e razoável, é fundamental que esse homem que tem uma enxada nas mãos, ou por si ou através de seus líderes, se sentem à mesa das discussões e apresentem suas idéias e as confrontem com as demais opiniões em busca de consenso ou coisa próxima a isso.

Que o Ministro Simon mantenha as portas do gabinete abertas e convide sempre os homens que estão suando a camisa ajudando o Brasil, é o que esperamos.

* Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura — SNA

A CCPL tem um compromisso de honra com este cidadão.

A criança, desde os primeiros passos, necessita de alimentos puros, saudáveis, ricos em proteínas, vitaminas, cálcio e outros elementos, para crescer forte e com saúde.

A CCPL sabe disso.

E é por isso que se equipa permanentemente com máquinas que permitem a mais avançada tecnologia, desenvolvendo, ainda, pesquisa

permanente em seus laboratórios, para entregar, diariamente, à milhões de brasileiros, o leite e seus derivados sempre puros, sempre frescos, com todas as suas propriedades.

Esse é o nosso compromisso de honra com a população.

O que vimos fazendo há 38 anos.

CCPL

garantia de pureza

TERRA SANTA

Todos os dias, o milagre
da vida se reproduz
no solo brasileiro.
Milhares de sementes
são lançadas nessa
terra santa, gerando,
entre tantos frutos,

o trigo que faz o pão
nosso de cada dia.
Benditas sejam as mãos
que lançam essas sementes
e o solo que as recebe.
Pois o fazem
em nome da vida.



o caminho certo.